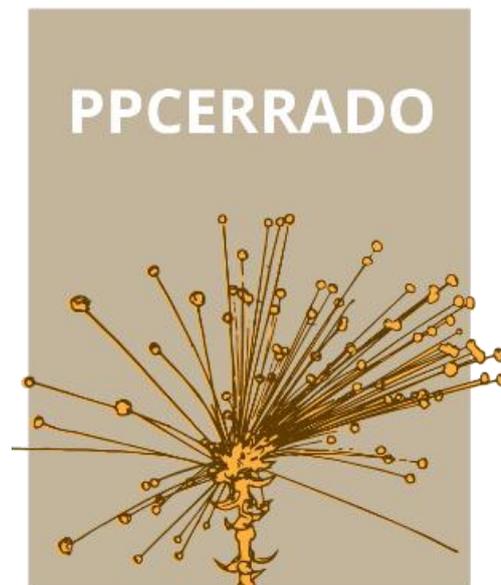




Plano de Ação para Prevenção
e Controle do Desmatamento
na Amazônia Legal



Plano de Ação para Prevenção e
Controle do Desmatamento no
Cerrado

BALANÇO DE EXECUÇÃO 2017

PPCDAm e PPCerrado 2016-2020

COMISSÃO EXECUTIVA DO PPCDAM E DO PPCERRADO

Comissão Executiva do PPCDAm e do PPCerrado

Decreto de 3 de julho de 2003 e 15 de setembro de 2010

Portarias nº 337 e 338, de 24 de agosto de 2017

Membros

Ministério do Meio Ambiente – MMA

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA

Ministério da Defesa – MD

Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário da Casa Civil da Presidência da República – SEAD/PR

Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República – GSI/PR

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – MCTIC

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços – MDIC

Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão – MP

Ministério da Fazenda – MF

Ministério de Minas e Energia – MME

Ministério da Justiça e Cidadania – MJ

Ministério da Integração Nacional – MI

Convidados permanentes

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio

Serviço Florestal Brasileiro – SFB

Agência Nacional das Águas – ANA

Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – Inpe

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA

Fundação Nacional do Índio – Funai

Departamento de Polícia Federal – DPF

Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB

Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias – Embrapa

Subsecretaria Extraordinária de Regularização Fundiária da Amazônia Legal da Casa Civil da Presidência da República – SERFAL/PR

Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais da Casa Civil da Presidência da República – SAG/PR

Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia – CENSIPAM/MD

Secretaria-Executiva das Comissões Executivas

Departamento de Florestas e de Combate ao Desmatamento - DFCD/SMCF/MMA

Sumário

| | |
|--|-----------|
| 1. APRESENTAÇÃO | 4 |
| 1.1. CONTEXTUALIZAÇÃO DA NOVA FASE DO PPCDAM E DO PPCERRADO | 5 |
| 2. ANÁLISE DO DESMATAMENTO na amazônia (PRODES 2017) | 9 |
| 2.1. Desmatamento por classe de tamanho de polígonos..... | 9 |
| 2.2. Distribuição do desmatamento por Estado | 10 |
| 2.3. Análise por Categorias Fundiárias..... | 11 |
| 2.3.1. Terras Indígenas | 11 |
| 2.3.2. Unidades de Conservação | 12 |
| 2.3.3. Assentamentos..... | 13 |
| 2.3.4. Glebas Públicas Federais não destinadas..... | 15 |
| 2.3.5. Municípios..... | 15 |
| 3. ANÁLISE DO DESMATAMENTO NO CERRADO (PRODES 2013-2015) | 17 |
| 3.1. Distribuição do desmatamento por Estado | 17 |
| 3.2. Análise por Categorias Fundiárias..... | 18 |
| 3.2.1. Terras Indígenas | 19 |
| 3.2.2. Unidades de Conservação federais e estaduais | 19 |
| 3.2.3. Assentamentos..... | 20 |
| 3.2.4. Municípios..... | 21 |
| 4. INICIATIVAS EMPREENDIDAS PELA SECRETARIA EXECUTIVA DO PPCDAM E PPCERRADO | 22 |
| 4.1. Comitê Permanente de Coordenação sobre Desmatamento | 22 |
| 4.2. Fundo Amazônia (novas chamadas e critérios orientadores) | 22 |
| 4.3. Municípios prioritários da Amazônia Legal..... | 23 |
| 4.4. Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo | 26 |
| 5. HISTÓRICO DE REUNIÕES DA GOVERNANÇA | 27 |
| 5.2. Câmara Temática de Fiscalização Ambiental | 27 |
| 5.3. Câmara Temática de Manejo Florestal..... | 28 |
| 6. LINHAS DE AÇÃO A SEREM PRIORIZADAS PELOS ATORES COM RESPONSABILIDADE COMPARTILHADA NO COMBATE AO DESMATAMENTO – o papel esperado para os estados | 29 |
| 7. PANORAMA DE IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO E STATUS DOS INDICADORES DE RESULTADO EM 2017 | 32 |
| Monitoramento do Eixo 4 – Instrumentos Normativos e Econômicos | 61 |

1. APRESENTAÇÃO

Este relatório apresenta análises consolidadas sobre o primeiro ano de implementação (2017) da 4ª fase do Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal – PPCDAm e da 3ª fase do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Cerrado, aprovados pelo Grupo de Trabalho Interministerial no dia 16 de dezembro de 2016.

O objetivo do documento é compartilhar e divulgar os esforços e os resultados alcançados do PPCDAm e do PPCerrado, além de cumprir sua função de informar às Comissões Executivas dos Planos o andamento de sua implementação e dos indicadores de resultado.

O relatório apresenta uma breve contextualização dos Planos os dados de desmatamento relativos ao dado preliminar do PRODES para o ano de 2017 nas diferentes categorias fundiárias, incluindo um recorte por estados e por municípios com as maiores taxas de desmatamento. Apresenta ainda as iniciativas que vêm sendo feitas, paralelamente ao planejamento dos Planos, mas que contribuem para a redução do desmatamento e o histórico de reuniões das suas instâncias de governança. Por fim, sistematiza o andamento da implementação das linhas de ação dos Planos Operativos do PPCDAm e do PPCerrado, bem como o status dos indicadores de resultados para este primeiro ano de execução.

A organização do presente relatório ficou a cargo do Departamento de Florestas e de Combate ao Desmatamento (DFCD/SMCF/MMA), responsável pela Secretaria Executiva do PPCDAm e do PPCerrado. Cabe a esta Secretaria Executiva assessorar a Comissão Executiva dos Planos a realizar o monitoramento periódico de suas ações e de seus indicadores de resultado, o que contribui com a avaliação da eficiência de sua implementação, com a proposta de ajustes da estratégia de atuação, com a prestação de contas à sociedade (*accountability*) e, ainda, com a possibilidade de refletir sobre a trajetória e as escolhas que vem sendo adotadas no âmbito da política de combate ao desmatamento.

Este relatório foi elaborado a partir das informações prestadas pelos membros das Comissões Executivas.

1.1. CONTEXTUALIZAÇÃO DA NOVA FASE DO PPCDAM E DO PPCERRADO

O desafio dos Planos de Prevenção e Controle do Desmatamento concentra-se no alcance das metas definidas pela Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC) até 2020 e na implementação da Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC), principalmente no que diz respeito ao fim do desmatamento ilegal no país.

Considerando a média de referência da Política Nacional de Mudança do Clima, igual a 19.625 km² (período 1996-2005), o desmatamento foi reduzido em 66%, se comparado a última medição de 6.624 km², dado preliminar relativo ao PRODES 2017 (Figura 1).

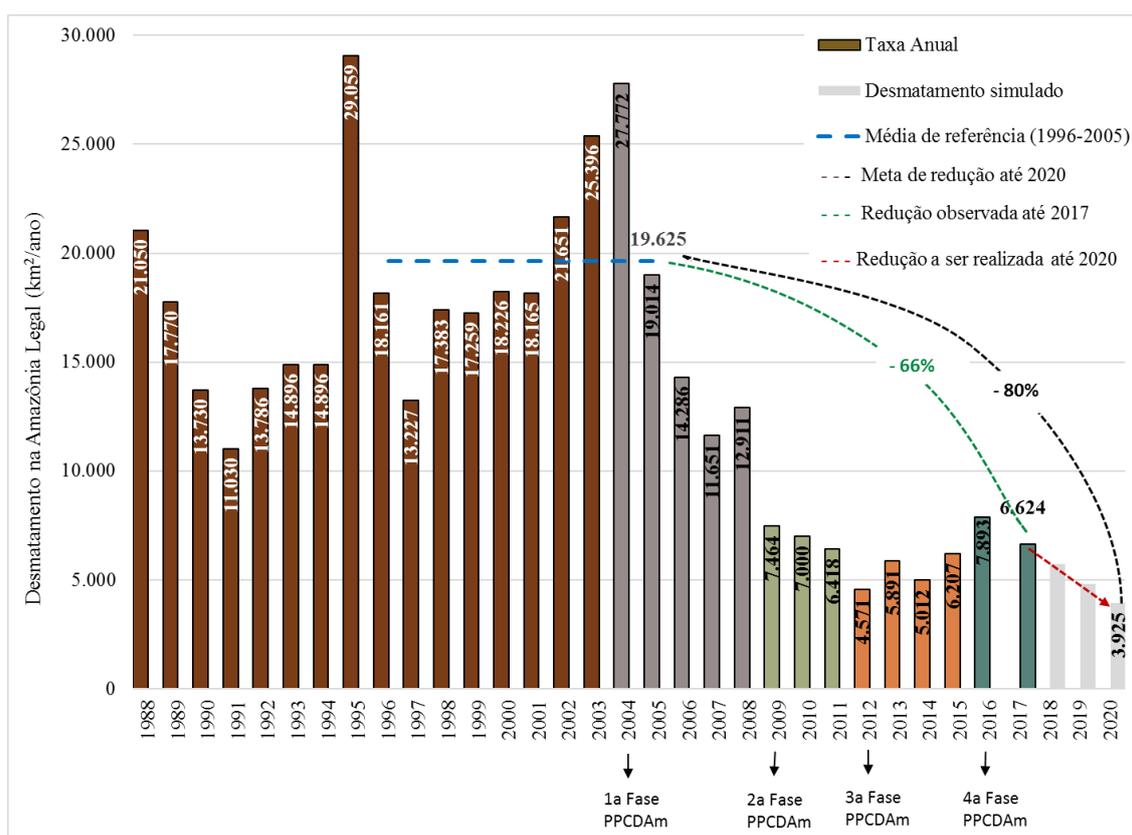


FIGURA 1. EVOLUÇÃO DA TAXA DE DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA LEGAL PELO SISTEMA PRODES.

Mesmo com o substancial resultado alcançado desde 2004 no âmbito do PPCDAm, ainda estamos em um patamar distante da meta de 3.925 km². Ademais, a redução da taxa preliminar de 2017 em relação à medição de 2016 inspira cautela, em virtude da generalizada crise econômica que atravessa o país. A retração econômica, sabidamente, reduz as atividades produtivas, reduzindo, por exemplo, a demanda por abertura de novas áreas. É preciso manter as políticas de redução do desmatamento, de modo a não permitir uma reversão da tendência de queda, principalmente, em um cenário futuro de crescimento econômico.

Para o Cerrado, a meta estipulada de redução de 40% em relação ao desmatamento observado no período de 1999 a 2008 está mais próxima da situação mensurada pelo sistema do INPE (PRODES Cerrado), que detectou um desmatamento de 9.482 km² para o ano de 2015, última medição realizada (Figura 2).

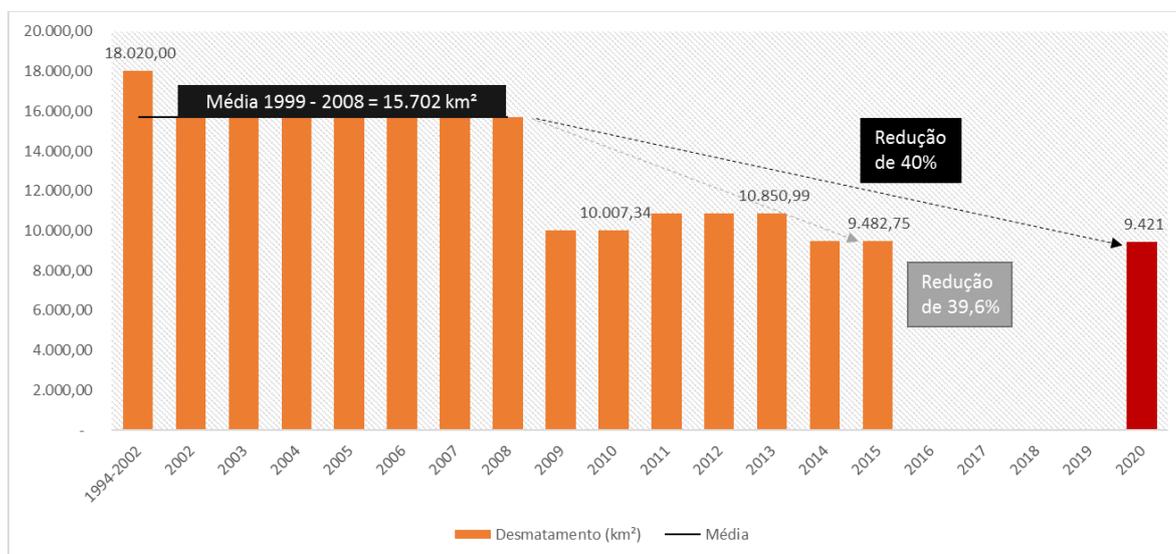


FIGURA 2. EVOLUÇÃO DO DESMATAMENTO NO BIOMA CERRADO, UTILIZANDO OS DADOS DE DESMATAMENTO DA FUNCATE (PRODES CERRADO) A PARTIR DE 2009 E OS VALORES DO DECRETO N° 7.830, DESAGREGADOS PELA MÉDIA DO PERÍODO.

Os resultados alcançados na Amazônia trouxeram reconhecimento nacional e internacional, conduzindo o País a uma posição de liderança global na mitigação da mudança do clima. Mas, para o cumprimento da meta, será necessário grande empenho das instituições federais e estaduais envolvidas na implementação do PPCDAm e do PPCerrado, assim como de vários outros atores sociais, principalmente pela possibilidade de crescimento do desmatamento em um cenário de aquecimento econômico. Além do desmatamento, um outro fator igualmente preocupante refere-se à degradação florestal, com estimativas de áreas afetadas muito significativas. Parte das áreas que sofrem degradação florestal são, em seguida, desmatadas, entrando para as estatísticas de corte raso da floresta.

Assim, a nova fase dos Planos, com horizonte 2016-2020, busca orientar, entre outros, as ações governamentais e não governamentais para as áreas críticas/prioritárias para prevenção e controle do desmatamento, de modo que sejam atendidas as metas estabelecidas pela PNMC até 2020 e também preparar o país para atender a sua Contribuição Nacionalmente Determinada junto à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima e zerar o desmatamento ilegal na Amazônia até 2030.

Nesta nova fase dos Planos, o modelo de governança foi reformulado, unificando as instâncias de diálogo do PPCDAm e do PPCerrado e aumentando os espaços de diálogo com

os estados. A governança unificada dos Planos cria um ambiente propício ao diálogo e à articulação entre as instituições, assegurando que as agendas se desenvolvam de forma integrada e inclusiva, através da participação de grande parte do governo federal. A governança unificada permite, também, uma maior integração entre as instituições responsáveis pelo desenvolvimento de políticas nacionais, facilitando sua implementação e evitando conflitos entre as agendas institucionais.

A Comissão Executiva Unificada, que consiste na realização conjunta das reuniões da Comissão do PPCDAm e da Comissão do PPCerrado (conforme Portarias do MMA nº 337 e 338, de 24 de agosto de 2017) é instância operacional de coordenação do Governo Federal, que pretende fomentar a aumentar os canais de participação, articulação e comunicação também com os estados, o setor privado e a sociedade civil organizada.

A composição da Comissão Executiva Unificada PPCDAm e PPCerrado inclui os ministérios listados no Decreto Presidencial de 3 de julho de 2003 (e posteriores alterações) e as instituições participantes das ações de prevenção e controle do desmatamento, conforme composição formalizada pela Portaria MMA nº 337/2017:

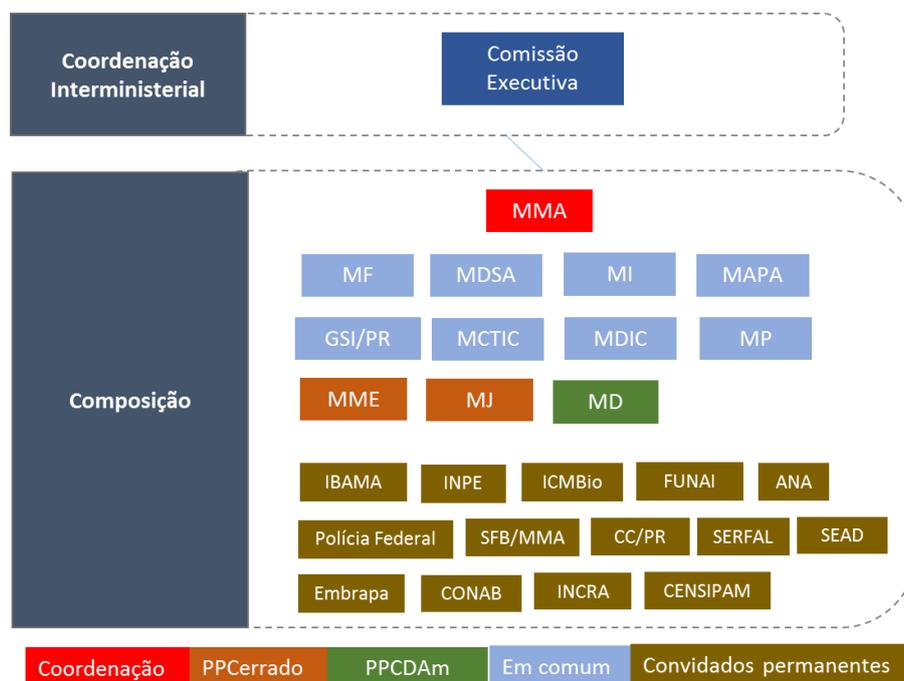


FIGURA 3. COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO EXECUTIVA UNIFICADA (PPCDAM E PPCERRADO).

As novas fases (2016-2020) do PPCDAm e do PPCerrado estão estruturadas em quatro Eixos temáticos e nove objetivos, que englobam ações que extrapolam as ações de comando e controle e imprimem um olhar global para a questão do desmatamento:

Objetivos

| | | | | | |
|--|-------------------------------------|---|---|--|--|
| 1. Promover a regularização fundiária | | 2. Promover o ordenamento territorial, fortalecendo as áreas protegidas | | 3. Promover a responsabilização pelos crimes e infrações ambientais | |
| 4. Efetivar a gestão florestal compartilhada | | 5. Prevenir e combater a ocorrência dos incêndios florestais | | 6. Aprimorar e fortalecer o monitoramento da cobertura vegetal | |
| 7. Promover o manejo florestal sustentável | | 8. Promover a sustentabilidade dos sistemas produtivos agropecuários | | 9. Implementar instrumentos normativos e econômicos para controle do desmatamento ilegal | |
| Eixos | Ordenamento Fundiário e Territorial | Monitoramento e Controle | Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis | Instrumentos econômicos e normativos | |

A expectativa é que os Planos sejam capazes de orientar e articular ações do governo federal, estadual e municipal, em parceria com a sociedade, para atingir a meta da Política Nacional sobre Mudança do Clima até 2020, tanto para a Amazônia como para o Cerrado.

2. ANÁLISE DO DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA (PRODES 2017)

A análise da dinâmica do desmatamento para o ano de 2017 (dado preliminar do PRODES 2017) mostra, como nos anos anteriores, que a área total desmatada tem uma distribuição não uniforme no território. Algumas frentes de desmatamento continuam ativas, outras frentes novas causam preocupação, mas, no geral, as áreas críticas continuam as mesmas, com destaque para algumas áreas que, além do desmatamento, apresentam conflitos, inclusive com mortes. A situação de disputa por terras, principalmente entre proprietários e povos e comunidades tradicionais, tem levado a situações extremas na Amazônia. Um cenário que ainda persiste, apesar dos esforços de regularização fundiária.

2.1. Desmatamento por classe de tamanho de polígonos

Além da redução das taxas de desmatamento ao longo dos últimos anos, é possível notar mudanças no padrão de tamanho das áreas desmatadas. No período entre 2004 e 2005, início do PPCDAm, os polígonos na classe de 100 a 500 hectares (ha) eram responsáveis por 25% da área desmatada. Já no ano seguinte, 2006, a maior concentração dos polígonos de desmatamento foi classificada entre 20 a 50 ha (25%), indicando uma adaptação dos desmatadores ao aumento da fiscalização em campo (

Tabela 1).

Essa característica se manteve por dois anos consecutivos e, em 2009, ocorreu uma mudança da concentração do desmatamento em uma classe de tamanho ainda menor, entre 10 e 20 ha. Em 2017, 60% dos polígonos estão nas classes até 50 hectares, mas também houve pequeno crescimento dos polígonos nas classes de 50-100 ha e de 100-500 ha.

TABELA 1. DINÂMICA DO DESMATAMENTO, ENTRE 2004 E 2017* (DADO PRELIMINAR), DE ACORDO COM AS CLASSES DE TAMANHO DAS ÁREAS DESMATADAS. A PORCENTAGEM É RELATIVA AO TOTAL DA ÁREA DESMATADA EM CADA ANO.

| | menor que 10 ha | entre 10 e 20 ha | entre 20 e 50 ha | entre 50 e 100 ha | entre 100 e 500 ha | entre 500 e 1000 ha | maior que 1000 ha | | pequenos | médios | grandes |
|------|-----------------|------------------|------------------|-------------------|--------------------|---------------------|-------------------|--|----------|--------|---------|
| 2004 | 13% | 12% | 18% | 13% | 25% | 8% | 10% | | | | |
| 2005 | 11% | 14% | 20% | 14% | 25% | 8% | 9% | | | | |
| 2006 | 11% | 17% | 25% | 16% | 22% | 4% | 4% | | | | |
| 2007 | 12% | 19% | 25% | 15% | 20% | 4% | 4% | | | | |
| 2008 | 15% | 23% | 25% | 13% | 17% | 3% | 4% | | | | |
| 2009 | 22% | 28% | 23% | 10% | 11% | 4% | 2% | | | | |
| 2010 | 26% | 29% | 23% | 10% | 10% | 1% | 1% | | | | |
| 2011 | 26% | 27% | 23% | 10% | 10% | 3% | 1% | | | | |
| 2012 | 21% | 26% | 24% | 12% | 13% | 3% | 1% | | | | |
| 2013 | 18% | 25% | 24% | 11% | 15% | 4% | 4% | | | | |
| 2014 | 20% | 26% | 23% | 11% | 15% | 4% | 3% | | | | |
| 2015 | 15% | 21% | 23% | 13% | 20% | 5% | 3% | | | | |
| 2016 | 18% | 22% | 21% | 11% | 19% | 5% | 4% | | | | |
| 2017 | 18% | 20% | 22% | 13% | 20% | 6% | 1% | | | | |

Essa mudança no perfil das classes de tamanho dos polígonos pode ser explicada por uma adaptação dos agentes em campo aos sistemas de monitoramento desenvolvidos ao longo deste período, como o Sistema de Detecção de Desmatamento em Tempo Real (DETER). Essa adaptação foi eficaz no passado, quando operava o DETER-A, desenvolvido justamente para dar suporte à fiscalização do IBAMA desde 2004. Com baixa resolução espacial (menor área observada equivale a 25 ha) e alta resolução temporal (revisita do satélite a cada dois dias), o DETER-A conferia agilidade para a fiscalização e a realização de ações rápidas de combate ao desmatamento. Entretanto, devido à baixa resolução espacial das imagens, a detecção de pequenas áreas desmatadas era limitada. Essa situação está sendo alterada com a implementação e operação dos novos sistemas DETER-B e DETER-C, além do sistema de radar do SIPAM-SAR, que fornecem dados mais acurados e com detecção de polígonos menores, pela melhor resolução espacial.

2.2. Distribuição do desmatamento por Estado

A distribuição do desmatamento nos estados, com as categorias fundiárias discriminadas, mostra que a dinâmica do desmatamento é diferente para cada um deles (Tabela 2). No estado de Rondônia, por exemplo, 16% do desmatamento está ocorrendo no interior de unidades de conservação, o que já indica um fato relatado pelas equipes de campo: estão esgotando os estoques florestais do estado e as ações predatórias se direcionando aos remanescentes das áreas protegidas. Já no Mato Grosso 80% do desmatamento ocorreu em *Área Privadas/Sem informação*, categoria composta por imóveis rurais e outras áreas não identificadas nas outras categorias. Algumas vezes, essa categoria inclui também glebas estaduais não destinadas ou não cadastradas.

TABELA 2. VARIAÇÃO DO DESMATAMENTO NAS CATEGORIAS FUNDIÁRIAS POR ESTADO, EM 2017*.

| Estado | PRODES 2017 | | | | | Desmatamento 2017* (km2) | Contribuição do Estado |
|---------------------------|----------------|---------------------|--------------|-------|---------------------------------|--------------------------|------------------------|
| | TERRA INDIGENA | UNIDADE CONSERVAÇÃO | ASSENTAMENTO | GLEBA | Áreas Privadas / Sem Informação | | |
| AC | 0,3% | 10,3% | 35,2% | 7,1% | 47,2% | 220,08 | 3% |
| AM | 1,4% | 1,0% | 11,3% | 58,4% | 28,0% | 825,37 | 13% |
| AP | 0,0% | 20,9% | 2,4% | 0,0% | 76,7% | 2,56 | 0% |
| MA | 7,6% | 3,1% | 29,2% | 11,1% | 48,9% | 207,23 | 3% |
| MT | 1,0% | 0,0% | 13,9% | 4,4% | 80,7% | 1.314,93 | 20% |
| PA | 2,1% | 12,0% | 36,2% | 31,3% | 18,4% | 2.497,45 | 39% |
| RO | 1,3% | 16,5% | 22,6% | 33,5% | 26,2% | 1.267,90 | 20% |
| RR | 0,4% | 0,0% | 35,4% | 64,1% | 0,1% | 73,45 | 1% |
| TO | 0,0% | 3,0% | 20,5% | 1,6% | 74,9% | 14,80 | 0% |
| Contribuição da categoria | 1,7% | 8,5% | 25,5% | 28,5% | 35,8% | 6.424 ** | 100% |

Observa-se que, do total de 6.624 km² desmatados, 39% ocorreu no estado do Pará, que continua contribuindo com a maior área desmatada, em boa parte devido à extensão de

seu território em relação aos demais estados, com exceção do Amazonas. Apesar da grande extensão, o Amazonas representa ainda 13% da área total desmatada em 2017. Em contrapartida, Rondônia aponta como um estado com novas e antigas frentes de desmatamento, equiparando-se à contribuição do Mato Grosso no ano de 2017 (Figura 4).

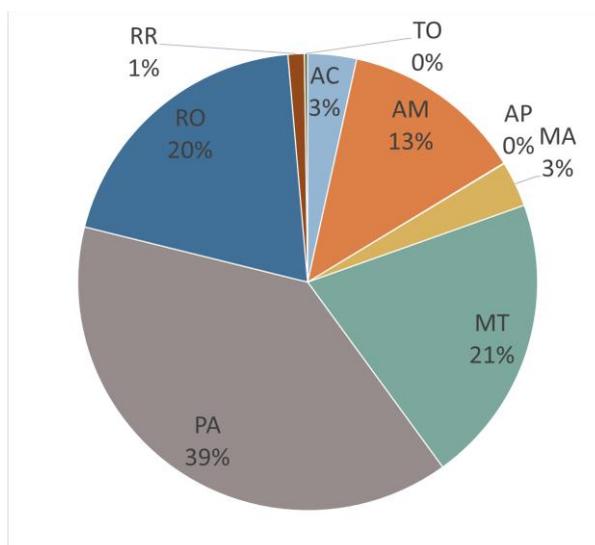


FIGURA 4. DISTRIBUIÇÃO DO DESMATAMENTO PRODES 2017 (6.624 km²) ENTRE OS ESTADOS DA AMAZÔNIA LEGAL.

2.3. Análise por Categorias Fundiárias

A seguir, são apresentados os dados das áreas com maiores desmatamentos, por categoria fundiária, com base nos dados preliminares de 2017 e comparados com o PRODES 2016 (consolidado) para dar indicativos de alta ou diminuição do desmatamento. Cada tabela contém as dez áreas com maior desmatamento detectado em cada ano. Nesse método de análise, desconsiderou-se as sobreposições existentes entre as categorias, de modo a evitar a contagem duplicada de áreas.

2.3.1. Terras Indígenas

Para o ano de 2017, as dez terras indígenas com maior desmatamento, no período monitorado, foram: Cachoeira Seca (PA), Porquinhos dos Canela-Apãnjekra (MA), Ituna/Itata (PA), Kayapó (PA), Peneri/Tacaquiri (RO), Uru-Eu-Wau-Wau (RO), Apyterewa (PA), Munduruku (PA) e Sete de Setembro (RO) (Tabela 3). Essas dez terras indígenas são responsáveis por 68% de todo o desmatamento que ocorreu nesta categoria fundiária no PRODES 2017.

Apenas uma Terra Indígena (Cachoeira Seca), foi responsável por quase 16% de todo o desmatamento nesta categoria fundiária. Essa TI está na lista das terras com maior desmatamento desde 2012, como mostram análises anteriores no âmbito do PPCDAm. É

preciso lembrar, contudo, que o desmatamento em terras indígenas, em relação ao total desmatado na Amazônia, em geral, não ultrapassa 2%. Em 2017, foi de apenas 2%.

TABELA 3. TERRAS INDÍGENAS COM MAIOR DESMATAMENTO NO ANO DE 2017 (PRODES, DADOS PRELIMINARES).

| UF | Nome da TI | Desmatamento em 2016 (km ²) | Desmatamento em 2017* (km ²) |
|--------------|---------------------------------|---|--|
| PA | Cachoeira Seca | 12,78 | 15,89 |
| MA | Porquinhos dos Canela-Apãnjekra | 0,7 | 11,58 |
| PA | Ituna/Itata | 1,66 | 9,86 |
| PA | Kayapó | 3,18 | 8,60 |
| AM | Peneri/Tacaquiri | 0,21 | 8,03 |
| RO | Uru-Eu-Wau-Wau | 5,39 | 6,55 |
| PA | Apyterewa | 5,08 | 5,62 |
| PA | Munduruku | 1,93 | 4,34 |
| RO | Sete de Setembro | 1,18 | 4,30 |
| Total | | 32,11 | 74,77 |

A TI Cachoeira Seca, localizada nos municípios de Uruará e Placas no estado do Pará, está na área de impacto da Usina Hidroelétrica de Belo Monte e fica próxima à BR-230. Além disto, essa área vem sofrendo ação de madeireiros de áreas manejadas próximas à TI. A retirada ilegal de madeira em seu interior foi denunciada pelos próprios indígenas, pela Fundação Nacional do Índio (Funai) e por organizações não governamentais, o que levou o Ibama a reforçar operações de fiscalização durante esses anos. O que o PRODES 2017 indica é que, apesar dos esforços de fiscalização dos ilícitos ambientais nesta Terra Indígena, ela permanece figurando como uma área crítica, demandando atenção especial do PPCDAm.

2.3.2. Unidades de Conservação

Para o ano de 2017, as dez unidades de conservação com maior desmatamento, no período monitorado, foram: Área de Proteção Ambiental Triunfo do Xingu (PA, estadual), Reserva Extrativista Jaci-Paraná (RO, estadual), Área de Proteção do Tapajós (PA, federal), Floresta Nacional do Jamanxim (PA, federal), Parque Estadual de Guajará-Mirim (RO, estadual), Reserva Extrativista Chico Mendes (AC, federal), Área de Proteção Ambiental do Lago de Tucuruí (PA, estadual), Reserva Extrativista Angelim (RO, estadual), Reserva Extrativista Rio Preto-Jacundá (RO, estadual) e Estação Ecológica da Terra do Meio (PA, federal) (Tabela 4). Essas dez unidades de conservação são responsáveis por mais de 90% de todo o desmatamento que ocorreu nesta categoria fundiária no PRODES 2017. Vale destacar também que 80% do desmatamento dentro de unidades de conservação está localizada nas unidades estaduais.

Tabela 4. Unidades de Conservação federais e estaduais com maior desmatamento no ano de 2017 (Prodes, dados preliminares).

| UF | Unidade de Conservação | Esfera de gestão | Desmatamento 2016 (km ²) | Desmatamento 2017* (km ²) |
|----|---|------------------|--------------------------------------|---------------------------------------|
| PA | Área de Proteção Ambiental Triunfo do Xingu | estadual | 422,11 | 209,88 |
| RO | Reserva Extrativista Jaci-Paraná | estadual | 115,05 | 144,54 |
| PA | Área de Proteção Ambiental do Tapajós | federal | 31,20 | 32,30 |
| PA | Floresta Nacional do Jamanxim | federal | 73,06 | 25,09 |
| RO | Parque Estadual de Guajará-Mirim | estadual | 13,62 | 22,81 |
| AC | Reserva Extrativista Chico Mendes | federal | 29,66 | 18,84 |
| PA | ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO LAGO DE TUCURUI | estadual | 19,92 | 14,05 |
| RO | RESERVA EXTRATIVISTA ANGELIM | estadual | 2,93 | 12,62 |
| RO | RESERVA EXTRATIVISTA RIO PRETO-JACUNDÁ | estadual | 9,38 | 11,51 |
| PA | ESTAÇÃO ECOLÓGICA DA TERRA DO MEIO | federal | 8,53 | 11,44 |
| | Total | | 725,46 | 503,08 |

A FLONA do Jamanxim (PA), localizada próxima à BR-163 e no município de Novo Progresso (município prioritário), já registrava uma tendência de aumento do desmatamento. Cabe lembrar que essa UC já foi alvo de várias operações de fiscalização, entre elas: Boi Pirata I e II, que embargou 50 mil hectares e foi encerrada em 2010. Ainda em 2010, foi publicado o Plano de Manejo dessa FLONA, que definiu um total de 937.479,56 ha para o manejo florestal sustentável. Em 2014, uma investigação conjunta do Ibama, Polícia Federal, Receita Federal e Ministério Público Federal, resultou na operação Castanheira, destinada a desarticular organização criminosa especializada em grilagem de terras e crimes ambientais. A quadrilha agia invadindo terras públicas (dentre elas, a FLONA do Jamanxim), promovendo desmatamento e queimadas para formação de pastos, loteamento e revenda.

Desde do ano da sua criação até 2015, o monitoramento feito a partir do PRODES detectou uma área desmatada de aproximadamente 680 km². Dentro dessa FLONA existe um grande assentamento, o PDS Vale do Jamanxim, cujo desmatamento registrado entre 2012 e 2015 foi de 44 km², ou ainda 18% do desmatamento registrado nesse período. Entre agosto de 2014 e julho de 2015, o Ibama emitiu 77 autos de infração nessa área e entre 2012 e 2015 foram registrados 179 alertas de desmatamento (DETER). Estes, somados a diversos outros esforços federais parecem ter reduzido o desmatamento na unidade, que passou de 73,06 km² (2016) para 25,09 km² (2017), ainda que sob a cautela do dado preliminar.

2.3.3. Assentamentos

Para o ano de 2017, os dez assentamentos com maior desmatamento, no período monitorado, foram: Resex Jaci-Paraná (RO), PDS Liberdade I (PA), PAF Jequitibá (RO), PDS Liberdade (PA), PA Surubim (PA), PDS Itata (PA), PA Monte (AM), PA Tuere (PA), PA Paraíso do Norte (PA), PA Pombal (PA) (Tabela 5). Esses dez assentamentos são responsáveis por 35% de todo o desmatamento que ocorreu nesta categoria fundiária no PRODES 2017.

Nota-se que o desmatamento nesses assentamentos com maior área desmatada em 2017 aumentou em relação ao ano anterior, passando de 436,77 km² para 578,43 km², em comportamento oposto ao dado geral. Em 2016, o total desmatado em assentamentos somou 2.116,87 km², já em 2017 foi detectado um total de 1.634,89 km², acompanhando a queda observada neste último ano.

TABELA 5. ASSENTAMENTOS COM MAIOR DESMATAMENTO NO ANO DE 2017 (PRODES, DADOS PRELIMINARES).

| UF | Nome do Projeto | Desmatamento em 2016 (km ²) | Desmatamento em 2017*(km ²) |
|----|-----------------------|---|---|
| RO | RESEX RIO JACI-PARANA | 115,1 | 144,78 |
| PA | PDS LIBERDADE I | 111,12 | 104,42 |
| RO | PAF JEQUITIBÁ | 50,79 | 63,06 |
| PA | PDS LIBERDADE | 45,23 | 62,26 |
| PA | PA SURUBIM | 0,08 | 54,88 |
| PA | PDS ITATA | 15,3 | 38,35 |
| AM | PA MONTE | 44,5 | 30,77 |
| PA | PA TUERE | 53,65 | 28,99 |
| PA | PA PARAISO DO NORTE | 1 | 26,29 |
| PA | PA POMBAL | 0 | 24,62 |
| | | 436,77 | 578,43 |

O PA Monte, que figura há pelo menos três anos na lista dos mais desmatados, localiza-se ente os municípios de Boca do Acre-AM e Lábrea-AM. Esse assentamento foi ocupado irregularmente, ocorrendo comercialização e acumulação ilegal de lotes. Além disso, foi possível observar ocorrência de desmatamento indiscriminado de áreas, invasão de lotes e comércio ilegal de madeira. Em 2014, o Ministério Público Federal (MPF/AM) recomendou ao INCRA a promoção de medidas administrativas e judiciais para identificação e retomada de lotes ocupados indevidamente no PA Monte.

Os Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Liberdade/Liberdade I (nos municípios de Portel e Pacajá-PA), ambos próximos à BR-230, apresentaram um grande aumento no desmatamento nos últimos anos. As portarias de criação do PDS Liberdade e Liberdade I haviam sido canceladas em 2011 pelo Juízo Federal de Santarém (PA) devido à ausência das licenças necessária para criação dos assentamentos. Em 2015, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região anulou a sentença, que acabou acarretando a interdição judicial destas duas áreas. A regularização destas aguarda parecer de um grupo de trabalho criado para resolução do problema.

Não obstante aos avanços empreendidos pelo INCRA para regularização ambiental e fundiária dos assentamentos e demais ações de fiscalização e fomento produtivo sustentável, os dados do desmatamento de 2017 mostram que a situação de conflitos e pendências no processo de implementação dos assentamentos, associados à grilagem e outros problemas fundiários e sociais, mantém o cenário de ocorrência de desmatamento nas mesmas regiões.

2.3.4. Glebas Públicas Federais não destinadas

Para o ano de 2017, as dez glebas públicas federais não destinadas com maior desmatamento, no período monitorado, foram: “Sem nome” (AM), Tuerê (PA), Jacundá (PA), Capitão Sílvio (RO), M2 (AM), Floresta (PA), Carajás (PA), Ituna (PA), Manduacari (PA), Machadinho (RO) (Tabela 6). Essas dez glebas são responsáveis por 50% de todo o desmatamento que ocorreu nesta categoria fundiária no PRODES 2017.

As dez glebas com maior desmatamento em 2017 são todas aquelas que vinham figurando entre as glebas mais desmatadas no período 2012-2015. A Gleba de Curuaes, por exemplo, apresentou, entre 2012-2015, o maior desmatamento no período, sendo responsável por 7,5% de todo o desmatamento em Glebas. Em 2016, Curuaés apresentou um desmatamento de 62,93 km², em segundo lugar após Carajás (com 69,3 km²). Entretanto, em 2017, observam-se novas glebas com grandes áreas desmatadas, fazendo com que Curuaés não figurasse na lista das dez glebas com maior desmatamento (Tabela 6).

TABELA 6. GLEBAS PÚBLICAS FEDERAIS NÃO DESTINADAS COM MAIOR DESMATAMENTO NO ANO DE 2017 (PRODES, DADOS PRELIMINARES).

| UF | Nome da Gleba | Desmatamento em 2016 (km ²) | Desmatamento em 2017* (km ²) |
|----|-------------------------|---|--|
| AM | SEM NOME | 142 | 147,38 |
| PA | TUERÊ | 154 | 145,17 |
| PA | JACUNDÁ | 75,34 | 98,89 |
| RO | CAPITÃO SILVIO FIGURA 1 | 72,04 | 87,95 |
| AM | M2 | 74,68 | 84,28 |
| PA | FLORESTA | 4,18 | 79,12 |
| PA | CARAJÁS | 150 | 75,35 |
| PA | ITUNA | 39,07 | 70,73 |
| PA | MANDUACARI | 65 | 67,42 |
| RO | MACHADINHO | 56,65 | 65,13 |
| | | 832,96 | 921,42 |

A situação ora relatada demanda preocupação da Comissão Executiva, pois, do mesmo modo como nos assentamentos, o desmatamento nas dez glebas com sua maior ocorrência aumentou em relação ao ano anterior (2016). Indica uma dinâmica ativa de novas frentes de desmatamento, apesar da redução da taxa geral do desmatamento.

2.3.5. Municípios

Para o ano de 2017, os dez municípios com maior desmatamento, no período monitorado, foram: Porto Velho (RO), Lábrea (AM), São Félix do Xingu (PA), Altamira (PA), Pacajá (PA), Nova Mamoré (RO), Colniza (MT), Apuí (AM), Portel (PA) e Novo Aripuanã (AM) (Tabela 7). Esses dez municípios são responsáveis por 31% de todo o desmatamento que ocorreu nesta categoria fundiária no PRODES 2017. Todos esses municípios fazem parte da lista de Municípios Prioritários, atualizada recentemente por meio da Portaria nº 361, de 8 de setembro de 2017. Considerando os 39 municípios prioritários, eles representam 58% de todo o desmatamento que ocorre na Amazônia Legal.

TABELA 7. MUNICÍPIOS COM MAIOR DESMATAMENTO NO ANO DE 2017 (PRODES, DADOS PRELIMINARES).

| UF | Município | Situação | Desmatamento em 2016 (km ²) | Desmatamento em 2017 (km ²) |
|----|--------------------|-------------|---|---|
| RO | PORTO VELHO | Prioritário | 305,3 | 346,72 |
| AM | LÁBREA | Prioritário | 310,25 | 276,87 |
| PA | SÃO FÉLIX DO XINGU | Prioritário | 315 | 236,71 |
| PA | ALTAMIRA | Prioritário | 409,4 | 224,93 |
| PA | PACAJÁ | Prioritário | 152,8 | 196,97 |
| RO | NOVA MAMORÉ | Prioritário | 144,18 | 177,16 |
| MT | COLNIZA | Prioritário | 222,26 | 174,48 |
| AM | APUÍ | Prioritário | 161,7 | 169,71 |
| PA | PORTEL | Prioritário | 178,07 | 156,59 |
| AM | NOVO ARIPUANÃ | Prioritário | 152,44 | 125,66 |
| | | | 2351,4 | 2.085,80 |

Alguns municípios de grande extensão, como Altamira, vêm figurando entre os maiores desmatadores há alguns anos, somando entre 2012 e 2016 uma perda de 1.529 km². Em 2017, o desmatamento em Altamira reduziu de 409,4 km² (2016) para 224,93 km². Já Porto Velho, boa parte da pressão têm sido associada à construção das usinas hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau. Considerando um raio de 50 km ao redor dessas usinas, dentro do município, identificou-se uma área aproximada de 207 km² desmatados entre 2012 e 2015.

3. ANÁLISE DO DESMATAMENTO NO CERRADO (PRODES 2013-2015)

A análise da dinâmica do desmatamento para o ano de 2013-2015 (último dado disponibilizado pelo INPE) mostra que a área total desmatada concentra-se nas áreas privadas ou sem informações. Isso ocorre, pois, no Cerrado, a área coberta por assentamentos e por unidades de conservação e terras indígenas são bem menores do que na Amazônia, além da quase inexistência de glebas públicas federais.

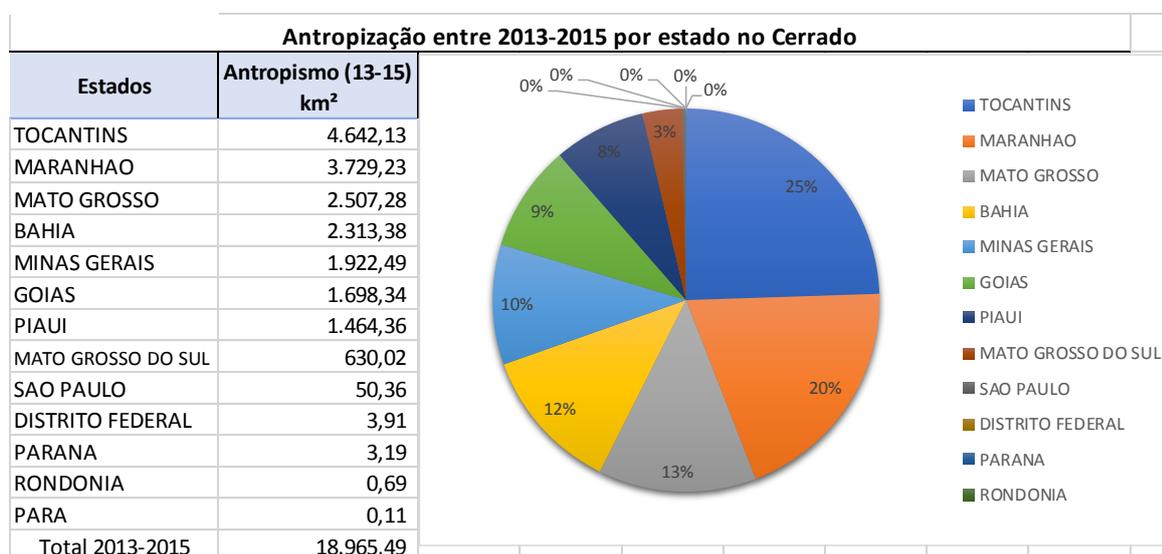
No Cerrado, a preocupação com o avanço do desmatamento permanece na porção norte do Bioma, onde remanescem os últimos e extensos fragmentos de vegetação natural. A situação de disputa por terras entre grandes proprietários, posseiros e povos e comunidades tradicionais tem levado a situações extremas, especialmente na região do Matopiba,

Entre 2013-2015, o Cerrado perdeu 18.976,04 km², o que implica em uma média anual de 9.482 km², ou seja, mais de 3.200 km² superior à taxa PRODES 2015 mensurada para a Amazônia Legal. Contudo, a Amazônia Legal possui o dobro da área do bioma Cerrado, indicando a gravidade da situação desde bioma considerado um *hotspot* de biodiversidade mundial e berço das águas do Brasil.

3.1. Distribuição do desmatamento por Estado

A distribuição do desmatamento nos estados mostra que a dinâmica do desmatamento é diferente para cada um deles (Tabela 8). Os estados que mais contribuíram para o desmatamento no Cerrado entre 2013-2015 foram: Tocantins (4.642,34 km²), Maranhão (3.738,36 km²), Mato Grosso (2.506,78 km²) e Bahia (2.313,71 km²).

TABELA 8. VARIAÇÃO DO DESMATAMENTO POR ESTADO, PARA O PERÍODO 2013-2015.



A distribuição do desmatamento nos estados, com as categorias fundiárias discriminadas, mostra que a dinâmica do desmatamento no Cerrado é mais homogênea entre as categorias, com alta concentração do desmatamento em áreas classificadas como “sem informação”, nas quais encontram-se as áreas privadas (imóveis rurais) e demais áreas que não se enquadram nas demais categorias analisadas (Tabela 9).

TABELA 9. VARIAÇÃO DO DESMATAMENTO NAS CATEGORIAS FUNDIÁRIAS POR ESTADO, ENTRE 2013-2015.

| Estados | Categorias Fundiárias | | | | | Contribuição ao total (%) |
|--------------------|-----------------------|---------------------------------|----------------|-------------------|-------------|---------------------------|
| | Assentamento | Áreas privadas / Sem Informação | Terra Indígena | Unid. Conservação | | |
| | | | | PI | US | |
| TOCANTINS | 4% | 85% | 0% | 0% | 11% | 24,46% |
| MARANHÃO | 9% | 87% | 2% | 0% | 2% | 19,70% |
| MATO GROSSO | 12% | 83% | 1% | 0% | 4% | 13,21% |
| BAHIA | 3% | 90% | 0% | 0% | 7% | 12,19% |
| MINAS GERAIS | 5% | 87% | 1% | 0% | 7% | 10,13% |
| GOIÁS | 5% | 89% | 0% | 0% | 5% | 8,95% |
| PIAUI | 1% | 98% | 0% | 1% | 0% | 7,71% |
| MATO GROSSO DO SUL | 2% | 98% | 0% | 0% | 0% | 3,32% |
| SÃO PAULO | 1% | 83% | 0% | 0% | 19% | 0,27% |
| DISTRITO FEDERAL | 0% | 1% | 0% | 1% | 98% | 0,02% |
| PARANÁ | 0% | 24% | 0% | 0% | 75% | 0,02% |
| RONDÔNIA | 0% | 55% | 45% | 0% | 0% | 0,00% |
| PARÁ | 0% | 100% | 0% | 0% | 0% | 0,00% |
| Total Geral | 5,6% | 88% | 0,6% | 0,1% | 5,9% | 100% |

O estado do Tocantins, por exemplo, possui 11% do seu desmatamento ocorrendo dentro de unidades de conservação, maior índice entre os estados cujo desmatamento representa ao menos 1% do total verificado no Cerrado. O Distrito Federal aparece com 98% do desmatamento dentro de UC, isto porque quase a totalidade do território está contido em Área de Proteção Ambiental, que permite o uso privado. No entanto o desmatamento no DF representa 0,02% do total do bioma. Como já mencionado, apenas 8,3% do território do bioma Cerrado está protegido por unidades de conservação e 4% por terras indígenas.

Também é preciso pontuar a diferença do regime de proteção legal entre Amazônia e Cerrado, sendo que no bioma Cerrado, a reserva legal é de apenas 20% do imóvel rural. Portanto, é esperado que a maior parte do desmatamento no Cerrado, considerado a grande fronteira agrícola nacional, ocorra em áreas privadas.

3.2. Análise por Categorias Fundiárias

A seguir, serão apresentados os dados das áreas com maiores desmatamentos (desmatamento absoluto) com base nos dados de desmatamento entre os anos de 2013-2015 fornecidos pelo INPE (PRODES Cerrado). Nesse método de análise, desconsiderou-se as

sobreposições existentes entre as categorias, de modo a evitar a contagem duplicada de áreas.

3.2.1. Terras Indígenas

Para o biênio 2013-2015, as dez terras indígenas com maior desmatamento no período monitorado foram: Kanela Memortumré (MA), Bacurizinho (MA), Porquinhos dos Kanela Apãnjekra (MA), Xacriabá (MG), Wedezé (MT), Urubu branco (MT), Krikati (MA), Bakairi (MT), Enawenê-Nawê (MT) e Uirapuru (MT) (Tabela 10). Essas dez terras indígenas são responsáveis por 81% de todo o desmatamento que ocorreu nesta categoria fundiária período analisado.

TABELA 10. TERRAS INDÍGENAS COM MAIOR DESMATAMENTO ENTRE 2013-2015. FONTE: PRODES CERRADO.

| Nome da Terra Indígena | Estado | Fase (TI) | Antropismo (13-15) km ² |
|---------------------------------|--------------|--------------|------------------------------------|
| Kanela Memortumré | MARANHÃO | Delimitada | 22,86 |
| Bacurizinho | MARANHÃO | Declarada | 20,78 |
| Bacurizinho | MARANHÃO | Regularizada | 0,25 |
| Porquinhos dos Kanela Apãnjekra | MARANHÃO | Declarada | 13,31 |
| Xacriabá | MINAS GERAIS | Regularizada | 11,27 |
| Wedezé | MATO GROSSO | Delimitada | 6,64 |
| Urubu Branco | MATO GROSSO | Regularizada | 6,37 |
| Krikati | MARANHÃO | Regularizada | 5,18 |
| Bakairi | MATO GROSSO | Regularizada | 3,31 |
| Enawenê-Nawê | MATO GROSSO | Regularizada | 3,21 |
| Uirapuru | MATO GROSSO | Declarada | 2,90 |
| Total | | | 96,08 |

3.2.2. Unidades de Conservação federais e estaduais

Para o biênio 2013-2015, as dez unidades de conservação federais com maior desmatamento no período monitorado foram: APA Serra da Tabatinga (TO), APA das Nascentes do Rio Vermelho (MG), APA Delta do Parnaíba (PI), Estação Ecológica de Uruçuí-Una (PI), APA Meandros do Araguaia (MT), Resex Extremo Norte do Tocantins (TO), Parque Nacional das Nascentes do Parnaíba (PI), APA do Planalto Central (DF), APA Cavernas do Peruaçu (MG) e Resex Mata Grande (MA) (Tabela 11). Essas dez unidades de conservação são responsáveis por 8,21% de todo o desmatamento que ocorreu nesta categoria fundiária período analisado.

TABELA 11. UNIDADES DE CONSERVAÇÃO FEDERAIS COM MAIOR DESMATAMENTO ENTRE 2013-2015. FONTE: PRODES CERRADO.

| Nome da UC | Antropismo (13-15) km ² |
|--|------------------------------------|
| ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL SERRA DA TABATINGA | 28,17 |
| ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DAS NASCENTES DO RIO VERMELHO | 17,04 |
| ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DELTA DO PARNAIBA | 10,86 |
| ESTAÇÃO ECOLÓGICA DE URUÇUÍ-UNA | 9,66 |
| ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL MEANDROS DO ARAGUAIA | 7,17 |
| RESERVA EXTRATIVISTA EXTREMO NORTE DO TOCANTINS | 6,74 |
| PARQUE NACIONAL DAS NASCENTES DO RIO PARNAIBA | 4,65 |
| ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO PLANALTO CENTRAL | 4,61 |
| ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL CAVERNAS DO PERUAÇU | 2,67 |
| RESERVA EXTRATIVISTA MATA GRANDE | 2,21 |
| Total | 93,78 |

Para o biênio 2013-2015, as dez unidades de conservação estaduais com maior desmatamento no período monitorado foram todas áreas de proteção ambiental, que mesclam áreas de domínio público com áreas de domínio privado, onde é permitido o desmatamento legal e autorizado: APA Ilha do Bananal/Cantão (TO), APA do Rio Preto (BA), APA das Cabeceiras do Rio Cuiabá (MT), APA Pouso Alto (GO), APA Cochá e Gibão (MG), APA Bacia do Rio Pandeiros (MG), APA dos Morros Garapenses (MA), APA Bacia do Rio de Janeiro (BA), APA Lago de Palmas (TO) e APA Foz do Rio Santa Tereza (TO) (Tabela 12). Essas dez unidades de conservação são responsáveis por 83% de todo o desmatamento que ocorreu nesta categoria fundiária período analisado.

TABELA 12. UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ESTADUAIS COM MAIOR DESMATAMENTO ENTRE 2013-2015. FONTE: PRODES CERRADO.

| Nome da UC Estadual | Antropismo (13-15) km ² |
|---|------------------------------------|
| ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL ILHA DO BANANAL/CANTÃO | 419,60 |
| ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO RIO PRETO | 127,40 |
| ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DAS CABECEIRAS DO RIO CUIABÁ | 89,68 |
| ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL POUSO ALTO | 69,59 |
| ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL COCHÁ E GIBÃO | 65,65 |
| ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL BACIA DO RIO PANDEIROS | 59,05 |
| ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DOS MORROS GARAPENSES | 47,32 |
| ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL BACIA DO RIO DE JANEIRO | 40,63 |
| ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL LAGO DE PALMAS | 15,28 |
| ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL FOZ DO RIO SANTA TEREZA | 13,22 |
| Total | 947,43 |

3.2.3. Assentamentos

Para o biênio 2013-2016, os dez assentamentos com maior desmatamento no período monitorado foram: PIC Barra do Corda (MA), PA Macife (MT), PE Buritirana I (MA), PA Santa Rita (MT), PA Rio dos Bois (MG), PA Noidorinho/Vitória (MT), PA Santana da (MT), PA CIGRA (MA), PA Loroty (TO) e PE Passagem do Gado (Tabela 13). Esses dez assentamentos são

responsáveis por 23% de todo o desmatamento que ocorreu nesta categoria fundiária no PRODES 2017.

TABELA 13. ASSENTAMENTOS COM MAIOR DESMATAMENTO ENTRE 2013-2015. FONTE: PRODES CERRADO.

| Modalidade | Estado | Antropismo (13-15) km ² |
|-----------------------|--------|------------------------------------|
| PIC BARRA DO CORDA | MA | 104,40 |
| PA MACIFE | MT | 26,59 |
| PE BURITIRANA i | MA | 20,83 |
| PA SANTA RITA | MT | 18,68 |
| PA RIO DOS BOIS | MG | 17,10 |
| PA NOIDORINHO/VITURIA | MT | 16,52 |
| PA SANTANA DA | MT | 16,31 |
| PA CIGRA | MA | 13,70 |
| PA LOROTY | TO | 13,21 |
| PE PASSAGEM DO GADO | MA | 13,09 |
| Total | | 260,43 |

3.2.4. Municípios

Para o biênio de 2013-2015, os dez municípios com maior desmatamento no período monitorado foram: São Desidério (BA), Jaborandi (BA), Formosa do Rio Preto (BA), Uruçuí (PI), Balsas (MA), Grajaú (MA), Baixa Grande do Ribeiro (PI), Cocos (BA), Correntina (BA) e Peixe (TO) (Tabela 14). Esses dez municípios são responsáveis por 11% de todo o desmatamento que ocorreu nesta categoria fundiária segundo o o PRODES Cerrado 2013-2015, todos na região do Matopiba.

TABELA 14. MUNICÍPIOS COM MAIOR DESMATAMENTO ENTRE 2013-2015. FONTE: PRODES CERRADO.

| Municípios | Estado | Antropismo (13-15) km ² |
|-------------------------|--------|------------------------------------|
| SÃO DESIDÉRIO | BA | 337,02 |
| JABORANDI | BA | 295,27 |
| FORMOSA DO RIO PRETO | BA | 271,66 |
| URUÇUÍ | PI | 228,65 |
| BALSAS | MA | 206,95 |
| GRAJAÚ | MA | 200,01 |
| BAIXA GRANDE DO RIBEIRO | PI | 187,42 |
| COCOS | BA | 183,64 |
| CORRENTINA | BA | 165,64 |
| PEIXE | TO | 165,31 |
| Total | | 2.241,59 |

4. INICIATIVAS EMPREENDIDAS PELA SECRETARIA EXECUTIVA DO PPCDAM E PPCERRADO

4.1. Comitê Permanente de Coordenação sobre Desmatamento

O Comitê Permanente de Coordenação sobre Desmatamento foi instituído por meio de Portaria do Ministério do Meio Ambiente (Portaria nº 152, de 12 de abril de 2017) para coordenar as ações de prevenção e controle do desmatamento e da degradação florestal no âmbito do MMA e de suas vinculadas. O CPCD, portanto, dialoga com a pauta das Comissões Executivas do PPCDAm e do PPCerrado, realizando o alinhamento e a articulação da representação do MMA e vinculadas nos Planos de Prevenção e Controle do Desmatamento.

Integram o Comitê: O Secretário de Mudança do Clima e Florestas – SMCF, que o coordenará; Secretário de Biodiversidade – Sbio; Secretário de Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental – SRHQ; Secretária de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável – SEDR; Secretário de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental – SAIC; Presidente do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA; Presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio; Diretor Geral do Serviço Florestal Brasileiro – SFB; Diretor Presidente da Agência Nacional de Águas – ANA.

O CPCD já realizou duas reuniões no ano de 2017, a última no dia 3 de outubro, na qual participaram representantes dos governos estaduais da Amazônia Legal, a convite da Secretaria de Mudança do Clima, no intuito de estreitar o diálogo federativo para combate ao desmatamento. Durante esta reunião que contou com a presença do Ministro do Meio Ambiente, foram aprovados os seguintes encaminhamentos: i) criação de uma lista pública de áreas autorizadas de desmatamento com o intuito de dar transparência aos dados e diferenciar o desmatamento legal daquele ilegal (esta proposta também foi aprovada pelos membros da Câmara Temática de Fiscalização Ambiental, na ocasião de sua 2ª reunião realizada em 23 de agosto de 2017); ii) criação do grupo de trabalho sobre a cadeia produtiva pecuária, no âmbito do CPCD, coordenado pela SEDR; iii) criação do grupo de trabalho sobre a cadeia produtiva da soja, no âmbito do CPCD, coordenado pela SMCF; iv) criação da Rede de Fiscalização Ambiental da Amazônia; v) aprovação dos critérios orientadores de projetos de fiscalização ambiental dos estados para acesso a recursos do Fundo Amazônia; vi) unificação da lista de áreas embargadas do Ibama e do ICMBio.

4.2. Fundo Amazônia (novas chamadas e critérios orientadores)

O Fundo Amazônia visa contribuir para a redução das emissões de gases de efeito estufa resultantes do desmatamento e da degradação das florestas. É um instrumento de captação de recursos de doações voluntárias para aplicação não reembolsável em ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento e de promoção da conservação e do uso sustentável da floresta no bioma Amazônia, nos termos do Decreto nº 6.527, de 1º de agosto de 2008.

Entre os avanços alcançados em 2017 no PPCDAm e no PPCerrado, com auxílio do Fundo Amazônia, destacam-se a aprovação de Critérios Orientadores para o Apoio do Fundo Amazônia à fiscalização e combate a crimes e infrações ambientais pelos estados da Amazônia Legal, bem como a publicação da Chamada nº 01/2017 – Consolidação e Fortalecimento de Cadeias de Valor Sustentáveis e Inclusivas.

O apoio do Fundo Amazônia aos estados da Amazônia Legal em suas ações de fiscalização será de alta relevância para aumentar a responsabilização administrativa dos ilícitos relacionados ao desmatamento, contribuindo para a redução das taxas até 2020. A elaboração dos critérios orientadores foi uma iniciativa coordenada pelo Departamento de Florestas e Combate ao Desmatamento, com o objetivo de fortalecer a atuação integrada e coordenada dos estados com o governo federal, cujo texto foi apreciado e aprovado em diversas instâncias de governança, inclusive com a presença de representantes estaduais: no dia 23 de agosto de 2017, pela Câmara Temática de Fiscalização Ambiental; no dia 24 de agosto, pelas Comissões Executivas do PPCDAm e PPCerrado; no dia 3 de outubro, pelo Comitê Permanente de Coordenação sobre Desmatamento. Após esse processo de discussão e validação, os Critérios Orientadores para Fiscalização Ambiental foram aprovados pelo Comitê Orientador do Fundo Amazônia, compondo uma importante conquista para os Estados da Amazônia Legal e para o fortalecimento das ações de Monitoramento e Controle.

4.3. Municípios prioritários da Amazônia Legal

A listagem de municípios prioritários para ações de prevenção, monitoramento e controle do desmatamento foi estipulada pelo Decreto nº 6.321/2007. Para que um município entre ou saia da lista de municípios prioritários, é necessário que eles atinjam critérios estabelecidos em Portarias do Ministério do Meio Ambiente, considerando a dinâmica do desmatamento. A última Portaria publicada com os critérios de inclusão foi a Portaria MMA nº 360, de 8 de setembro de 2017. Foram também publicadas no mesmo dia a Portaria nº 361/2017, incluindo novos municípios na lista de prioritários para prevenção e controle do desmatamento e também a Portaria nº 362/2017, que indicou aqueles municípios que

tiveram suas taxas reduzidas e passaram a ser considerados apenas municípios com desmatamento monitorado. Entraram na lista de prioritários 8 novos municípios enquanto que 10 deixaram de ser prioritários.

Com esta atualização a lista de municípios prioritários foi reduzida de 41 para 39 municípios, em 2017, mas a contribuição relativa dos municípios da lista com relação ao desmatamento total da Amazônia subiu de 47% para 59% demonstrando que a lista está realmente composta por aqueles municípios que merecem maior atenção para o combate ao desmatamento. Isto também confere maior credibilidade para o instrumento.

Atualmente, portanto, constam na lista de prioritários 39 municípios e, na lista de monitorados e sob controle, 21 municípios. Desde a criação da lista de municípios prioritários é possível observar que o desmatamento ocorrido nestas áreas corresponde a, aproximadamente, 46% de todo o desmatamento detectado anualmente pelo PRODES.

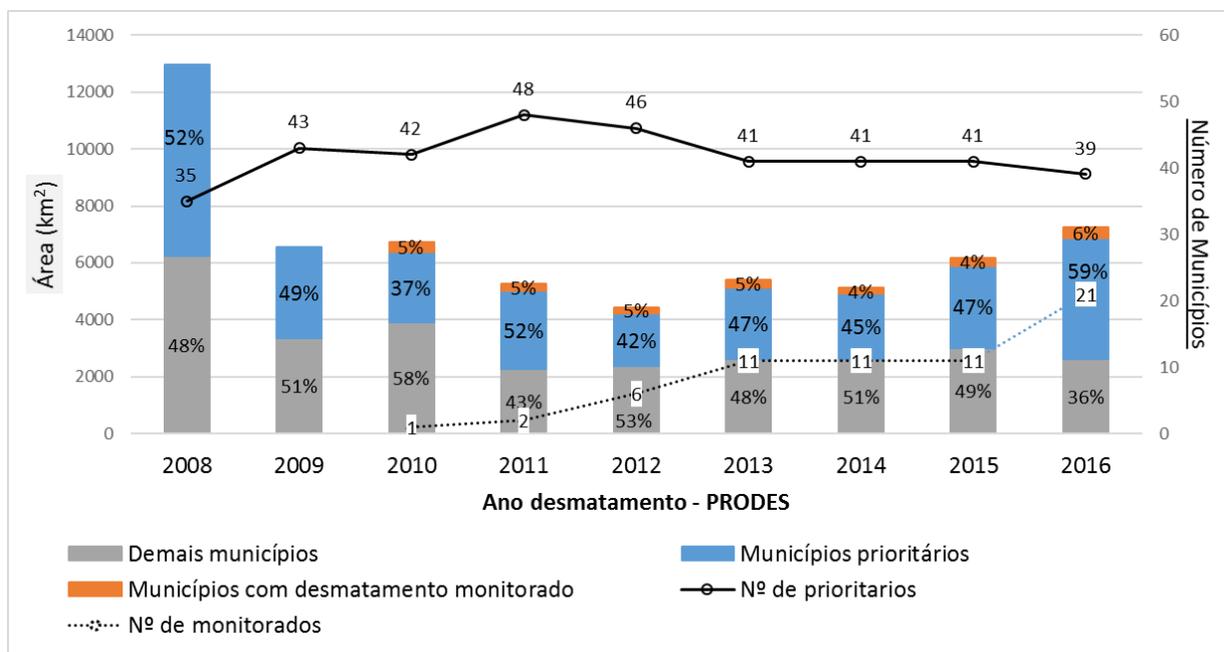


FIGURA 5. ÁREA DESMATADAS NOS MUNICÍPIOS QUE COMPOEM A LISTA DE MUNICÍPIOS PRIORITÁRIOS E LISTA DE MONITORADOS E SOB CONTROLE.

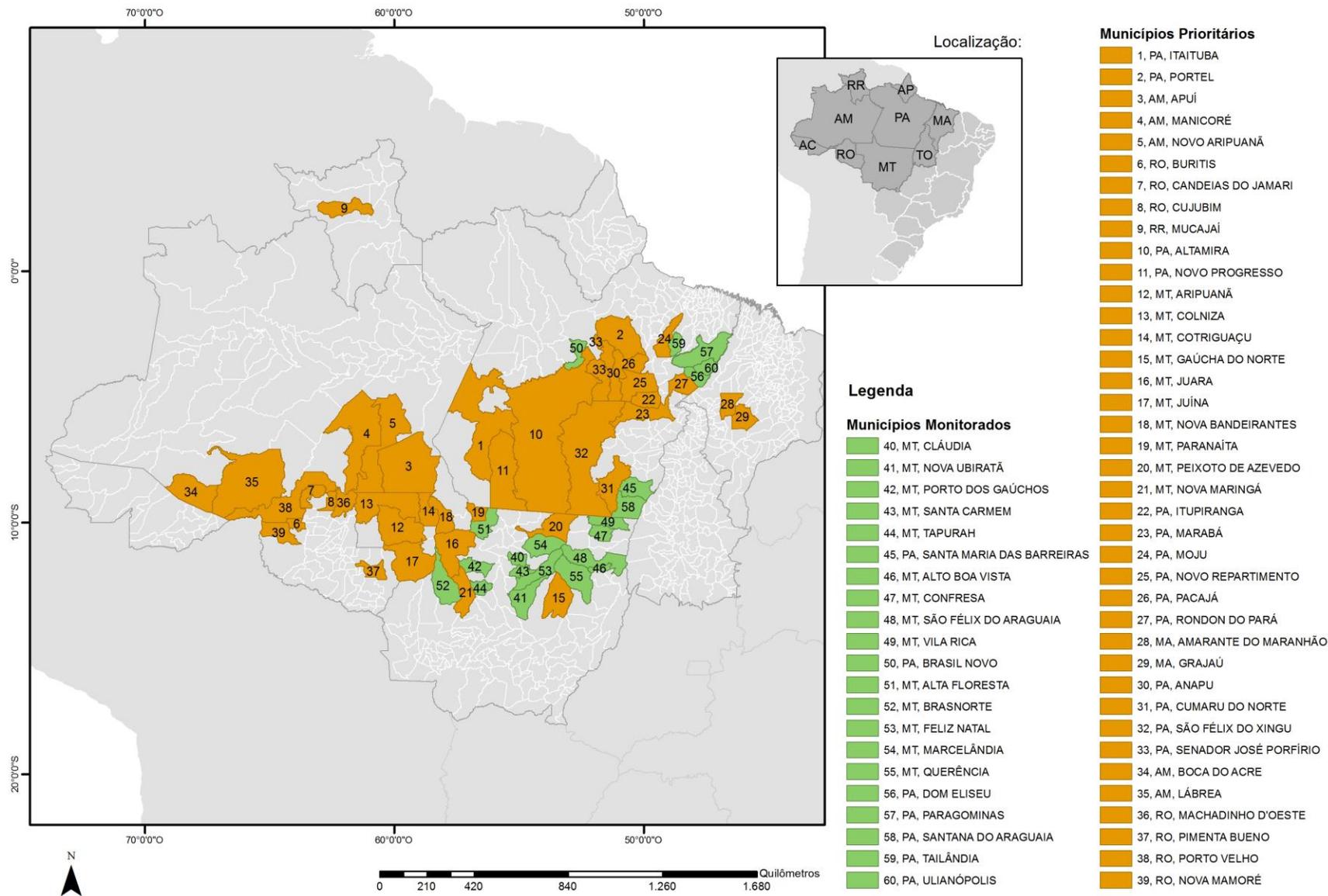


FIGURA 6. MAPA DOS MUNICÍPIOS QUE COMPOEM A LISTA DE MUNICÍPIOS PRIORITÁRIOS E LISTA DE MONITORADOS E SOB CONTROLE.

4.4. Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo

A Lei nº 12.651/2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa e traz outras providências, determina que o Governo Federal deverá estabelecer uma Política Nacional de Manejo e Controle de Queimadas, Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais, que promova a articulação institucional com vistas na substituição do uso do fogo no meio rural, no controle de queimadas, na prevenção e no combate aos incêndios florestais e no manejo do fogo em áreas naturais protegidas (art. 40).

Atendendo a esse dispositivo, o Ministério do Meio Ambiente publicou a Portaria Ministerial nº 425, de 28 de setembro de 2016, que instituiu o Grupo de Trabalho para elaboração da Política Nacional de Manejo e Controle de Queimadas, Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais (GT-PNIF). Este grupo, coordenado pela Secretaria de Mudança do Clima e Florestas (SMCF), teve como atribuições: I. Elaborar proposta de instrumento normativo para regulamentar a Política Nacional de Manejo e Controle de Queimadas, Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais; II. Realizar reuniões setoriais para tratar de assuntos específicos que envolvam temas sob responsabilidade de outros Ministérios; III. Consolidar as alterações propostas nas consultas setoriais; IV. Encaminhar proposta de regulamentação da Política Nacional de Manejo e Controle de Queimadas, Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais à Casa Civil.

Além da SMCF, o GT-PNIF é composto por representantes da SAIC, Ibama, ICMBio e SFB, a SEDR também participa como convidada. O resultado das reuniões do grupo foi a elaboração de proposta de Projeto de Lei da Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo, que posteriormente foi objeto de discussão em 7 oficinas temáticas, com outros setores do governo federal, tendo em vista a amplitude e complexidade do tema e sua interface com outras áreas além da ambiental. Após estas oficinas uma nova minuta da Política foi consolidada e então submetida a uma rodada de Seminários com a Sociedade Civil, Povos e Comunidades Indígenas, Academia e Estados, juntamente com representantes dos Corpos de Bombeiros.

A nova minuta consolidada foi então enviada à Consultoria Jurídica do MMA para em seguida ser enviada à Casa Civil e posteriormente ser encaminhada ao Congresso Nacional.

5. HISTÓRICO DE REUNIÕES DA GOVERNANÇA

5.1. Comissões Executivas do PPCDAm e do PPCerrado

Em 2017, foram realizadas quatro reuniões da Comissão Executiva Unificada, que congrega os representantes das Comissões Executivas¹ do PPCDAm e do PPCerrado: 16 de março, 16 de maio, 24 de agosto e 12 de dezembro.

A Comissão Executiva acompanhou e discutiu os temas do PPCDAm e do PPCerrado, deliberando pela criação de duas Câmaras Temáticas (Fiscalização Ambiental, Manejo Florestal e Unidades de Conservação) e aprovando, em sua reunião do dia 24 de agosto, os Critérios Orientadores para Projetos de Fiscalização Ambiental dos Estados junto ao Fundo Amazônia.

As Câmaras Temáticas de Manejo Florestal e Fiscalização Ambiental estão ativas, contudo, a Câmara de Unidades de Conservação não foi implementada em decisão acordada entre MMA e ICMBio, que decidiram por tratar o tema nos fóruns e colegiados já existentes, como é o caso da Câmara Técnica de Destinação de Terras Públicas Federais. No entanto, a Câmara apenas trata da Amazônia Legal, sendo necessário ainda um fórum apropriado e qualificado para debater a agenda de criação de unidades de conservação no bioma Cerrado.

Importante destacar também a formalização do funcionamento e da composição das Comissões Executivas do PPCDAm e do PPCerrado por meio das Portarias do MMA nº 337 e 338, de 24 de agosto de 2017, um antigo pleito dos ministérios e entidades participantes, por reconhecer o trabalho que é desenvolvido interministerialmente em prol da redução do desmatamento.

Em sua última reunião do ano a Comissão debateu os avanços e desafios de implementação dos planos e aprovou a edição das seguintes resoluções: a) Estabelece os procedimentos para elaboração do relatório de monitoramento do PPCDAm e PPCerrado; b) Aprova o relatório de monitoramento do PPCDAm e PPCerrado; c) Recomenda às entidades públicas federais medidas para a execução do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal e o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento no Cerrado.

5.2. Câmara Temática de Fiscalização Ambiental

¹ Todos os documentos das reuniões da Comissão Executiva Unificada encontram-se no link: <https://drive.google.com/open?id=0B-xfK4jTKQ3uc2xWX0RUbEo1RUK>

Em 2017, foram realizadas duas reuniões da Câmara Temática de Fiscalização Ambiental², que trata, conjuntamente, do PPCDAm e do PPCerrado: 15 de maio e 23 de agosto.

Os estados participaram de ambas as reuniões, por meio de representante do Fórum de Secretários de Meio Ambiente da Amazônia Legal e também por representantes da maioria dos estados. Na segunda reunião foi aprovado o texto dos Critérios Orientadores para Projetos de Fiscalização Ambiental dos Estados junto ao Fundo Amazônia.

As reuniões têm sido importantes para alinhar as iniciativas do Eixo de Monitoramento e Controle do PPCDAm e do PPCerrado, sendo necessário aumentar a frequência das reuniões e trazer as discussões que ocorrem fora desta instância para o seu escopo de trabalho.

5.3. Câmara Temática de Manejo Florestal

Em 2017, foi realizada uma reunião da Câmara Temática de Manejo Florestal³, que trata, conjuntamente, do PPCDAm e do PPCerrado: 12 de maio de 2017.

No entanto, diversos avanços ocorreram na agenda de promoção da economia florestal, a começar pela criação de uma nova Coordenação-Geral no Departamento de Florestas e de Combate ao Desmatamento do MMA, denominada de Coordenação-Geral de Economia Florestal.

Foi publicado o Decreto nº 9.178, de 23 de outubro de 2017, revisando a norma federal de compras públicas sustentáveis para a inclusão do manejo florestal sustentável e do reflorestamento como critérios de origem sustentável a serem observados nas compras de produtos florestais madeireiros e não-madeireiros pelos órgãos da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, bem como pelas empresas estatais dependentes. A medida contribui para a implementação de uma das linhas de ação do “Eixo de Instrumentos Normativos e Econômicos” do PPCDAm e PPCerrado.

A medida representa um passo adiante no alinhamento das políticas públicas federais rumo à implementação da NDC do Brasil pois, o incentivo à compra de produtos florestais sustentáveis será um instrumento importante para promover o manejo florestal e contribuir para a eliminação do desmatamento ilegal. É um avanço para a agenda de promoção da economia florestal no país.

² Todos os documentos das reuniões da Câmara Temática de Fiscalização Ambiental estão disponíveis no link: <https://drive.google.com/open?id=0B-xfk4jTKQ3ud084Ym5HYnhwV28>

³ Todos os documentos das reuniões da Câmara Temática de Manejo Florestal estão disponíveis no link: <https://drive.google.com/open?id=0B-xfk4jTKQ3uZUdFclluTGVkMEU>

6. LINHAS DE AÇÃO A SEREM PRIORIZADAS PELOS ATORES COM RESPONSABILIDADE COMPARTILHADA NO COMBATE AO DESMATAMENTO – O PAPEL ESPERADO PARA OS ESTADOS

A implementação de ações de prevenção e controle do desmatamento não é de responsabilidade exclusiva da União, mas sim de competência comum com os demais entes da federação. Nesse sentido, desde a sua 2ª fase, em 2008, o PPCDAm vem buscando estabelecer agendas em comum com os estados para criar sinergias e produzir resultados mais expressivos na busca pela redução do desmatamento na Amazônia.

Desde então, os estados vêm aprimorando suas ações de prevenção e controle do desmatamento, por meio da elaboração, implementação e monitoramento de seus Planos Estaduais de Prevenção e Controle do Desmatamento, que é, inclusive, um dos requisitos para que os entes da federação tenham assento no Comitê Orientador do Fundo Amazônia.

Na 4ª fase do PPCDAm e na 3ª fase do PPCerrado, foi reconhecido, de maneira mais explícita, que os resultados esperados pelos planos federais dependem, algumas vezes em grande medida, da atuação estadual. Em reconhecimento à necessidade de apontar as agendas a serem desenvolvidas em parceria com os estados, mas também com outros setores da sociedade, os resultados esperados foram categorizados em três classes: aqueles de alta governabilidade, nos quais a competência ou atuação principal está com o governo federal; aqueles resultados de governabilidade média, que dependem de atuação conjunta entre governo federal e governos estaduais; e aqueles resultados de governabilidade baixa para o governo federal, cuja atuação é acessória frente à competência primária dos estados.

O PPCDAm e o PPCerrado apontam, nos seus respectivos planos operativos, as ações que demandam maior atuação coordenada com os governos estaduais, tendo em vista o alcance dos resultados esperados. Essas recomendações são importantes para que os estados possam avaliar como está a implementação de ações em seus Planos Estaduais de Prevenção e Controle do Desmatamento que vem ao encontro dessas ações apontadas como importantes pelo governo federal, sob a ótica de complementariedade ao PPCDAm e PPCerrado, conforme compilação por resultado a seguir:

| Eixo | Objetivo | Plano | Resultado | Linhas de Ação a serem priorizadas pelos atores com responsabilidade compartilhada | Atores-chave (Estados, municípios e outros) | |
|--|---|--|---|--|---|---|
| Ordenamento | 1. Promover a regularização fundiária | PPCerrado | 1.1. Levantamento e mapeamento da situação fundiária nas áreas prioritárias para combate ao desmatamento | 1) Realizar o mapeamento das áreas de conflito fundiário (Estados) | Estados | |
| | | PPCDAm | 1.1. Destinação do passivo de terras públicas | 1) Realizar o mapeamento das terras arrecadadas pelos estados 2) Apresentar plano para destinação das glebas estaduais | Estados | |
| | 2. Promover o ordenamento territorial, fortalecendo as áreas protegidas | PPCDAm e PPCerrado | 2.1. Percentual de área protegida por Unidade de Conservação aumentado para 30% (Amazônia) e 17% (Cerrado) | 1) Aumentar a área protegida por unidades de conservação estaduais | Estados | |
| | | PPCDAm e PPCerrado | 2.2. Unidades de conservação efetivamente geridas | 1) Promover a melhoria da gestão ambiental e territorial das unidades de conservação estaduais | Estados | |
| | | PPCDAm e PPCerrado | 2.4. Melhoria na gestão ambiental e territorial nas terras indígenas | 1) Apoio à gestão ambiental e territorial de TIs por parte de governos estaduais | Estados | |
| | | PPCDAm e PPCerrado | 2.6. Estabelecimento de diretrizes de uso e ocupação em bases sustentáveis definidas por meio de iniciativas de ZEE estaduais | 1) Realizar e implementar os ZEEs nos Estados | Estados | |
| | Monitoramento | 3. Promover a responsabilização pelos crimes e infrações | PPCDAm e PPCerrado | 3.1. Aumento da punibilidade dos crimes e das infrações ambientais | 1) Aumentar o poder de fiscalização dos Órgãos Estaduais de Meio Ambiente (Estados) 2) Aumentar a capacidade da Polícia Civil de investigar os crimes ambientais (Polícia Civil) 3) Melhorar a fiscalização e o monitoramento (Auditorias) dos Planos de Manejo estaduais no entorno de terras indígenas (Estados) 4) Capacitar/sensibilizar o Poder Judiciário quanto às infrações e crimes ambientais (tribunal regional e justiça local) (Poder Judiciário) | Estados, Polícia Civil e Poder Judiciário |
| | | | PPCDAm e PPCerrado | 3.2. Aumento da aplicação de medidas repressivas de ilícitos ambientais nas terras indígenas e unidades de conservação | 1) Aumentar o rigor do licenciamento das atividades no entorno das terras indígenas e unidades de conservação | Estados |
| PPCDAm | | | 3.3. Redução da área florestal degradada por extração ilegal de madeira | 1) Aumentar o rigor do licenciamento das atividades no entorno das terras indígenas e unidades de conservação 2) Melhorar a fiscalização e o monitoramento (Auditorias) dos Planos de Manejo estaduais no entorno de terras indígenas | Estados | |
| 4. Efetivar a gestão florestal compartilhada | | PPCDAm e PPCerrado | 4.1. Estados atuantes na gestão florestal e integrados ao SINAFLOR | 1) Informatizar, sistematizar e disponibilizar ao SINAFLOR os dados de gestão florestal estaduais, em cumprimento ao art. 35 da Lei nº 12.651/2012 | Estados | |

| Eixo | Objetivo | Plano | Resultado | Linhas de Ação a serem priorizadas pelos atores com responsabilidade compartilhada | Atores-chave (Estados, municípios e outros) |
|---------|--|--------------------|--|---|---|
| | | PPCDAm e PPCerrado | 4.2. Implementação e efetivação do Cadastro Ambiental Rural | 1) Cadastrar e integrar as bases estaduais de dados ao Sicar 2) Monitorar e fiscalizar o desmatamento ilegal por meio do CAR | Estados |
| | 5. Prevenir e combater a ocorrência dos incêndios florestais | PPCDAm e PPCerrado | 5.1. Redução da área atingida por incêndios florestais | 1) Implementar ações de manejo integrado do fogo nas áreas protegidas estaduais 2) Integrar as informações das autorizações de queima dos Estados com o SISFOGO | Estados e municípios |
| | 6. Aprimorar e fortalecer o monitoramento da cobertura vegetal | PPCDAm | 6.3. Monitoramento por satélite das áreas embargadas | 1) Monitorar as áreas embargadas sob responsabilidade estadual | Estados |
| Fomento | 7. Promover o manejo florestal sustentável | PPCDAm e PPCerrado | 7.1. Fortalecimento da cadeia produtiva da sociobiodiversidade | 1) Aprovação de leis municipais e estaduais para o desenvolvimento sustentável do extrativismo e para o acesso dos extrativistas aos territórios públicos e particulares que contenham as espécies extrativas (Ex: lei do babaçu livre) 2) Simplificação e unificação do sistema de regulação sanitária e implementação do Sistema Inspeção Municipal – SIM por prefeituras de municípios pequenos que ainda não possuem recursos econômicos e técnicos 3) Isenção de ICMS sobre os produtos da sociobiodiversidade (in natura e processados), visando o aumento de sua competitividade no mercado 4) Realização de mais chamadas públicas por prefeituras e desburocratização do processo para compra dos produtos da sociobiodiversidade pelo PNAE | Municípios |
| | | PPCDAm | 7.1. Aumento da produção de madeira por meio do Manejo Florestal Sustentável | 1) Promover a produção madeireira por meio de PMFS estaduais 2) Aprimorar os procedimentos de licenciamento dos Planos de Manejo Florestal Comunitário 3) Fazer o levantamento da produção madeireira oriunda dos PMFS estaduais | Estados |
| | 8. Promover a sustentabilidade e dos sistemas produtivos agropecuários | PPCDAm e PPCerrado | 8.1. Redução da expansão das atividades agrícolas sobre áreas de vegetação natural | 1) Promover a sustentabilidade da cadeia produtiva da soja | Estados e Setor produtivo |

7. PANORAMA DE IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO E STATUS DOS INDICADORES DE RESULTADO EM 2017

A partir dos indicadores de resultado do PPCDAm e do PPCerrado e das linhas de ação que compõem cada resultado esperado, foi elaborado um Modelo para do Plano Operativo, dando uma visão geral sobre a execução no ano de 2017.

Foi solicitado então, pela Secretaria Executiva, a cargo do Departamento de Florestas e de Combate ao Desmatamento (DFCD/SMCF/MMA), que as instituições responsáveis pelos indicadores e pelas linhas de ação informassem sobre os avanços, as dificuldades, as principais entregas das ações e também sobre o status dos indicadores.

Para a Amazônia, foi solicitado, na medida do possível, que os indicadores apresentassem dados desde 2004, ano de lançamento do PPCDAm, de modo a facilitar a visão do comportamento do indicador ao longo dos anos de implementação do Plano. De modo análogo, a série histórica do PPCerrado, idealmente, deveria iniciar em 2010, ano de seu lançamento.

Para as linhas de ação do Eixo 4 – Instrumentos Normativos e Econômicos, foi solicitado que as instituições relatassem os avanços alcançados em 2017 e o DFCD/SMCF/MMA, responsável por muitas das ações lá declaradas, fez um resumo da situação de cada linha.

Nota-se, ainda, conforme ocorreu na elaboração dos Planos Operativos do PPCDAm e do PPCerrado, dificuldades de executar o monitoramento pelas especificidades das temáticas, pela limitação em estabelecer uma métrica de mensuração dos dados, pela necessidade de separar Amazônia e Cerrado quando a maioria das ações do Governo Federal são espalhadas pelo território nacional.

Mas, diante dos desafios que ainda perduram para implementar o monitoramento do PPCDAm e do PPCerrado, este relatório reúne 22 fichas que, juntas, fornecem alguma informação sobre ao menos 35 indicadores, resultando num “painel de controle” de alta relevância para apropriação e análise das Comissões Executivas dos Planos.

É importante ressaltar que nem todos os indicadores de resultado dos Planos são mensuráveis atualmente, conforme tabela síntese a seguir. Sendo assim, o monitoramento foi feito apenas para aqueles indicadores mensuráveis e, quando possível, os classificados como “parcialmente desenvolvidos”.

Outro fator a ser considerado diz respeito ao território ao qual se aplica o indicador. Geralmente, a espacialização do indicador é um desafio, impedindo a aferição mais acurada dos

efeitos da política no território. Essa dificuldade varia de indicador para indicador. Alguns indicadores são possíveis de serem aferidos por bioma, outros por estados ou municípios, causando sobreposições ou lacunas, tendo em vista que a Amazônia Legal abarca parte do Cerrado no Mato Grosso, no Tocantins e no Maranhão.

Diante desse desafio, cada resposta ao indicador oferece uma solução, na maioria das vezes a mais viável. No caso da fiscalização ambiental do Ibama, por exemplo, a opção foi contabilizar os estados do Mato Grosso e do Maranhão na Amazônia e o estado do Tocantins no Cerrado, pois este último possui apenas 5% do seu território ocupado por floresta amazônica (região conhecida como Bico do Papagaio). Isso porque a maior parte das operações de fiscalização hoje se voltam à Amazônia. Já no caso da produção agropecuária, por exemplo, os dados são estaduais, não sendo possível desagregar por bioma.

A questão que se apresenta é entender até que ponto os indicadores podem auxiliar na construção de uma relação de causa e efeito no território, já que só é possível comparar essas variáveis em uma escala ampla do território. Ou seja, é possível ter alguns indícios e elementos que auxiliam na percepção ou análise da influência das ações do Plano sobre a taxa de desmatamento. Mas é preciso levar também em conta o contexto em que o Plano e as políticas públicas se desenvolvem, como, por exemplo, o contexto econômico.

É preciso avançar na construção de séries históricas e cenários ideias para cada tema, bem como a compreensão das variáveis que influenciam no desmatamento, desde situações de recessão e crescimento econômico, até variações políticas e sociais. Este relatório de 2017, entretanto, já contém elementos suficientes para que seja feito um olhar mais cuidadoso sobre os rumos do combate ao desmatamento até 2020.

Indicadores dos Planos de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm) e no Cerrado (PPCerrado)

| Nº | Plano | Indicador de Resultado | Status do indicador | Fonte do indicador | Linhas de ação relacionadas | Status de monitoramento |
|-----|--------------------|---|---------------------------|--------------------|-----------------------------|-------------------------|
| 1 | PPCerrado | Áreas de conflito fundiário mapeadas (ha) | a desenvolver | não identificado | não identificado | não monitorado |
| 2 | PPCDAm | Área efetivamente destinada (ha) | mensurável | SERFAL e MMA | SERFAL | informado |
| 3 | PPCDAm | Nº de títulos emitidos (regularização fundiária) | mensurável | SERFAL | SERFAL | informado |
| 4 | PPCDAm e PPCerrado | Porcentagem da área do bioma protegido por Ucs | mensurável | ICMBio | ICMBio | informado |
| 5 | PPCDAm e PPCerrado | Índice de gestão de UC | mensurável | ICMBio | ICMBio | informado |
| 6 | PPCDAm e PPCerrado | Área declarada (ha) nas portarias declaratórias pelo MJ | mensurável | Funai | MJ e Funai | pendente |
| 7 | PPCDAm e PPCerrado | Área (em hectares) de TIs com PGTA elaborado e/ou atualizado | mensurável | Funai | Funai | informado |
| 8 | PPCDAm e PPCerrado | Cobertura do território com diretrizes de uso estabelecidas por meio de ZEEs federais | mensurável | DGAT/MMA | DGAT/MMA | informado |
| 9 | PPCDAm e PPCerrado | Cobertura do território com diretrizes de uso estabelecidas por meio de ZEEs estaduais | mensurável | DGAT/MMA | DGAT/MMA | informado |
| 10 | PPCDAm e PPCerrado | Nº de processos instaurados | mensurável | Ibama e ICMBio | Ibama e ICMBio | informado |
| 11 | PPCDAm e PPCerrado | Nº de processos julgados em qualquer instância | mensurável | Ibama e ICMBio | Ibama e ICMBio | informado |
| 12 | PPCDAm e PPCerrado | Nº de processos julgados em definitivo | mensurável | Ibama e ICMBio | Ibama e ICMBio | informado |
| 13 | PPCDAm e PPCerrado | Nº de processos com autuação mantida | mensurável | Ibama e ICMBio | Ibama e ICMBio | informado |
| 14 | PPCDAm e PPCerrado | Nº de processos com multa paga | mensurável | Ibama e ICMBio | Ibama e ICMBio | informado |
| 15 | PPCDAm e PPCerrado | Área embargada por infração ambiental | mensurável | Ibama e ICMBio | Ibama e ICMBio | pendente |
| 16 | PPCDAm e PPCerrado | Nº de embargos decorrentes de infração ambiental | mensurável | Ibama e ICMBio | Ibama e ICMBio | informado |
| 17 | PPCDAm e PPCerrado | Nº de processos criminais instaurados/julgados | mensurável | DPF | DPF | pendente |
| 18 | PPCDAm e PPCerrado | Área desmatada (ha) em terras indígenas e unidades de conservação | mensurável | ICMBio e Funai | ICMBio e Funai | Informado (UC) |
| 19 | PPCDAm | Área degradada (ha) (DETER-B) | mensurável | INPE | Ibama | informado (degrad) |
| 20 | PPCDAm e PPCerrado | Nº de estados totalmente integrados no SINAFLO | mensurável | DBFLO/Ibama | DBFLO/Ibama | informado |
| 21 | PPCDAm e PPCerrado | Índice de regularidade ambiental dos imóveis rurais (nº ou área de imóveis rurais regulares/total de imóveis) | parcialmente desenvolvido | SFB | SFB | Informado (processo) |
| 22* | PPCDAm e PPCerrado | Área queimada (ha) | parcialmente desenvolvido | INPE | MMA, Ibama e ICMBio | informado |
| 23* | PPCDAm e PPCerrado | Nº de focos de calor | mensurável | INPE | MMA, Ibama e ICMBio | informado |

Indicadores dos Planos de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm) e no Cerrado (PPCerrado)

| Nº | Plano | Indicador de Resultado | Status do indicador | Fonte do indicador | Linhas de ação relacionadas | Status de monitoramento |
|-----|--------------------|---|---------------------------|--------------------|-----------------------------|-------------------------------------|
| 24 | PPCDAm e PPCerrado | Área de imagem efetivamente trabalhada por mês no sistema DETER | mensurável | INPE | INPE | pendente |
| 25 | PPCerrado | Mapas de desmatamento no Cerrado por tipos de fisionomia no período 2000-2015 | mensurável | INPE | INPE | pendente |
| 26 | PPCDAm | Índice de Alertas de desmatamento/Área de imagem efetivamente trabalhada (na resolução espacial entre 3 e 6m) (CENSIPAM/MD) | mensurável | CENSIPAM/MD | CENSIPAM/MD | informado |
| 27* | PPCDAm e PPCerrado | Área monitorada (ha) e mapas digitais de área queimada correspondentes produzidos (para resolução 30m e 1km) | mensurável | INPE ⁴ | MMA, Ibama e ICMBio | informado |
| 28 | PPCDAm | Quantidade de áreas monitoradas/áreas embargadas (Ibama) | mensurável | Ibama | Ibama | informado |
| 29* | PPCDAm e PPCerrado | Detecção de focos de queima | mensurável | INPE | MMA, Ibama e ICMBio | * |
| 30 | PPCDAm e PPCerrado | Comercialização da Produção (t, m ³ ou outro) | parcialmente desenvolvido | IBGE e Conab | DEX/MMA, GEFLOC/SFB | pendente (informado sobre PGPM-Bio) |
| 31 | PPCDAm e PPCerrado | Quantidade produzida (declaração dos produtores comunitários em UCs) | parcialmente desenvolvido | ICMBio | DEX/MMA, GEFLOC/SFB | pendente |
| 32 | PPCDAm e PPCerrado | Nº de cadeias apoiadas | mensurável | DEX/MMA | DEX/MMA, GEFLOC/SFB | Informado (parcial) |
| 33 | PPCDAm | Índice de Sustentabilidade da Indústria Madeireira (% de madeira legal/consumo total de madeira) (SFB) | a ser desenvolvido | SFB | | não monitorado |
| 34 | PPCDAm | Produção de madeira em tora pelas Concessões Florestais Federais e Manejo Florestal Comunitário (m ³) (SFB) | mensurável | SFB | SFB | informado |
| 35 | PPCDAm | Área de Florestas Públicas Federais sob Concessão Florestal (ha) (SFB) | mensurável | SFB | SFB | informado |
| 36 | PPCerrado | Índice de sustentabilidade da indústria siderúrgica (discriminar aço, ferro-gusa independente e ferro-ligas) (% de carvão vegetal de floresta plantada/consumo total) | a ser desenvolvido | | | não monitorado |
| 37 | PPCDAm e PPCerrado | Proporção da expansão da agricultura que ocorre sobre áreas abertas até 2008 (ha) | a ser desenvolvido | INPE e Embrapa | | não monitorado |
| 38 | PPCDAm e PPCerrado | Incremento da área sob produção agrícola (ha) (MAPA) | parcialmente desenvolvido | MAPA | MMA (pactos) | informado |
| 39 | PPCDAm e PPCerrado | Proporção da expansão da pecuária em áreas já abertas, ou | a ser desenvolvido | INPE e Embrapa | | não monitorado |

⁴ Os indicadores 22, 23, 27 e 29, mensurados pelo Inpe (*) foram analisados e aglutinados apenas em área queimada (ha) e Número de focos de calor.

Indicadores dos Planos de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm) e no Cerrado (PPCerrado)

| Nº | Plano | Indicador de Resultado | Status do indicador | Fonte do indicador | Linhas de ação relacionadas | Status de monitoramento |
|----|--------------------|--|---------------------|--------------------|-----------------------------|-------------------------|
| | | degradadas, ou abandonadas (ha) | | | | |
| 40 | PPCDAm e PPCerrado | Taxa de lotação bovina (cabeças/ha) | a ser desenvolvido | IBGE | | não monitorado |
| 41 | PPCDAm e PPCerrado | Área de pastagem recuperada (ha) | mensurável | MAPA | MAPA e Embrapa | informado |
| 42 | PPCDAm e PPCerrado | Incremento da área sob produção agropecuária (ha) | mensurável | MAPA | MAPA e Embrapa | informado |
| 43 | PPCDAm e PPCerrado | Área implantada com ILPF (ha) | mensurável | MAPA | MAPA e Embrapa | informado |
| 44 | PPCDAm e PPCerrado | Área implantada com sistema de plantio direto (ha) | mensurável | MAPA | MAPA e Embrapa | informado |
| 45 | PPCDAm e PPCerrado | Nº de Unidades de Referência Tecnológica implantadas no ano | mensurável | Embrapa | MAPA e Embrapa | informado |
| 46 | PPCDAm e PPCerrado | Nº de técnicos multiplicadores capacitados em tecnologias sustentáveis ao ano | mensurável | Embrapa | MAPA e Embrapa | informado |
| 47 | PPCDAm e PPCerrado | Índice de Impacto Ambiental e Social de uma seleção de tecnologias avaliadas pela Embrapa ao ano | mensurável | Embrapa | MAPA e Embrapa | informado |
| 48 | PPCDAm e PPCerrado | Número de projetos de pesquisa, desenvolvimento e/ou transferência executados no ano | mensurável | Embrapa | MAPA e Embrapa | informado |
| 49 | PPCDAm e PPCerrado | Número de soluções tecnológicas disponibilizadas por ano | mensurável | Embrapa | MAPA e Embrapa | informado |

Objetivo:

Objetivo 1. Promover a regularização fundiária de terras públicas nos Estados da Amazônia Legal.



Resultado:

1.2. Titulação de 26.000 títulos localizados em terras rurais e urbanas que permanecem sob gestão do Terra Legal



Linhas de Ação:

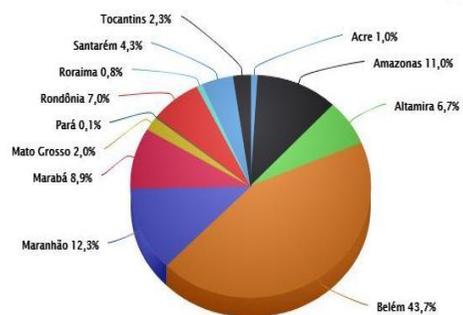
1.2.1. Fortalecer e promover a efetiva implementação do Programa Terra Legal (SERFAL)

1.2.2. Realizar mutirões de regularização fundiária e ambiental (SERFAL)

1.2.3. Projeto de Cooperação com a União Europeia, com o objetivo aprimorar e acelerar os processos de destinação e regularização fundiária na Amazônia Legal

INDICADOR DE RESULTADO: Nº de títulos emitidos

Titulação por Regional



| Regionais | AC | AM | ATM | BLM | MA | MBA | MT | PA | RO | RR | STM | TO |
|------------------|----|-----|-----|-----|-----|-----|----|----|-----|----|-----|----|
| Total de Títulos | 20 | 226 | 137 | 896 | 253 | 182 | 41 | 2 | 143 | 16 | 88 | 47 |

PPCDAM



FATORES CRÍTICOS PARA IMPLEMENTAÇÃO DAS LINHAS DE AÇÃO:

- Restrições orçamentárias;
- Deficiência no quadro de servidores;
- Tendo em vista o baixo orçamento no ano de 2017, na maioria dos títulos emitidos, são de até um módulo fiscal, pois estes dar-se de forma gratuita, de acordo com a Lei 11.952/09 em seu art.11.
- A não efetividade completa de cruzamento de dados em relação aos Cartórios de Registros Públicos.



MEDIDAS PARA REDUZIR OS FATORES CRÍTICOS:

- Aumento no número de servidores;
- Ampliação no repasse de verbas;
- Interação total de órgãos de registros públicos por meio digital.



RESULTADOS E IMPACTOS:

- **Geocadastro:** Identificação do ocupante por meio da parcela georreferenciada, formalização do requerimento e recolhimento de documentos necessários a instrução do processo da área a ser destinada, seja ela de interesse particular ou público. Essa etapa é realizada em campo por meio de atividades coletivas ou visita aos requerentes.
- **Titulação de particulares:** Que consiste na junção do georreferenciamento e do cadastro, formando o processo, para que passe por análise e, estando de acordo com os critérios previsto na lei, permite a emissão do título.



ENTREGAS REALIZADAS PELAS LINHAS DE AÇÃO (2017):

- Mais de 44 mutirões nas mais diversas áreas da Amazônia Legal, tendo como potencial de emissão de títulos, mas de 11.000 mil cidadãos.
- Emissão de 2.054 mil títulos, sendo que 65 títulos provenientes de titulação urbana, e que grande parte destes 1.992 mil títulos é em relação a áreas de até um módulo fiscal, que a Lei 11.952/09 prevê isenção.
- 66.312 mil(ha) de área destinada em relação a títulos emitidos.
- Implementação do módulo de destinação no SIGEF(sistema de gestão fundiária),



ENTREGAS PREVISTAS PELAS LINHAS DE AÇÃO (2018):

- **Planejamento e execução** de titulação nas mais diversas áreas da Amazônia Legal com instituições envolvidas na elaboração de projetos fundiários.
- **Realização de mutirões de titulação** nas áreas onde já foram realizados os trabalhos de georreferenciamento.
- **Digitalização, catalogação e vetorização do acervo fundiário** de interesse do Programa, numa estimativa de mais de 150.000 processos.
- **Contratação** de serviços de apoio à fiscalização do georreferenciamento.



ORÇAMENTO DAS LINHAS DE AÇÃO (EXECUTADO EM 2017 E PREVISTO PARA 2018):

- Aproximadamente **R\$7.400.000,00** destinados a despesas administrativas gerais, e regularização fundiária – Georreferenciamento e digitalizações fundiárias no ano de 2017.
- Para o próximo ano aguardamos provavelmente valor semelhante a **R\$12.000.000,00**.

Objetivo:

Objetivo 1. Promover a regularização fundiária de terras públicas nos Estados da Amazônia Legal.



Resultado:

1.1. Destinação do passivo de terras públicas



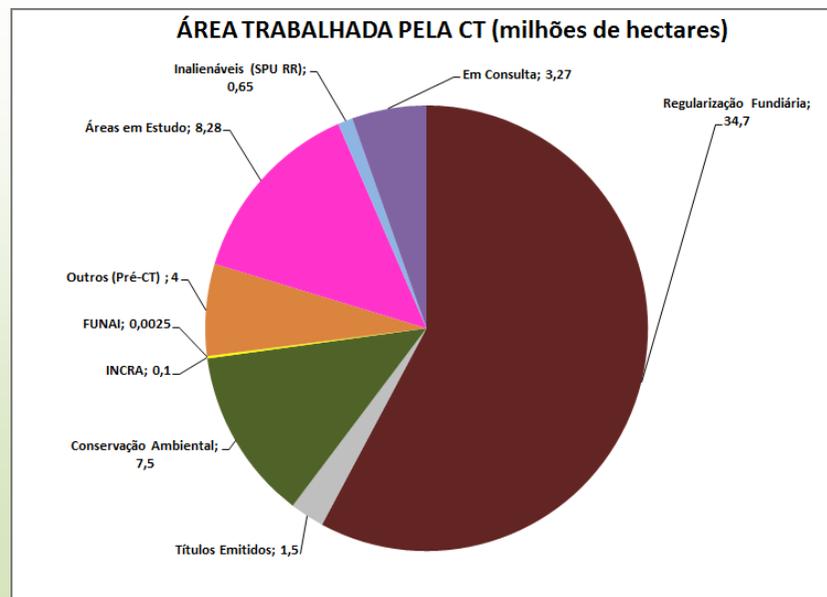
Linhas de Ação:

1.1.1. Destinar 10 milhões de hectares de terras públicas federais

1.1.2. Aprimorar e garantir o efetivo funcionamento da Câmara Técnica de Destinação de Terras Federais

1.1.3. Elaborar um plano de trabalho para a destinação e ordenamento das áreas federais consultadas e que permanecem sob gestão do Terra Legal

INDICADOR DE RESULTADO: Títulos / Área ente destinada (ha)



FATORES CRÍTICOS PARA IMPLEMENTAÇÃO DAS LINHAS DE AÇÃO:

- Deficiência no quadro de servidores;
- Restrições orçamentárias;
- Tendo em vista o baixo orçamento no ano de 2017, na maioria dos títulos emitidos, são de até um módulo fiscal, pois estes dar-se de forma gratuita, de acordo com a Lei 11.952/09 em seu art.11.



MEDIDAS PARA REDUZIR OS FATORES CRÍTICOS:

- **Acréscimo do número de servidores;**
- **Aumento no repasse de verbas.**



RESULTADOS E IMPACTOS:

- Titulação de particulares
- Ampliação das áreas protegidas e sob manejo florestal;
- Reconhecimento de direitos tradicionais;
- Reforma agrária;
- Ordenamento territorial e melhor gestão sobre as áreas.



ENTREGAS REALIZADAS PELAS LINHAS DE AÇÃO (2017):

- **Reuniões mensais** com a Câmara Técnica de Destinação de Terras Públicas Federais, com 100% dos 60 milhões de hectares sem destinação já colocados em consulta aos órgãos; 47,8 milhões de hectares resolvidos pela CT; 10,6 milhões em estudo; 3 milhões em análise para o próximo termo de acordo.
- Dos 47,8 milhões resolvidos: 34 ficam sob gestão do Terra Legal, 1,5 milhão foram títulos emitidos, 7,5 milhão para conservação ambiental, 100 mil para o INCRA, 2,5 mil para reserva indígena e 4 milhões em títulos e repasses a municípios anteriores à CT.
- Elaboração de peças técnicas sobre 50% dos 88 processos gerados para destinação;
- Peças técnicas elaboradas sobre 76% da área a ser destinada para conservação/manejo florestal (7,5 milhões de hectares);



ENTREGAS PREVISTAS PELAS LINHAS DE AÇÃO (2018):

- Atualização sobre o desmatamento em glebas federais e análise para subsidiar ordenamento dos 34 milhões de hectares que permanecem sob gestão do Terra Legal.
- Debate sobre as alterações e regulamentação da Lei 13.465/2017 (regularização fundiária rural e urbana), sobre liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal;
- Elaboração de políticas para dar ênfase no andamento de processos fundiários.
- Finalizar as consultas sobre áreas remanescentes;
- Finalizar os processos de destinação das áreas consultadas e com destinação previstas;



ORÇAMENTO DAS LINHAS DE AÇÃO (EXECUTADO EM 2017 E PREVISTO PARA 2018):

- **Aproximadamente R\$7.400.000,00 destinados a despesas administrativas gerais, e regularização fundiária – Georreferenciamento e digitalização fundiária no ano de 2017.**
- **Para o próximo ano aguardamos provavelmente valor semelhante a R\$12.500.000,00.**

Objetivo:

Objetivo 2. Promover o ordenamento territorial, fortalecendo as áreas protegidas



Resultado:

2.1. Percentual de área protegida por Unidade de Conservação aumentado para 30% (Amazônia)

2.1. Percentual de área protegida por Unidade de Conservação aumentado para 17% (Cerrado)



Linhas de Ação:

1.1.1. 2.1.1. Criar e ampliar UCs em áreas prioritárias para conservação da biodiversidade (ICMBio)



RESULTADOS E IMPACTOS DAS LINHAS DE AÇÃO:

➤ Amazônia

- Criação do Parque Nacional dos Campos Ferruginosos com 79.029ha e avanço nos seguintes processos: Criação da RESEX Baixo Rio Branco Jauaperi e com 580.000ha; Ampliação da RESEX Lago Cuniã em 24.000ha; Criação da FLONA de Parima (recategorização de uma Reserva Florestal) com 164.111; Ampliação da ESEC Maracá em 50.811; Ampliação do PN do Viruá em 70.076.

➤ Cerrado

- Ampliação do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros de em 175.097ha e avanço no processo de criação do PN do São Desiderio com 16.780ha.

INDICADOR DE RESULTADO: Percentual de área do bioma protegido por UC (todas as esferas)

Situação em dezembro de 2017:

- **Amazônia: 27,3%** do Bioma protegido por UC;

Área total do Bioma: 4.198.551 km²

Área protegida por UC (todas as esferas): 1.146.449 km²

- **Cerrado: 8,3%** do bioma protegido por UC;

Área total do Bioma: 2.040.167 km²

Área protegida por UC (todas as esferas): 169,608 km²



ENTREGAS REALIZADAS PELAS LINHAS DE AÇÃO (2017):

➤ Amazônia

- Criação do Parque Nacional dos Campos Ferruginosos com 79.029ha

➤ Cerrado

- Ampliação do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros de 65.514ha para 240.611ha, perfazendo ampliação de área protegida de 175.097ha

Fonte: <http://qv.icmbio.gov.br>



ENTREGAS PREVISTAS PELAS LINHAS DE AÇÃO (2018):

➤ Amazônia

- Criação da RESEX Baixo Rio Branco Jauaperi e com 580.000ha; Ampliação da RESEX Lago Cuniã em 24.000ha; Criação da FLONA de Parima (recategorização de uma Reserva Florestal) com 164.111; Ampliação da ESEC Maracá em 50.811; Ampliação do PN do Viruá em 70.076.

totalizando mais de 1,2 milhões de hectares.

➤ Cerrado

- Criação do PN do São Desiderio com 16.780ha.



FATORES CRÍTICOS PARA IMPLEMENTAÇÃO DAS LINHAS DE AÇÃO:

- A ação do ICMBio se limita aos procedimentos técnicos de desenvolvimento das propostas de criação de unidades de conservação mas, a criação em si, é ação da Presidência da República e em consideração à outros interesses sobre os territórios, contexto que historicamente condiciona os números da ampliação de área protegida em patamares consideravelmente inferiores aos números das propostas elaboradas pelo ICMBio.
- Baixo entendimento da importância da criação e manutenção de unidades de conservação e interesses divergentes, gerando posicionamentos conflitantes de outras instâncias de governo nas três esferas de governo e de outros setores da sociedade.



MEDIDAS PARA REDUZIR OS FATORES CRÍTICOS:

- Melhorar interlocução com outros setores e esferas de governos;
- Promover o entendimento da sociedade sobre a importância dos serviços prestados pelas unidades de conservação.



ORÇAMENTO DAS LINHAS DE AÇÃO (EXECUTADO EM 2017 E PREVISTO PARA 2018):

➤ Amazônia

- Executado em 2017: R\$ 29.533,94 de orçamento e R\$6.675,50 de recursos externos (estimativa)
- Previsto para 2018: R\$ 32.487,33 de orçamento e R\$7343,05 de recursos externos (estimativa).

➤ Cerrado

- Executado em 2017: R\$ 0,00
- Previsto para 2018: R\$ 8.000,00 (estimativa).

Objetivo:

Objetivo 2. Promover o ordenamento territorial, fortalecendo as áreas protegidas



Resultado:

2.2. Unidades de conservação efetivamente geridas



Linhas de Ação:

2.2.1. Aplicar, anualmente, o Sistema de Análise e Monitoramento de Gestão (SAMGe) nas Ucs da Amazônia e do Cerrado.

2.2.2. Orientar os investimentos para a resolução dos entraves e necessidades diagnosticadas

2.2.3. Aplicar, a cada 5 anos, a metodologia de Avaliação Rápida e Priorização do Manejo de Unidades de Conservação (RAPPAM) nas Ucs da Amazônia e do Cerrado



RESULTADOS E IMPACTOS DAS LINHAS DE AÇÃO:

➤ Amazônia

- A última aplicação do RAPPAM foi em 2015, onde 110 UC de 119 existentes à época participaram do preenchimento.
- Para a aplicação do SAMGe, em seu primeiro ciclo de aplicação referente a 2015, participaram do processo 91 UC, sendo que em 2016 atuaram 55 UC.

➤ Cerrado

- A última aplicação do RAPPAM foi em 2015, onde 25 UC de 45 existentes à época participaram do preenchimento.
- Para a aplicação do SAMGe, em seu primeiro ciclo de aplicação referente a 2015, participaram do processo 16 UC, sendo que em 2016 atuaram 17 UC.

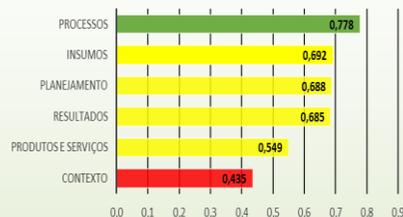
INDICADOR DE RESULTADO: Índice de Gestão de Unidades de Conservação (ICMBio)

Efetividade de gestão das UC Federais, segundo o método "SAMGe"

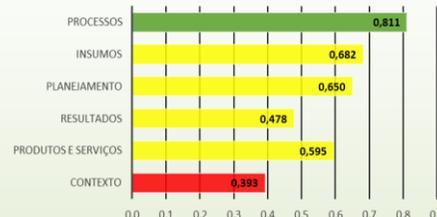
AMAZÔNIA: 60,9%

CERRADO: 53,59%

Indicadores componentes da Efetividade de Gestão nas Ucs da Amazônia - SAMGe 2016

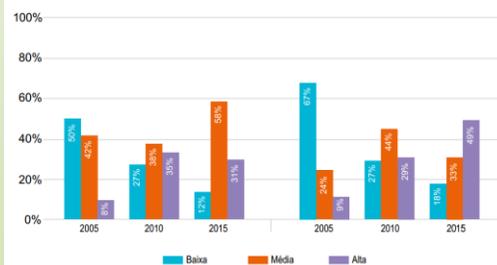


Indicadores componentes da Efetividade de Gestão nas Ucs do Cerrado - SAMGe 2016



Histórico Efetividade de Gestão, segundo método "RAPPAM" (somente Amazônia)

Unidades de conservação por classe de efetividade de gestão



ENTREGAS REALIZADAS PELAS LINHAS DE AÇÃO (2017):

Como o RAPPAM é aplicado a cada 5 anos, no período de 2017 não ocorreu a aplicação da ferramenta, apenas havendo concentração de esforços para a publicação dos dados referentes ao bioma Amazônia.

Com relação ao SAMGe, como a ferramenta é de ciclo anual, em 2016 observou-se que 47 % das UC responderam ao chamamento, permitindo identificar um índice de efetividade médio de 57,12 %.

No decorrer do ano foram desenvolvidos dois relatórios institucionais, e a entrega de 6 relatórios sintéticos, como base de apoio ao desenvolvimento dos Planos de Manejo. Os dados do SAMGe também foram disponibilizados para pesquisadores ou outros grupos de interesse, com o intuito de avaliar o desempenho de gestão das UCs.



ENTREGAS PREVISTAS PELAS LINHAS DE AÇÃO (2018):

A próxima aplicação do RAPPAM está prevista para 2020, por essa razão há um hiato temporal de 5 anos, conforme preconizado pela metodologia.

Para 2018 está prevista a aplicação do 3º Ciclo do SAMGe, com a expectativa de preenchimento entre 50 a 70 % das UCs federais.



FATORES CRÍTICOS PAR IMPLEMENTAÇÃO DAS LINHAS DE AÇÃO:

- Baixo reconhecimento por parte dos gestores de UC, com relação a importância das ferramentas de avaliação de gestão;
- Limitado reconhecimento das ferramentas de avaliação e diagnóstico, assim como sua utilização nos diversos Processos da instituição;
- Grande capilaridade institucional no país;
- Infraestrutura de comunicação (internet) e TI precários;
- Equipe de construção, capacitação e aplicação das ferramentas de avaliação é reduzida.



MEDIDAS PARA REDUZIR OS FATORES CRÍTICOS:

- Institucionalização da obrigatoriedade no preenchimento das ferramentas de avaliação de efetividade de gestão;
- Maior engajamento na capacitação dos gestores;
- Melhoria da infraestrutura de TI;
- Recrutamento de servidores para compor a equipe de aplicação das ferramentas.



ORÇAMENTO DAS LINHAS DE AÇÃO (EXECUTADO EM 2017 E PREVISTO PARA 2018):

- Amazônia
 - Recursos somente de equipe própria e de parceria (sem custo estimado) para desenvolvimento de sistema informatizado para o SAMGe.
 - Previsto para 2018: equipe própria, ação de parceria para desenvolvimento de sistema para o SAMGe e R\$ 15.432,10 de recurso externo para complementação do desenvolvimento do sistema SAMGe (% de 125 UC Amazônia sobre R\$40.000,00 para todos os biomas).
- Cerrado: Igual, sendo R\$ 5.555,56 relativo a informatização do SAMGe (% de 45 UC Cerrado sobre R\$40.000,00 para todos os biomas).

Objetivo:

2. Promover o ordenamento territorial, fortalecendo as áreas protegidas



Resultado:

2.4. Melhoria na gestão ambiental e territorial nas terras indígenas (Amazônia e Cerrado)

Governabilidade:
ALTA



Linhas de Ação:

2.4.1. Aprimorar o acompanhamento da elaboração e implementação de PGTAs em 17 Terras Indígenas (Cerrado)

2.4.1. Aprimorar o acompanhamento da elaboração e implementação de PGTAs em 40 Terras Indígenas (Amazônia)



RESULTADOS E IMPACTOS DAS LINHAS DE AÇÃO:

➤ Amazônia

○ Articulação interinstitucional por meio da realização de reuniões entre as instituições envolvidas na elaboração/implementação dos PGTAs visando ao planejamento, execução, acompanhamento e pactuação das atividades nas diferentes etapas dos Planos.

○ Dotação orçamentária para que as unidades descentralizadas da Funai acompanhem as atividades realizadas no âmbito dos PGTAs.

○ Estabelecimento de Acordos de Cooperação Técnica entre Funai e instituições parceiras indígenas e indigenistas que estão elaborando e implementando os PGTAs da Chamada PNGATI.

➤ Cerrado

○ Articulação interinstitucional por meio da realização de reuniões com as instituições envolvidas na elaboração/implementação dos PGTAs visando ao planejamento, execução, acompanhamento e pactuação das atividades nas diferentes etapas dos Planos.

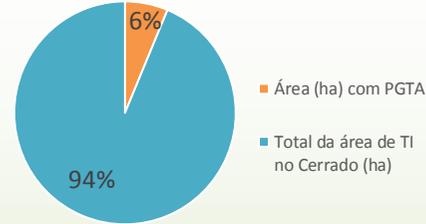
○ Dotação orçamentária para que as unidades descentralizadas da Funai acompanhem as atividades realizadas no âmbito dos PGTAs.

Área (ha) de TIs com PGTA elaborado e/ou atualizado (Funai)

Cerrado: nº de TIs com PGTA x nº total de TIs



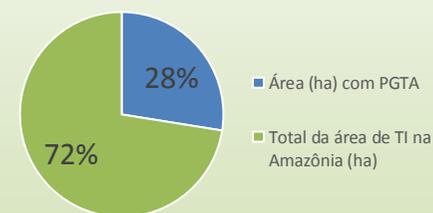
Cerrado: Área de TIs com PGTA x Área total de TIs



Amazônia: nº de TIs com PGTA x nº total de TIs



Amazônia: Área de TIs com PGTA x Área total de TIs



Amazônia: PGTAs no âmbito da Chamada Pública do Fundo Amazônia.

Cerrado: PGTAs no âmbito do Edital do Fundo Clima.



ENTREGAS REALIZADAS PELAS LINHAS DE AÇÃO (2017):

➤ Amazônia

○ Foram realizadas 10 reuniões com as organizações parceiras;

○ Foram acompanhadas pela FUNAI 10 (dez) atividades interinstitucionais entre reuniões, seminários e oficinas, no âmbito da elaboração e implementação dos PGTAs;

○ Foram firmados 5 Acordos de Cooperação Técnica entre Funai e as organizações indigenistas e indígenas: ISA e FOIRN; lepé; IEB; OPAN; e CTI.

➤ Cerrado

○ Foram realizadas 08 reuniões com as organizações parceiras;

○ Foram analisados 46 produtos dos projetos de PGTAs do Edital Fundo Clima e realizadas 4 reuniões com o MMA; no âmbito da elaboração e implementação dos PGTAs.



ENTREGAS PREVISTAS PELAS LINHAS DE AÇÃO (2018):

➤ Amazônia

○ Realização de reuniões com as instituições envolvidas na elaboração/implementação dos PGTAs visando à articulação interinstitucional;

○ Acompanhamento das atividades desenvolvidas no âmbito dos PGTAs pela Funai sede e unidades descentralizadas;

○ Estabelecimento de ACTs com as organizações indigenistas que ainda não firmaram o instrumento com a Funai;

➤ Cerrado

○ Dotação orçamentária para que as unidades descentralizadas da Funai apoiem a implementação dos PGTAs elaborados.



FATORES CRÍTICOS PAR IMPLEMENTAÇÃO DAS LINHAS DE AÇÃO:

➤ Restrições orçamentárias e insuficiência do quadro de servidores da Funai.



MEDIDAS PARA REDUZIR OS FATORES CRÍTICOS:

- Ampliação e garantia de orçamento da Funai;

- Aumento do número de servidores.



ORÇAMENTO DAS LINHAS DE AÇÃO

(EXECUTADO EM 2017 E PREVISTO PARA 2018):

➤ Foram repassados para as unidades descentralizadas da Funai cerca de R\$ 830 mil reais para atividades relacionadas a PGTAs – como aquelas relacionadas à revisão/atualização, formação de agentes ambientais, acompanhamento e implementação dos Planos.

➤ Foram descentralizados aproximadamente R\$ 800 mil para a Amazônia e R\$ 30 mil para o Cerrado.

➤ Para o próximo ano, espera-se executar valor semelhante.

Objetivo:

2. Promover o ordenamento territorial, fortalecendo as áreas protegidas



Resultado:

2.5. Estabelecimento de diretrizes de uso e ocupação em bases sustentáveis definidas por meio de iniciativas de ZEE federais (PPCDAm e PPCerrado)

Governabilidade:

ALTA

2.6. Estabelecimento de diretrizes de uso e ocupação em bases sustentáveis definidas por meio de iniciativas de ZEE estaduais (PPCDAm e PPCerrado)

Governabilidade:

BAIXA



Linhas de Ação:

2.5.1. Elaboração do MacroZEE da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (Cerrado)

2.5.2. Elaboração do MacroZEE da Região Centro-Oeste (Cerrado)

2.5.1. Revisão do MacroZEE da Amazônia Legal (Amazônia)

2.6.1. Fomentar a elaboração dos ZEEs estaduais (Amazônia e Cerrado)



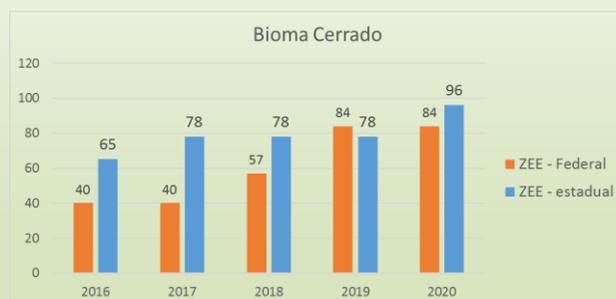
RESULTADOS E IMPACTOS DAS LINHAS DE AÇÃO:

A eficácia e efetividade dos planos, programas e políticas, públicos e privados, que incidem sobre um determinado território aprimorada;

Uso e a gestão do território otimizada, com as ações predatórias reduzidas e as atividades mais adaptadas às particularidades de cada região apontadas.

- Cobertura do território com diretrizes de uso estabelecidas por meio de ZEEs federais (MMA)

- Cobertura do território com diretrizes de uso estabelecidas por meio de ZEEs estaduais (MMA)



ENTREGAS REALIZADAS PELAS LINHAS DE AÇÃO (2017):

Revisão do MacroZEE da Amazônia Legal (Amazônia) – Nenhuma atividade foi realizada no ano de 2017.

Elaboração do MacroZEE da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (Cerrado) – Execução das etapas de diagnóstico e de subsídios à implementação do MacroZEE da BHSF, atualmente em execução no âmbito do Programa Interáguas. Estão previstas as finalizações das etapas de cenarização prospectiva e a apresentação de proposta preliminar de gestão para a bacia.

Elaboração do MacroZEE da Região Centro-Oeste (Cerrado) - Nenhuma atividade foi realizada no ano de 2017.

Fomentar a elaboração dos ZEEs estaduais (Amazônia e Cerrado) – Apoio do Programa ZEE Brasil às agendas de ZEE estaduais, principalmente dos estados do Amazonas, Tocantins, Maranhão, Distrito Federal e Roraima.



ENTREGAS PREVISTAS PELAS LINHAS DE AÇÃO (2018):

Revisão do MacroZEE da Amazônia Legal (Amazônia) – Nenhuma atividade foi realizada no ano de 2018.

Elaboração do MacroZEE da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (Cerrado) – Execução das etapas de diagnóstico e de subsídios à implementação do MacroZEE da BHSF, atualmente em execução no âmbito do Programa Interáguas. Estão previstas a realização das mesas de diálogo e, assim, a conclusão do processo de zonificação da bacia.

Elaboração do MacroZEE da Região Centro-Oeste (Cerrado) – Previsão de início do processo, coordenado pela CPRM conforme determinação da CCZEE.

Fomentar a elaboração dos ZEEs estaduais (Amazônia e Cerrado) – Apoio do Programa ZEE Brasil às agendas de ZEE estaduais, principalmente dos estados do Amazonas, Tocantins, Maranhão, Distrito Federal, Roraima e Mato Grosso.



FATORES CRÍTICOS PARA IMPLEMENTAÇÃO DAS LINHAS DE AÇÃO:

- Comissão Coordenadora do ZEE (CCZEE) e Consórcio ZEE Brasil com baixa sensibilização para a execução de suas atribuições legais.
- Falta de apropriação do instrumento pelas instituições representadas na CCZEE e no Consórcio ZEE Brasil.
- Ausência de governança do Governo Federal sobre o andamento das agendas de ZEE no âmbito das unidades da federação.
- Disponibilidade de recursos orçamentários suficientes para garantir a efetiva elaboração dos ZEE à nível do Governo Federal (BHSF e região Centro-Oeste).



MEDIDAS PARA REDUZIR OS FATORES CRÍTICOS:

- Sensibilizar membros e instituições representadas nos colegiados do ZEE à nível federal.
- Fortalecer a relação entre os colegiados (CCZEE e Consórcio ZEE Brasil) e os entes federativos visando garantir os devidos apoios previstos na legislação do instrumento ZEE.
- Garantia de recursos orçamentários suficientes para atender as demandas do ZEE à nível federal.



ORÇAMENTO DAS LINHAS DE AÇÃO (EXECUTADO EM 2017 E PREVISTO PARA 2018):

2017 – R\$ 1.200.000

2018 – R\$ 900.000

* Valores referentes somente à iniciativa do MacroZEE da BHSF, atualmente em execução via consultoria especializada (Nemus Ltda).

Objetivo:

3. Promover a responsabilização pelos crimes e infrações



Resultado:

3.1. Aumento da punibilidade dos crimes e das infrações ambientais

Governabilidade de:

MÉDIA



Linhas de Ação:

3.1.1. Dar prioridade à fiscalização das áreas críticas de desmatamento (Ibama)

3.1.2. Fiscalizar as cadeias produtivas associadas ao desmatamento (Ibama)

3.1.3. Fiscalizar o financiamento do desmatamento (Ibama)

3.1.4. Promover a responsabilização civil por meio de Ação Civil Pública (Ibama)



RESULTADOS E IMPACTOS DAS LINHAS DE AÇÃO:

- Amazônia e Cerrado
 - Prevenção e redução direta do desmatamento ilegal nas áreas críticas
 - Aumentar a dissuasão com ações que inibem o financiamento e a liberação de créditos bancários que propiciam o desmate ilegal ou permitem produção em áreas ilegais
 - Coibir e/ou desestimular a comercialização de produtos oriundos de áreas ilegalmente desmatadas e/ou embargadas
 - Implementar estratégias para a recuperação de áreas ilegalmente desmatadas (ACP)

Nº de processos instaurados / julgados / julgados em definitivo / autuação mantida / multa paga

Memória de cálculo dos indicadores, apresentados em Ficha a seguir.

- Nº de processos instaurados = Quantidade de autos de infração lavrados
- Nº de processos julgados em qualquer instância = Quantidade de decisões em primeira e segunda/terceira instâncias de processos administrativos de apuração de infração
- Nº de processos julgados em definitivo = Quantidade de decisões em segunda/terceira instância de processos administrativos de apuração de infração
- Nº de processos com autuação mantida = Quantidade de decisões em segunda/terceira instância de processos administrativos de apuração de infração, com exceção dos processos com o status "Baixado"
- Nº de processos com multa paga = Quantidade de processos administrativos de apuração de infração ambiental cujas multas foram pagas

Critério de mensuração: Foram considerados os autos de infração do tema flora, lavrados com os Artigos do Decreto nº 6514/08: 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 51-A, 52, 53, 54, 55, 56, 56, 57, 58, 59, 60, 60-A, 79, 82, 91, 92 e 93 e com os Artigos do Decreto nº 3179/99: 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 39-A e 40. Fonte: Sistema de Cadastro, Arrecadação e Fiscalização (SICAFI).



ENTREGAS REALIZADAS PELAS LINHAS DE AÇÃO (2017):

- Amazônia
 - Realizadas 185 operações de fiscalização ambiental do tema flora.
 - Contribuição para a redução da taxa de desmatamento em 16%
 - 280 mil hectares de áreas embargadas e lavratura de 7884 Autos de infração
 - Lançamento do Amazônia Protege, coordenado pelo MPF em parceria com Ibama e ICMBio
- Cerrado
 - Realizadas 161 operações de fiscalização ambiental do tema flora.
 - 18 mil hectares de áreas embargadas e lavratura de 732 Autos de infração



ENTREGAS PREVISTAS PELAS LINHAS DE AÇÃO (2018):

- Amazônia
 - As entregas previstas para 2018 serão estabelecidas no Plano Nacional Anual de Proteção Ambiental – PNAPA, que será elaborado em dezembro de 2017.
- Cerrado
 - As entregas previstas para 2018 serão estabelecidas no Plano Nacional Anual de Proteção Ambiental – PNAPA, que será elaborado em dezembro de 2017.



FATORES CRÍTICOS PAR IMPLEMENTAÇÃO DAS LINHAS DE AÇÃO:

- Insuficiência de recursos humanos
- Ausência de estímulo para fixação e lotação de servidores na Amazônia Legal (Gratificação de interiorização)
- Insuficiência de informações sobre pecuaristas e guias de trânsito animal (GTA)
- Dificuldade de acesso às informações sobre áreas financiadas (dados das financeiras e financiados)



MEDIDAS PARA REDUZIR OS FATORES CRÍTICOS:

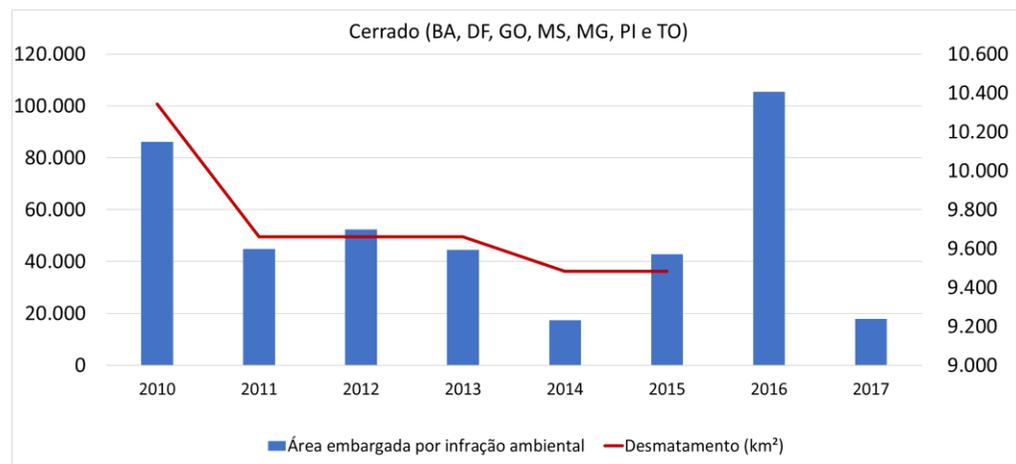
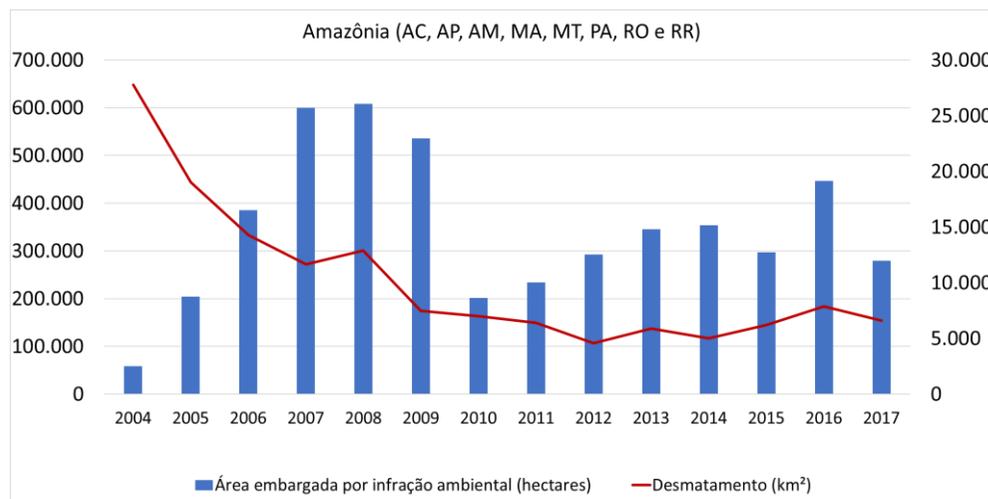
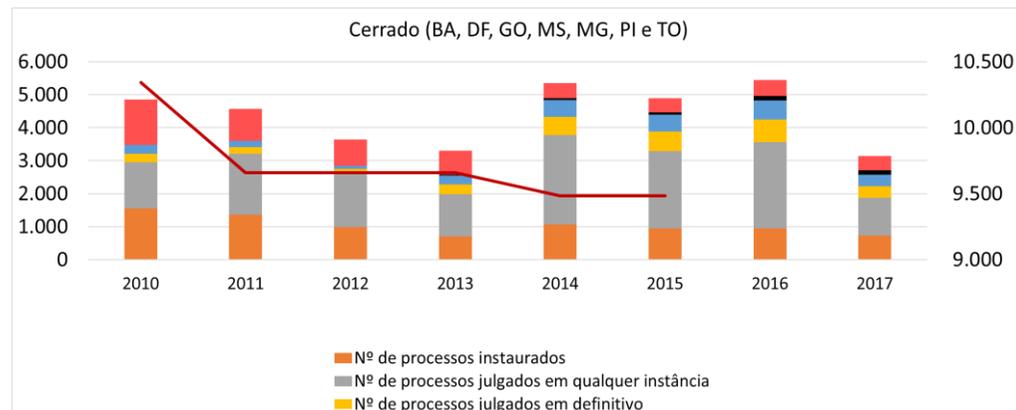
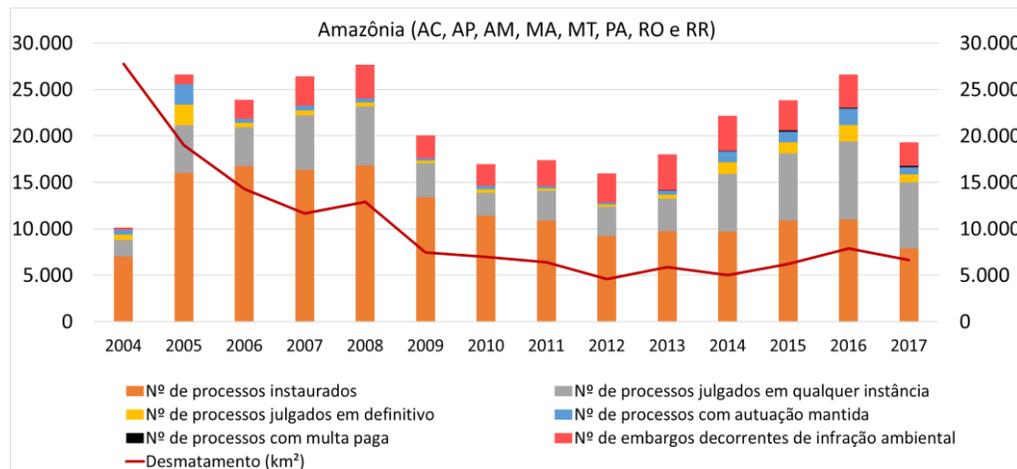
- Engajamento para abertura de concurso público
- Apresentação de proposta para alteração na Lei 12.855/13, incluindo o Ibama e o ICMBio
- Proposta de ACT com Institutos de defesa Agropecuários de MT, PA, RO e AM
- Elaboração de plano de trabalho ou ACT junto ao MPF para acessar informações sobre GTAs e de financiamentos agropecuários
- Abertura de diálogo com o BACEN



ORÇAMENTO DAS LINHAS DE AÇÃO (EXECUTADO EM 2017 E PREVISTO PARA 2018):

- LOA 2017: Ação 214N – P.O. 002 – Fiscalização da Flora:
 - Executado em 2017: R\$ 30.832.501,98 (Até 21/11/2017)
- LOA 2018: Ação 214N – P.O. 002 – Fiscalização da Flora:
 - Previsto para 2018: R\$ 58.737.417

Nº de processos instaurados / julgados / julgados em definitivo / autuação mantida / multa paga



Objetivo:

3. Promover a responsabilização pelos crimes e infrações



Resultado:

3.2. Aumento da aplicação de medidas repressivas de ilícitos ambientais nas terras indígenas e unidades de conservação (Amazônia e Cerrado)

Governabilidade:

MÉDIA



Linhas de Ação: Status do ICMBio

3.2.2. Fiscalizar as unidades de conservação e terras públicas federais (Ibama, ICMBio e DPF)



RESULTADOS E IMPACTOS DAS LINHAS DE AÇÃO:

- Amazônia
 - Redução da área desmatada no interior de Unidades de Conservação Federais Amazônicas
 - 270 Autos de Infração Aplicados
 - R\$ 105.389.209,00 em multas simples aplicadas
 - R\$ 2.346.242,60 em apreensões realizadas
 - 46.343,7 ha de área embargada
- Cerrado
 - Redução da área desmatada no interior de Unidades de Conservação Federais do Cerrado
 - 161 Autos de Infração Aplicados
 - R\$ 3.737.420,00 em multas simples aplicadas
 - R\$ 635.300,00 em apreensões realizadas
 - 44.646,9 ha de área embargada

Área desmatada em unidades de conservação federais (DMIF/CGPRO/ICMBio)



Fonte: PRODES/INPE.



Fonte: FUNCATE/INPE.



ENTREGAS REALIZADAS PELAS LINHAS DE AÇÃO (2017):

- Amazônia
 - 165 ações de fiscalização executadas até o presente momento (07/11) nas Unidades de Conservação Amazônicas
 - 56 Unidades de Conservação atendidas
- Cerrado
 - 46 ações de fiscalização executadas até o presente momento (07/11) nas Unidades de Conservação do Cerrado
 - 19 Unidades de Conservação atendidas



ENTREGAS PREVISTAS PELAS LINHAS DE AÇÃO (2018):

- Amazônia
 - Incremento do número de ações executadas
 - Ações de fiscalização integradas com Unidades de Conservação prioritárias para redução do desmatamento dentro das UCs
- Cerrado
 - Incremento do número de ações executadas
 - Aumento do número de Unidades de Conservação atendidas



FATORES CRÍTICOS PARA IMPLEMENTAÇÃO DAS LINHAS DE AÇÃO:

- Recrutamento de agentes de fiscalização
- Logística de transporte/viaturas
- Recursos Orçamentários para executar as ações de fiscalização



MEDIDAS PARA REDUZIR OS FATORES CRÍTICOS:

- Angariar e aprimorar a utilização de recursos de outras fontes.
- Direcionar recursos para aluguel ou aquisição de viaturas
- Participar as instâncias superiores no chamado do recrutamento de agentes de fiscalização



ORÇAMENTO DAS LINHAS DE AÇÃO (EXECUTADO EM 2017 E PREVISTO PARA 2018):

- Orçamento 2017 para fiscalização: R\$ 5.936.633,00
- Orçamento 2018 para fiscalização: aproximadamente, R\$ 6.000.000,00

Não é possível a demonstração dos recursos / bioma, apenas a totalidade de recursos orçamentários disponibilizados no ano de 2017 e a previsão para 2018.

Objetivo:

3. Promover a responsabilização pelos crimes e infrações ambientais



Resultado:

3.3. Redução da área florestal degradada por extração ilegal de madeira

Governabilidade:
MÉDIA



Linhas de Ação:

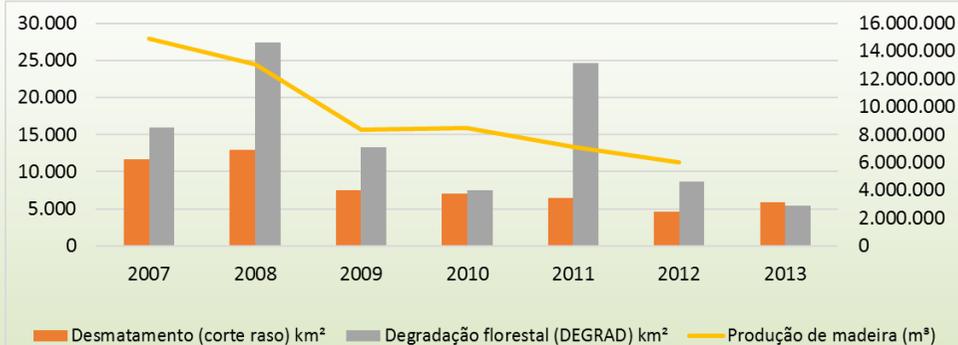
3.3.1. Fiscalizar a exploração florestal (Ibama)



RESULTADOS E IMPACTOS:

- Minimizar e dissuadir a exploração seletiva ilegal de madeiras, sobretudo em áreas protegidas
- Aumento do controle e monitoramento da movimentação das madeiras oriundas da Floresta Amazônica
- Desarticulação de organizações criminosas
- Sequestro de créditos virtuais

Área degradada na Amazônia Legal (DEGRAD/INPE)*



Observação: O indicador inicialmente formulado era a área degradada pelo DETER-B, que possui uma categoria de degradação.



ENTREGAS REALIZADAS PELAS LINHAS DE AÇÃO (2017):

- Observação:

O resultado das entregas dessa linha de ação foi contabilizado junto ao Resultado 3.1. Aumento da punibilidade dos crimes e infrações ambientais



ENTREGAS PREVISTAS PELAS LINHAS DE AÇÃO (2018):

- As entregas previstas para 2018 serão estabelecidas no Plano Nacional Anual de Proteção Ambiental – PNAPA, que será elaborado em dezembro de 2017.



FATORES CRÍTICOS PARA IMPLEMENTAÇÃO DAS LINHAS DE AÇÃO:

- Insuficiência de recursos humanos
- Ausência de estímulo para fixação e lotação de servidores na Amazônia Legal (Gratificação de interiorização)
- Relatórios e ferramentas insuficientes do Sistema DOF
- Ausência de rastreabilidade da cadeia florestal
- Dificuldade de acesso ao SISFLORA MT e PA



MEDIDAS PARA REDUZIR OS FATORES CRÍTICOS:

- Engajamento para abertura de concurso público
- Apresentação de proposta para alteração na Lei nº 12.855/13, incluindo o Ibama e o ICMBio
- Implantação do SINAFLOR



ORÇAMENTO DAS LINHAS DE AÇÃO (EXECUTADO EM 2017 E PREVISTO PARA 2018):

- Observação:
O orçamento dessa linha de ação está contemplado no orçamento dos indicadores do Resultado 3.1. Aumento da punibilidade dos crimes e infrações ambientais

Objetivo:

4. Efetivar a gestão florestal compartilhada



Resultado:

4.1. Estados atuantes na gestão florestal e integrados ao SINAFLOR

Governabilidade:

BAIXA



Linhas de Ação:

4.1.1. Promover a integração dos dados de supressão de vegetação e de autorizações de Planos de Manejo Sustentável no Sistema Nacional de Controle da Origem dos Produtos Florestais (Sinaflor) (Ibama)

4.1.2. Promover a interoperabilidade dos sistemas estaduais de controle florestal com o Sistema Nacional de Controle da Origem dos Produtos Florestais (Sinaflor) (Ibama)

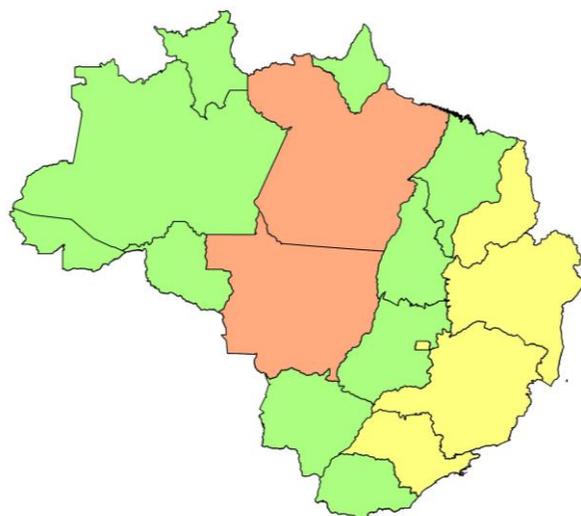
4.1.3. Comunicar amplamente as informações sobre exploração florestal (Ibama)



RESULTADOS E IMPACTOS DAS LINHAS DE AÇÃO:

- A implementação do Sinaflor é fundamental para a unificação, em uma mesma plataforma, dos dados da gestão florestal, atualmente sob competência estadual.
- O sistema permitirá ao Ibama um panorama dos fluxos de produtos e subprodutos florestais no território nacional, subsidiando a formulação de políticas públicas florestais.

Nº de estados totalmente integrados no Sinaflor (Ibama)



Legenda

Situação da integração ao Sinaflor

Em processo

Integrado

Não integrado



ENTREGAS REALIZADAS PELAS LINHAS DE AÇÃO (2017):

- Amazônia
 - Implantação do SINAFLOR nos estados de RR, AM, AP, RO, AC, TO e MA
- Cerrado
 - Implantação do SINAFLOR nos estados do PR, MA, TO, GO e MS



ENTREGAS PREVISTAS PELAS LINHAS DE AÇÃO (2018):

- Amazônia
 - Integração do SINAFLOR aos sistemas utilizados pelos estados do PA e MT
- Cerrado
 - Implantação do SINAFLOR nos estados de MG, BA, PI, SP e DF.
 - Integração do SINAFLOR aos sistemas utilizados pelo estado do MT



FATORES CRÍTICOS PARA IMPLEMENTAÇÃO DAS LINHAS DE AÇÃO:

- Número reduzido de servidores do Ibama envolvidos nas etapas de capacitação e implantação do sistema nos estados.



MEDIDAS PARA REDUZIR OS FATORES CRÍTICOS:

- Solicitação de remoção de servidores para a Coordenação responsável pela implantação do sistema.
- Capacitação de servidores do Ibama nos estados para atuarem como agentes multiplicadores do SINAFLOR



ORÇAMENTO DAS LINHAS DE AÇÃO (EXECUTADO EM 2017 E PREVISTO PARA 2018):

- Executado em 2017
 - R\$ 47.000,00 em diárias e
 - R\$ 104.000,00 em passagens

Objetivo:

4. Efetivar a gestão florestal compartilhada



Resultado:

4.2. Implementação e efetivação do Cadastro Ambiental Rural

Governabilidade:
BAIXA



Linhas de Ação:

4.2.1. Aprimorar e disponibilizar os módulos de análise e monitoramento do CAR



RESULTADOS E IMPACTOS:

Promover a efetiva regularidade ambiental dos imóveis rurais.

Facilitar aos estados o cadastro e integração das bases estaduais de dados ao Sicar;

Possibilitar aos órgãos federais e estaduais competentes monitorar e fiscalizar o desmatamento ilegal por meio do CAR

Índice de adesão ao PRA (nº ou área de imóveis rurais que enviaram proposta simplificada de adesão ao PRA /total de imóveis que solicitaram adesão ao PRA)

A implementação da recepção das propostas está prevista para 2018



ENTREGAS REALIZADAS PELAS LINHAS DE AÇÃO (2017):

4.2.1. Disponibilização do ambiente de consulta pública do SICAR para acesso aos dados espaciais de todos os imóveis por município.

4.2.1. O CapCAR Análise (curso semipresencial com carga horária de 112h/aula) foi ofertado aos 21 estados que optaram por utilizar a ferramenta desenvolvida pelo SFB e 300 técnicos estarão capacitados até o final de 2017.

4.2.1. Foram disponibilizados aos órgãos estaduais competentes, por meio do SICAR, os módulos de cadastro, análise, monitoramento, gestão de acesso e relatórios.



ENTREGAS PREVISTAS PELAS LINHAS DE AÇÃO (2018):

4.2.1. Disponibilização e execução da operação assistida do módulo de análise do SICAR para todo o Brasil.

4.2.1. Apoio à elaboração e envio das propostas simplificadas de adesão ao PRA, em 21 estados que optaram por utilizar o SICAR, monitoramento dos termos de compromisso de adesão ao PRA.

4.2.1. Implantação das Cotas de Reserva Ambiental – CRA.

4.2.1. Ações de capacitação para elaboração das propostas simplificadas de adesão ao PRA e fomento à recuperação da vegetação nativa em áreas de preservação permanente e reserva legal.

4.2.1. Integração de sistemas e plataformas com dados do SICAR, sendo eles o SICOR - Sistema de Operações do Crédito Rural e do Proagro; o SINAFLOR e o SIGEF (Gestão Fundiária).



FATORES CRÍTICOS PARA IMPLEMENTAÇÃO DAS LINHAS DE AÇÃO:

A [EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 95, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016](#) inclui a **fonte 195 (doação) no teto orçamentário**. Devido aos impactos do contingenciamento e da lei do teto orçamentário houve a necessidade de reestruturar a estratégia de execução dos recursos de doação internacional, para atendimento à demanda do PRA, afetando os prazos previstos.



MEDIDAS PARA REDUZIR OS FATORES CRÍTICOS:

Reestruturação da estratégia de execução dos recursos de doação internacional buscando a não internalização no orçamento a fim de contornar os impactos do contingenciamento orçamentário.



ORÇAMENTO DAS LINHAS DE AÇÃO (EXECUTADO EM 2017 E PREVISTO PARA 2018):

➤ R\$ 2.811.111 (2017)

➤ R\$ 8.260.000 (2018)

Objetivo:

5. Prevenir e combater a ocorrência dos incêndios florestais



Resultado:

5.1. Redução da área atingida por incêndios florestais

Governabilidade:

BAIXA



Linhas de Ação: MMA e Ibama

5.1.1. Implementar o Programa de Brigadas Federais, visando redução do número de Incêndios florestais nas áreas federais prioritárias (Ibama e ICMBio)

5.1.2. Implementar o Manejo Integrado do Fogo (ICMBio e Ibama)

5.1.3. Regular o art. 40 da Lei nº 12.651/2012 (Política Nacional de Manejo e Controle de Queimadas, Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais) (MMA)

5.1.4. Revisar dispositivos da Lei de Crimes Ambientais e do Código Florestal para aumentar as penas e a punibilidade relacionadas aos incêndios florestais (Ibama e ICMBio)



RESULTADOS E IMPACTOS DAS LINHAS DE AÇÃO:

- Melhoria do planejamento de ações de prevenção e combate a incêndios florestais em unidades de conservação;
- Melhoria da capacitação dos servidores envolvidos nas ações de prevenção e combate a incêndios;
- Redução da Área Atingida por Incêndios em Unidades de Conservação Federais;
- Redução do tamanho da área dos grandes eventos

Área atingida por fogo no interior das UCs federais da Amazônia e do Cerrado

(Fonte: DMIF/CGPRO/DIMAN/ICMBio. Imagens MODIS.)



Obs: Os indicadores de área queimada (ha) e número de focos de calor foram informados pelo INPE e constam do Resultado 6. Aprimorar e fortalecer o monitoramento da cobertura vegetal.



ENTREGAS REALIZADAS PELAS LINHAS DE AÇÃO (2017):

- Elaboração de Planos de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais
 - Planejamento de ação de prevenção e combate em 6 Unidades prioritárias, aquelas com mais área atingida por incêndios
 - Elaboração do Projeto de Lei da Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo (linha 5.1.3)
- Amazônia
- Contratação de 222 brigadistas em 19 Unidades de Conservação Federais
 - Implementação do Manejo Integrado do Fogo em 1 Unidade de Conservação
- Cerrado
- Contratação de 474 brigadistas em 21 Unidades de Conservação Federais
 - Implementação do Manejo Integrado do Fogo em 14 Unidades de Conservação



ENTREGAS PREVISTAS PELAS LINHAS DE AÇÃO (2018):

- Elaboração de Planos de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais
 - Planejamento de ação de prevenção e combate em 6 Unidades prioritárias, aquelas com mais área atingida por incêndios
- Amazônia
- Contratação de 222 brigadistas em 19 Unidades de Conservação Federais
 - Implementação do Manejo Integrado do Fogo em 2 Unidade de Conservação
- Cerrado
- Contratação de 474 brigadistas em 21 Unidades de Conservação Federais
 - Implementação do Manejo Integrado do Fogo em 20 Unidades de Conservação



FATORES CRÍTICOS PAR IMPLEMENTAÇÃO DAS LINHAS DE AÇÃO:

- Quantidade de recursos financeiros orçamentários insuficientes
- Quantidade de equipamentos e servidores e brigadistas insuficiente
- Necessidade de promulgação da alteração da legislação que aprova aumento do escopo e tempo de trabalho dos brigadistas



MEDIDAS PARA REDUZIR OS FATORES CRÍTICOS:

- Aumento de recursos orçamentários para ações de prevenção e combate disponibilizados em tempo hábil para contratação de brigadistas e implementação de ações de prevenção.



ORÇAMENTO DAS LINHAS DE AÇÃO (EXECUTADO EM 2017 E PREVISTO PARA 2018):

- Amazônia
 - 2017 – R\$ 3.120.000,00
 - 2018 – R\$ 3.120.000,00
- Cerrado
 - 2017 – R\$ 5.000.000,00
 - 2018 – R\$ 5.000.000,00

Objetivo:

6. Aprimorar e fortalecer o monitoramento da cobertura vegetal



Resultado:

6.2. Aperfeiçoamento do sistema de mapeamento do desmatamento e degradação florestal em tempo real por radar (SIPAM-SAR) para detecção e alerta de desmatamentos abaixo das nuvens

Governabilidade:
ALTA



Linhas de Ação:

6.2.1. Implementar e operacionalizar metodologias para análise de imagens de radar para geração de polígonos de alteração na cobertura vegetal (CENSIPAM/MD)

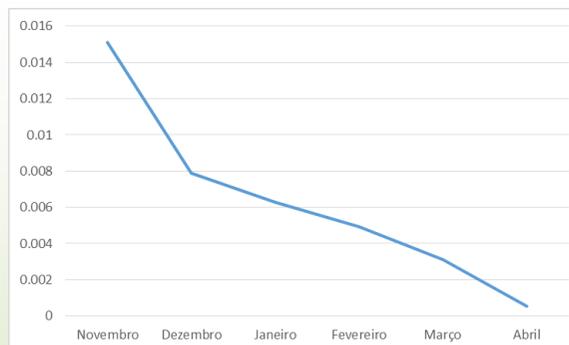
6.2.2. Desenvolver e/ou aplicar métodos para validação de imagens-SAR das informações temáticas geradas pelo SIPAM-SAR (CENSIPAM/MD)



INFORMAÇÕES GERAIS DAS LINHAS DE AÇÃO:

- Os alertas são referentes a novembro de 2016 a abril de 2017.
- Os dados alcançados neste período foram utilizados para implementar e operacionalizar metodologias para análise de imagens de radar para geração de polígonos de alerta para o período de outubro de 2017 a abril de 2018 e ciclos futuros de outubro a abril.
- Os alertas foram elevados em novembro, pois neste período estão inclusos todos os desmatamentos que ocorreram entre julho de 2016 a novembro de 2016.
- Julho é o mês da camada de referência (t0), a partir do qual foram realizados os demais incrementos.

Índice de alertas de desmatamento/área de imagem efetivamente trabalhada (na resolução espacial entre 3 e 6 m) (CENSIPAM)



| | ALERTAS | ÁREA (km ²) | Índice |
|---------------------|---------|-------------------------|-------------|
| Novembro/16 | 4497 | 297964,92 | 0,015092381 |
| Dezembro/16 | 2355 | 297964,92 | 0,007903615 |
| Janeiro/17 | 1874 | 297964,92 | 0,006289331 |
| Fevereiro/17 | 1472 | 297964,92 | 0,004940179 |
| Março/17 | 929 | 297964,92 | 0,003117817 |
| Abril/17 | 162 | 297964,92 | 0,000543688 |



ENTREGAS REALIZADAS PELAS LINHAS DE AÇÃO (2017):

- Metodologia para detecção de corte raso apresentadas ao IBAMA e INPE. Implementação no ciclo 2017/2018.
- Entrega da máscara de referência em radar para detecção de incrementos (nos cenários prioritários para o desmatamento).
- Realização de verdades de campo para validação de imagens SAR.
- Dados de detecção disponíveis para IBAMA, INPE, ICMBio, Funai, ANA, entre outros, em plataforma Geoserver.
- Apresentação dos resultados em Seminário de radar Orbital. Capacitação de 20 servidores em radar
- Visita aos Centros de Planejamento, Coleta e Tratamento de Telemetria Radar e Ótica (Modena/Itália e Cuiabá/Mato Grosso).



ENTREGAS PREVISTAS PELAS LINHAS DE AÇÃO (2018):

- Monitoramento em radar a partir de dados de telemetria. Consumo estimado de 3,5 milhões de Km² de imagens.
- Quatro salas de capacitação em radar em Brasília, Manaus, Porto Velho e Belém.
- Três missões de verdade de campo para qualificação das detecções.
- Realização do 3º Seminário de Radar em Manaus/AM.
- Recebimento em fábrica de duas estações multissatelitais de observação da Terra.
- Início de desenvolvimento para integração de dados óticos do INPE e de Radar do Censipam.



FATORES CRÍTICOS PAR IMPLEMENTAÇÃO DAS LINHAS DE AÇÃO:

- A linha de ação 6.2.1 foi implantada e está sendo operacionalizada.
- A linha de ação 6.2.2 tem como fator crítico os custos para validação em campo dos dados mapeados.
- Deficiência de pessoal no planejamento e gestão do SIPAMSAR.
- Insuficiência de pessoal para trabalhar na atividade de interpretação das imagens e mapeamento de polígonos.
- Ferramenta de mapeamento em desenvolvimento.



MEDIDAS PARA REDUZIR OS FATORES CRÍTICOS:

- Aumentar o número de servidores para as atividades de interpretação e mapeamento de polígonos, assim como para o planejamento e gestão do SIPAMSAR.
- Ter equipe de desenvolvimento de aplicações dedicada ao projeto.
- Buscar apoio com órgãos parceiros para a validação em campo



ORÇAMENTO DAS LINHAS DE AÇÃO (EXECUTADO EM 2017 E PREVISTO PARA 2018):

Em 2017 tivemos os seguintes empenhos por fonte:

Fonte 181 BNDES = R\$ 26.997.795,48
Fonte 100 LOA = R\$ 222.509,64

Para 2018 temos a seguinte previsão:

Fonte 181 BNDES = R\$ 18.500.000,00
Fonte 100 LOA = R\$ 296.000,00

- O orçamento é suficiente para garantir a implantação do Projeto Amazônia SAR.

Objetivo:

6. Aprimorar e fortalecer o monitoramento da cobertura vegetal



Resultado:

- Implementação do sistema de estimativa anual de área queimada com resolução 30m e 1km (Amazônia, 6.4 e Cerrado, 6.3)
- Aprimoramento do monitoramento dos focos de queima de vegetação em tempo quase-real com satélites (Amazônia, 6.5 e Cerrado, 6.4)

Governabilidade:

ALTA



Linhas de Ação:

- 6.3.1. Desenvolver e aprimorar os algoritmos e produtos do mapeamento semi-automático de áreas queimadas com imagens de satélites ~30 metros (Cerrado e Amazônia)
- 6.3.2. Desenvolver e aprimorar os algoritmos e produtos do mapeamento semi-automático de áreas queimadas com imagens de satélites com resolução ~1km (Cerrado)
- 6.4.1. Desenvolver e aprimorar os algoritmos e produtos operacionais de detecção de focos de queima da vegetação com imagens de satélites (Cerrado e Amazônia)



RESULTADOS E IMPACTOS DAS LINHAS DE AÇÃO:

- o Compreender melhor a dinâmica do fogo nos biomas, subsidiando a tomada de decisão e a implementação de políticas, como é o caso da Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo.

Nº de focos de calor e Área queimada (ha)

Série histórica da região Amazônia Legal

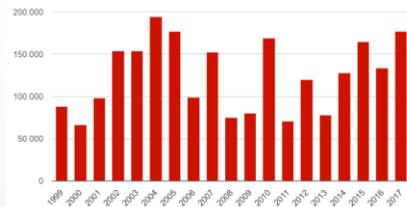


Figura 1 - Série histórica do total de focos ativos detectados pelo satélite de referência, no período de 1998 até 27/10/2017.

Série histórica do bioma Cerrado

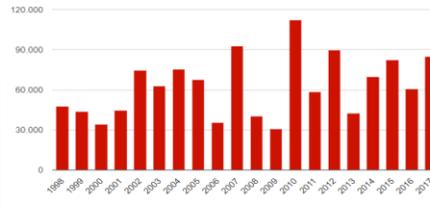
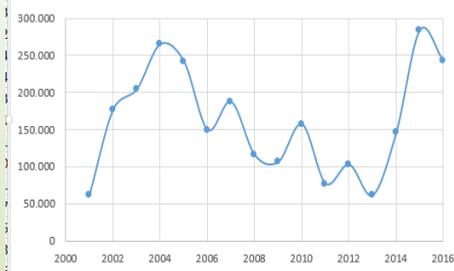
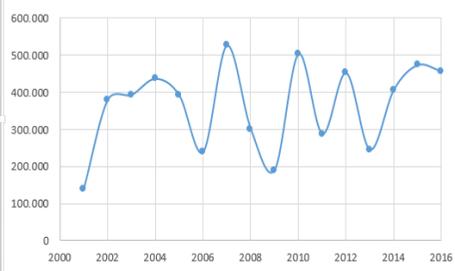


Figura 1 - Série histórica do total de focos ativos detectados pelo satélite de referência, no período de 1998 até 27/10/2017.

Amazônia



Cerrado



Nota 1. Os gráficos com os focos de queima de vegetação detectados por satélites e os valores de cada um dos elementos que os compõem se encontram em http://www.inpe.br/queimadas/estatistica_estados.

Nota 2. Os gráficos com a área queimada em hectares estimados por satélites de baixa resolução espacial (01 km) foram gerados a partir dos dados das tabelas disponíveis em <http://www.inpe.br/queimadas/qa1km>

Obs: Para esse resultado, havia outros dois indicadores, que serão substituídos apenas pelos indicadores do Resultado 5. Prevenir e combater a ocorrência dos incêndios florestais. Assim, não serão informados, por não agregarem novas informações os seguintes indicadores: Área monitorada (ha) e mapas digitais de área queimada correspondentes produzidos (para resolução 30m e 1km) / Detecção de focos de queima.



ENTREGAS REALIZADAS PELAS LINHAS DE AÇÃO (2017):

- O monitoramento com satélites dos focos de queima de vegetação feito pelo Programa Queimadas do INPE para o bioma Amazônia foi realizado normalmente, com a geração automática de resumos diários, mensais e anuais, e das localizações pontuais de focos.
- O monitoramento com satélites da área queimada feito pelo Programa Queimadas do INPE para todos biomas foi realizado normalmente em imagens de baixa resolução espacial (01 km), com a geração automática de resumos mensais e anuais, e das localizações pontuais de queimas



ENTREGAS PREVISTAS PELAS LINHAS DE AÇÃO (2018):

- Amazônia e Cerrado: Espera-se implementar novo produto de área queimada com resolução espacial 375 metros do sensor VIIRS do satélite NPP, substituindo o atual MODIS do satélite AQUA com 1km de resolução, melhorando assim a qualidade dos dados gerados.



FATORES CRÍTICOS PAR IMPLEMENTAÇÃO DAS LINHAS DE AÇÃO:

- São dois os fatores críticos para implementar a linha de ação: 1) receber o orçamento previsto da Ação 20V9.0002; e 2) O INPE incluir os recursos de serviços de terceiros da Ação 20V9.0002 no contrato de apoio de informática.
- No presente, a área queimada é estimada a partir de imagens de satélites com baixa resolução espacial, 1 km, quando o correto é utilizar as de média resolução com ~30m.
- A implementação desta nova e adequada opção depende de recursos adicionais necessários, e ainda não definidos. Até o 1º semestre/2017 a perspectiva era ter os recursos incluídos no novo Projeto Biomas INPE-BNDES, porém a orientação recebida foi a de elaborar projeto específico junto ao BNDES para o mapeamento de áreas queimadas, e que possivelmente será elaborado e submetido até o final de 2017.



MEDIDAS PARA REDUZIR OS FATORES CRÍTICOS:

Obter recursos para desenvolver e implementar o monitoramento de áreas queimadas com satélites de média resolução espacial, ~30m, por meio de projeto junto ao Programa Amazônia do BNDES a ser submetido pelo Programa Queimadas do INPE ainda em 2017.



ORÇAMENTO DAS LINHAS DE AÇÃO (EXECUTADO EM 2017 E PREVISTO PARA 2018):

Não há recursos definidos para áreas queimadas com sensores de média resolução espacial (30 metros), pois a Ação 20V9.0002 prevê apenas o monitoramento com baixa resolução espacial, no mesmo orçamento do monitoramento de focos:

- 2017, Amazônia e Cerrado: PO 20V9.0002, previsto R\$924.096,00
- 2018, Amazônia e Cerrado: PO 20V9.0002 com corte no orçamento de 12% R\$1.240.000,00 e, com corte 39%, R\$840.000,00.

Objetivo:

6. Aprimorar e fortalecer o monitoramento da cobertura vegetal



Resultado:

6.3. Monitoramento por satélite das áreas embargadas



Linhas de Ação:

6.3.1. Sanar o passivo de geração das poligonais de áreas embargadas pretéritas (Ibama)



RESULTADOS E IMPACTOS DAS LINHAS DE AÇÃO:

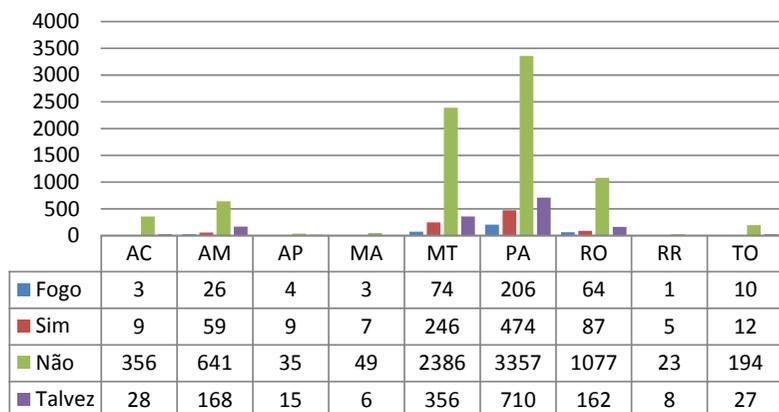
Está sendo possível monitorar o respeito (ou não) de um número maior de embargos em virtude da maior quantidade de poligonais disponíveis.

Quantidade de áreas monitoradas/áreas embargadas (Ibama)

12332 monitorados de 62991 embargos em todo Brasil

Gráfico para Amazônia Legal:

Respeita Embargo?



ENTREGAS REALIZADAS PELAS LINHAS DE AÇÃO (2017):

- Foram gerados em entre 01/janeiro/2017 e 04/dezembro/2017 um total de 1399 polígonos referentes ao passivo de embargos antigos anteriores a 01/jan/2017. Neste número não estão computados os novos embargos lavrados em 2017.



ENTREGAS PREVISTAS PELAS LINHAS DE AÇÃO (2018):

- Ao menos mais 500 poligonais de passivos a serem vetorizados



FATORES CRÍTICOS PAR IMPLEMENTAÇÃO DAS LINHAS DE AÇÃO:

- Informações deficientes ou ausentes no passivo de processos que está sendo analisado



MEDIDAS PARA REDUZIR OS FATORES CRÍTICOS:

- Articulação com a fonte originária dos embargos (superintendências do IBAMA no estados da Amazônia Legal) para sanear os processos deficientes ou sem informação



ORÇAMENTO DAS LINHAS DE AÇÃO (EXECUTADO EM 2017 E PREVISTO PARA 2018):



Objetivo:

7. Promover o manejo florestal sustentável

**Resultado:**

7.1. Aumento da produção de madeira por meio do Manejo Florestal Sustentável (PPCDAm)

Governabilidade:
ALTA**Linhas de Ação:**

7.1.5. Viabilizar e ampliar as concessões florestais federais atingindo 4 milhões de hectares ao final de 2020 com produção anual de 1,6 milhões de m³ (cerca de 15% da oferta total de madeira) (SFB)

7.1.6. Conclusão dos Planos de Manejo das Unidades de Conservação (PMUC) das Flonas de interesse para concessão florestal (SFB)

7.1.7. Criação de Câmara Temática sobre Manejo Florestal Sustentável (SFB)

**RESULTADOS E IMPACTOS:**

- 137.717 mil m³ de madeira em tora pelas concessões. Não temos consolidação dos dados de produção do manejo florestal comunitário (Dados apurados até 25/10/2017)
- 1.018.000 ha sob concessão florestal federal

- Produção de madeira em tora pelas Concessões Florestais Federais (m³)
- Área de Florestas Públicas Federais sob Concessão Florestal (ha)


Obs: Esses dados de produção madeireira não incluem: a produção de manejo comunitário, indicador de difícil obtenção e que depende dos estados; a produção dos Planos de Manejo autorizados pelos órgãos estaduais de meio ambiente em área privada ou em florestas estaduais concedidas.

**ENTREGAS REALIZADAS PELAS LINHAS DE AÇÃO (2017):**

- 7.1.5. Foi realizada audiência pública para concessão florestal na UMF IV da Flona de Jamari. Edital será publicado ainda em 2017.
- 7.1.6. Foram contratados estudos para subsidiar editais de concessão das Flonas do Amapá, Jatuarana e Bom Futuro.
- 7.1.7. Foi criada a Câmara Temática sobre Manejo Florestal Sustentável no âmbito da Comissão Executiva do PPCDAM/PPCERRADO.

**ENTREGAS PREVISTAS PELAS LINHAS DE AÇÃO (2018):**

- 7.1.5 Publicação do edital de concessão da Flona do Amapá
- 7.1.6 Conclusão do PMUC das Flonas de Humaitá, Jatuarana e Bom Futuro

**FATORES CRÍTICOS PAR IMPLEMENTAÇÃO DAS LINHAS DE AÇÃO:**

- 7.1.5. Falta de vias de acesso à Flona do Amapá.
- 7.1.6. Disponibilizar recursos necessários para a conclusão dos estudos de conclusão dos PMUC e estudos dos editais de concessão

**MEDIDAS PARA REDUZIR OS FATORES CRÍTICOS:**

- Articulação com governo local para viabilizar acesso à Flona do Amapá
- Garantir os recursos necessários para a conclusão dos estudos dos PMUC e dos editais

**ORÇAMENTO DAS LINHAS DE AÇÃO (EXECUTADO EM 2017 E PREVISTO PARA 2018):**

- R\$ 2.110.000 (2017)
- R\$ 2.009.825 (2018)

Objetivo:

7. Promover o manejo florestal sustentável



Resultado:

7.1. Aumento da produção de madeira por meio do Manejo Florestal Sustentável

Governabilidade:
ALTA



Linhas de Ação:

7.1.1. Promover a regularização fundiária e reconhecimento dos territórios a serem utilizados no Manejo Florestal Comunitário (SFB)

7.1.2. Oferecer ATER com ênfase em atividades florestais (SFB)

7.1.3. Fortalecer a organização social (associações e cooperativas locais) dos produtores comunitários em Unidades de Conservação (SFB)

7.1.4. Fomentar o Manejo Florestal Comunitário (Integração com o Programa Federal de MFC e com o PLANAFE) (SFB)

7.1.8. Promover arranjos produtivos sustentáveis de base florestal na região do Xingu (MI)



RESULTADOS E IMPACTOS:

7.1.2. Até 10.000 pessoas atendidas nos cursos de EAD.

7.1.2. Formação de 30 professores e 250 jovens estudantes das Casas Familiares Rurais da região Transamazônica sobre SAFs com vistas a regularização ambiental;

7.1.2. Divulgação de informações relativas a Restauração ecológica no Bioma Cerrado, por meio de apoio a publicação de manual técnico.

7.1.2. Fomento a áreas de Reserva Legal e Preservação Permanente recomposta, por meio de apoio a projetos.

7.1.2. Atender 1.000 pequenos proprietários em restauração florestal e regularização ambiental, por meio de apoio a projetos.

7.1.2./7.1.3. Comunitários capacitados em 1) Gestão comunitária, 2) colheita Florestal e 3) Acompanhamento de Campo.

- Produção de madeira em tora por Manejo Florestal Comunitário (m³)

- Área de Florestas sob Manejo Comunitário (ha)

Obs: Os dados de Manejo Florestal Comunitário são de difícil obtenção, dependendo também dos estados. Vale lembrar também que a governabilidade sobre o resultado que visa o aumento da produção de madeira por meio do manejo florestal sustentável é alta quando se considera, na verdade, o resultado como “Aumento da produção de madeira por meio do Manejo Florestal Sustentável A PARTIR DAS CONCESSÕES DE FLORESTAS PÚBLICAS FEDERAIS”. Pois a promoção do Manejo Florestal Sustentável, tanto para produção de madeira ou não-madeireiros, como uma atividade econômica viável para a floresta, é tarefa dos estados também, reforçado pelo fato de que as aprovações de Planos de Manejo, autorizações de exploração florestal e licença de serrarias e demais empreendimentos de base florestal, são de responsabilidade dos órgãos estaduais de meio ambiente.



ENTREGAS REALIZADAS PELAS LINHAS DE AÇÃO (2017):

7.1.2. Estudos para gestão do Centro de Desenvolvimento Florestal Sustentável e diretrizes para a sua atuação.

7.1.2. Contratação de empresas para oferecer 10 (dez) cursos sobre práticas sustentáveis em EAD para até 10.000 (dez mil) usuários.

7.1.2. Formação de Educadores do Campo em Sistemas Agroflorestais (SAFS). – Parceiro executor do Florestabilidade (novembro e dezembro de 2017).

7.1.2. Tiragem de 3.000 exemplares do Guiar Técnico em Restauração ecológica com sistemas agroflorestais: como conciliar conservação com produção. Opções para Cerrado e Caatinga/ Andrew Miccolis ... [et al.]. Brasília: Instituto Sociedade, População e Natureza – ISPN/Centro Internacional de Pesquisa Agroflorestal – ICRAF, 2016 (novembro e dezembro 2017).

7.1.2. Restauração de 60 ha de APPs na área de captação de água para abastecimento da região metropolitana de Belo Horizonte, no município de Betim, Bioma Cerrado, em parceria com o FNMA, Fundo de Direitos Difusos, e Fundo Socioambiental da CAIZA>

7.1.2/7.1.3. Termo de Execução Descentralizada – TED nº 05/2016 entre a UFPA e SFB para promover o manejo florestal comunitário na Resex Verde Para Sempre, no município de Porto de Moz/PA, atendendo 6 comunidades, e aproximadamente 300 famílias.



ENTREGAS PREVISTAS PELAS LINHAS DE AÇÃO (2018):

7.1.2. Oferecer 10 (dez) cursos sobre práticas sustentáveis em EAD para até 10.000 (dez mil) usuários.

7.1.2. Construção do Centro de Desenvolvimento Florestal Sustentável.

7.1.2. Edital para Recomposição da Vegetação Nativa em Bacias Hidrográficas no Distrito Federal para Imóveis até 4 módulos fiscais. Celebrado em parceria com o Serviço Florestal Brasileiro, a Fundação Banco do Brasil, Secretária de Meio Ambiente do Distrito Federal e Instituto Brasília Ambiental.

7.1.2. Restauração de 60 ha de APPs na área de captação de água para abastecimento da região metropolitana de Belo Horizonte, no município de Betim, Bioma Cerrado (Contrato com duração de 3 anos – 2017 a 2020).

7.1.2. Formação de extensionistas em atividades florestais sustentáveis – Parceiro executor do Florestabilidade.



FATORES CRÍTICOS PARA IMPLEMENTAÇÃO DAS LINHAS DE AÇÃO:

A [Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016](#) inclui a fonte 195 (doação) no teto orçamentário. Como a construção do Centro de Desenvolvimento Florestal Sustentável é item financiado pelo Projeto Gestão Florestal para a Produção Sustentável na Amazônia (doação KfW), essa ação e demais parcerias que poderiam ser executadas em 2018 até o momento não tem lastro no PLOA 2018. Valor estimado do Centro – R\$ 2.500.000,00.



MEDIDAS PARA REDUZIR OS FATORES CRÍTICOS:

Estabelecer parcerias para execução das doações de forma extra orçamentárias.



ORÇAMENTO DAS LINHAS DE AÇÃO (EXECUTADO EM 2017 E PREVISTO PARA 2018):

➤ R\$ 1.849.078,00 (2017)

➤ R\$ 4.300.000,00 (2018)

Objetivo:

7. Promover o manejo florestal sustentável



Resultado:

7.1. Fortalecimento da cadeia produtiva da sociobiodiversidade

Governabilidade:
BAIXA



Linhas de Ação:

7.1.1. Elaborar estudos da valoração dos serviços ambientais para produtos da sociobiodiversidade, com vistas à inclusão desses custos nos preços mínimos da PGPM-Bio (DEX/MMA e CONAB)

7.1.3. Articular a inserção de novos produtos da sociobiodiversidade na PGPM-Bio (DEX/MMA e CONAB)



RESULTADOS E IMPACTOS DAS LINHAS DE AÇÃO:

- o Fortalecimento dos arranjos produtivos locais que utilizam, de modo sustentável, produtos da sociobiodiversidade;
- o Valorização da floresta em pé e das formações vegetacionais não florestais que são fonte de produtos não madeireiros;
- o Valorização das comunidades, extrativistas, povos indígenas, e demais povos que fazem o uso sustentável da biodiversidade;
- o Conservação da biodiversidade em diferentes biomas

Comercialização da produção de produtos da sociobiodiversidade (CONAB)



ENTREGAS REALIZADAS PELAS LINHAS DE AÇÃO (2017):

- **Elaborar estudos da valoração dos serviços ambientais para produtos da sociobiodiversidade, com vistas à inclusão desses custos nos preços mínimos da PGPM-Bio** – O estudo foi elaborado pela GIZ, no projeto do DEX/MMA no ano de 2017.
- **Articular a inserção de novos produtos da sociobiodiversidade na PGPM-Bio** – A Conab elaborou proposta de preço mínimo para 2 novos produtos, o buriti (fruto) e murumuru (amêndoa), ambos foram aprovados pelo Grupo Gestor da política, faltando ainda a aprovação do Conselho monetário nacional - CMN, no ano de 2017.

ENTREGAS PREVISTAS PELAS LINHAS DE AÇÃO (2018):

- Elaborar estudos da valoração dos serviços ambientais para produtos da sociobiodiversidade, com vistas à inclusão desses custos nos preços mínimos da PGPM-Bio – Serão realizados exercícios nos estudos de custos de produção, utilizando a metodologia proposta pela GIZ, com a finalidade verificar a possibilidade de incorporar a valoração ambiental.
- Articular a inserção de novos produtos da sociobiodiversidade na PGPM-Bio – Serão realizadas propostas de preço mínimo para novos produtos de acordo com a priorização do grupo gestor da política, que será definido em reunião no início de 2018.



FATORES CRÍTICOS PARA IMPLEMENTAÇÃO DAS LINHAS DE AÇÃO:

- Falta de recursos orçamentários para garantir a elaboração dos estudos da valorização dos serviços ambientais para produtos da sociobiodiversidade, com vistas a implementar pagamentos além do preço mínimo, em retorno aos serviços ecossistêmicos
- Não aceitação por parte do Grupo Gestor dos estudos de valorização dos serviços ambientais como componente a ser acrescentado ao Preço Mínimo
- Não haver interesse ou demanda de inclusão para novos produtos da sociobiodiversidade por parte do Grupo Gestor
- Falta de recursos orçamentários suficientes para garantir a efetiva inclusão de novos produtos na PGPM-Bio



MEDIDAS PARA REDUZIR OS FATORES CRÍTICOS:

- Sensibilizar membros e instituições representadas no Grupo Gestor
- Garantia de recursos orçamentários suficientes para atender as demandas



ORÇAMENTO DAS LINHAS DE AÇÃO (EXECUTADO EM 2017 E PREVISTO PARA 2018):

- **2017 – R\$ 8.000.000**
- **2018 – R\$ 12.000.000**

* Valores referentes, somente, ao orçamento da PGPM-Bio, para o pagamento de subvenção direta ao produtor extrativista que comprovar que realizou venda do seu produto por valor inferior ao preço mínimo fixado pelo Governo Federal.

Objetivo:

8. Promover a sustentabilidade dos sistemas produtivos agropecuários



Resultado:

8.1. Redução da expansão das atividades agrícolas sobre áreas de vegetação natural

Governabilidade:
MÉDIA



Linhas de Ação:

8.1.2. Estabelecer Pacto Setorial de Redução do Desmatamento com o Setor Agrícola do MATOPIBA (MMA) (Cerrado)

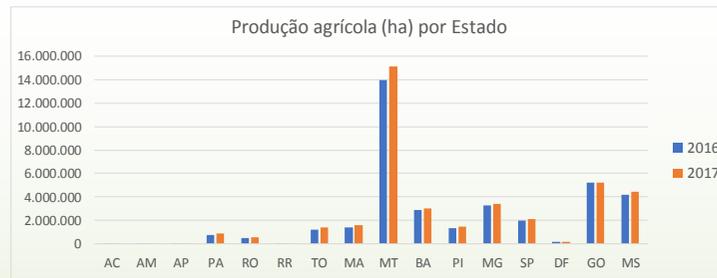
8.1.1. Dar continuidade à Moratória da Soja na Amazônia Legal e aprimorar os mecanismos de rastreabilidade e monitoramento da expansão da agricultura (MMA) (Amazônia)



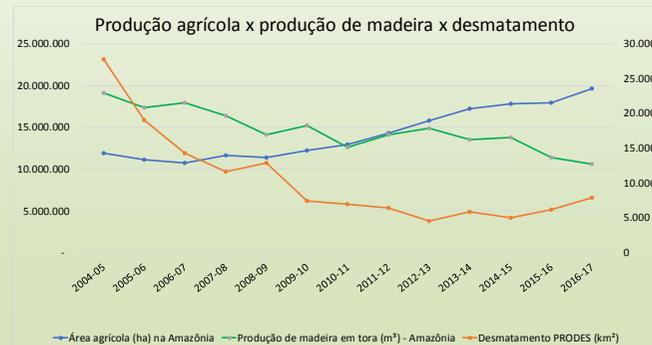
RESULTADOS E IMPACTOS DAS LINHAS DE AÇÃO:

- Amazônia e Cerrado
 - Construir um acordo com a cadeia produtiva da soja, principalmente, para melhorar os mecanismos de controle da origem dos produtos, tornando-os livres de desmatamento ilegal;
 - Fomentar práticas sustentáveis reduzindo a abertura de novas áreas;
 - Promover a transparência da cadeia produtiva da soja.

Incremento da área sob produção agrícola (MAPA) em 2016 e 2017



OBS.: O resultado do Plano ABC indica que o incremento da área agrícola ocorreu prioritariamente em áreas de pastagens degradadas (MAPA)



ENTREGAS REALIZADAS PELAS LINHAS DE AÇÃO (2017):

- Amazônia
 - O MMA continua trabalhando junto ao Grupo de Trabalho da Soja, responsável pela Moratória da Soja.
- Cerrado
 - O MMA também participa do Grupo de Trabalho do Cerrado, no âmbito do GTS, que vem discutindo os termos de um Acordo semelhante para a soja no bioma Cerrado.
- Criação, pelo Comitê Permanente de Coordenação sobre o Desmatamento (Portaria nº 152, de 12 de abril de 2017), do GT da Soja, no âmbito do MMA e vinculadas para debater a relação entre desmatamento e soja. Coordenação: SMCF/MMA



ENTREGAS PREVISTAS PELAS LINHAS DE AÇÃO (2018):

- Amazônia
 - Manter e acompanhar o cumprimento da Moratória da Soja.
- Cerrado
 - Elaborar um Acordo Setorial com a cadeia produtiva da soja.



FATORES CRÍTICOS PARA IMPLEMENTAÇÃO DAS LINHAS DE AÇÃO:

- Dificuldades de construção de consensos nos grupos de trabalho, principalmente sobre o escopo do Acordo a ser desenhado para o Bioma Cerrado
- Dificuldade de firmar um acordo de desmatamento ilegal zero para o bioma Cerrado



MEDIDAS PARA REDUZIR OS FATORES CRÍTICOS:



ORÇAMENTO DAS LINHAS DE AÇÃO

(EXECUTADO EM 2017 E PREVISTO PARA 2018):

- Ações não orçamentárias, de articulação. Dependem do orçamento, basicamente, de passagens e diárias para a equipe do DFCD participar de reuniões.
- Ação 20VU (2017): R\$ 143.541,00
- Ação 20VU, PLOA 2018: R\$ 220.250,00

Objetivo:

8. Promover a sustentabilidade dos sistemas produtivos agropecuários



Resultado:

8.2. Redução da expansão das atividades pecuárias sobre áreas de vegetação natural

Governabilidade:

MÉDIA



Linhas de Ação:

8.2.1. Construir e implementar mecanismos de rastreabilidade e um Pacto Setorial para a Cadeia Produtiva da Carne (Amazônia e Cerrado) (MMA)

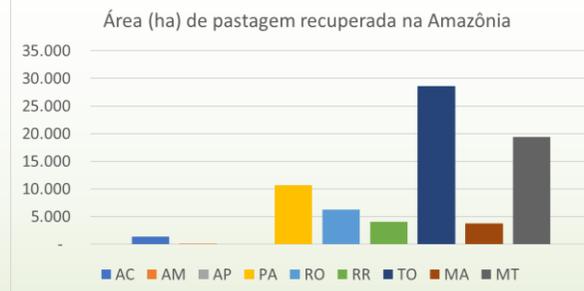


RESULTADOS E IMPACTOS DAS LINHAS DE AÇÃO:

- Amazônia e Cerrado
- Construir um acordo com a cadeia produtiva da carne para melhorar os mecanismos de controle da origem dos produtos, tornando-os livres de desmatamento ilegal;
- Fomentar práticas sustentáveis, visando a redução da abertura de novas áreas;
- Promover a transparência da cadeia produtiva da carne.

Área de pastagem recuperada (MAPA) e Incremento da área sob produção pecuária (MAPA)

Fonte: Programa ABC



ENTREGAS REALIZADAS PELAS LINHAS DE AÇÃO (2017):

- Criação, pelo Comitê Permanente de Coordenação sobre o Desmatamento (Portaria nº 152, de 12 de abril de 2017), do GT da Carne, no âmbito do MMA e vinculadas para debater a relação entre desmatamento e cadeia produtiva da carne. Coordenação: SMCF/MMA



ENTREGAS PREVISTAS PELAS LINHAS DE AÇÃO (2018):

- Amazônia e Cerrado
 - Elaborar um Acordo Setorial com a cadeia produtiva da Carne.



FATORES CRÍTICOS PARA IMPLEMENTAÇÃO DAS LINHAS DE AÇÃO:

- Dificuldades de construção de consensos nos grupos de trabalho, principalmente sobre o escopo do Acordo a ser desenhado para o Bioma Cerrado
- Dificuldade em firmar um acordo de desmatamento ilegal zero para o bioma Cerrado

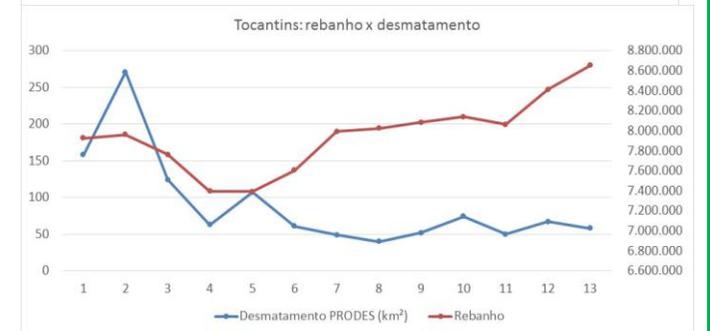
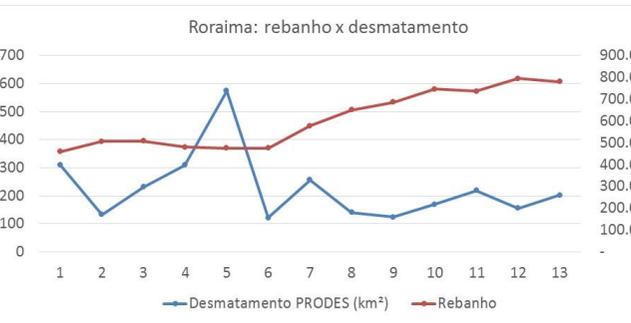
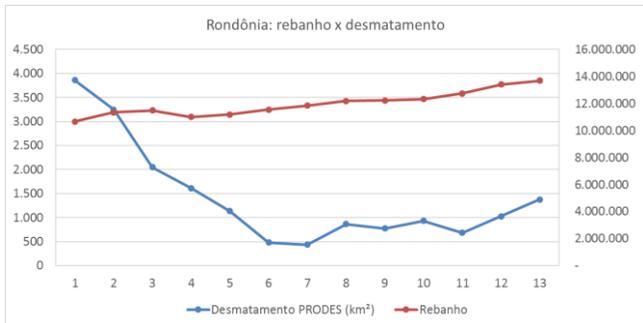
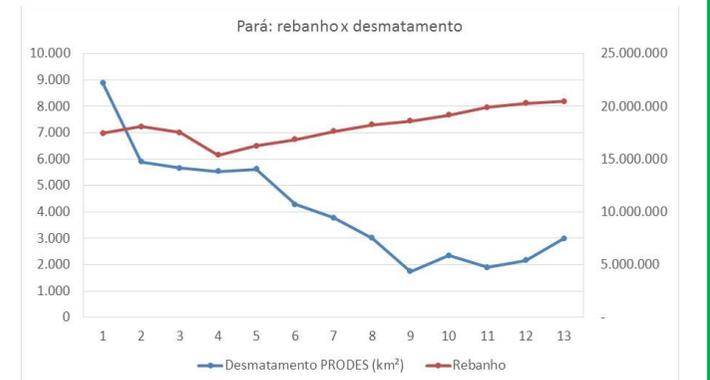
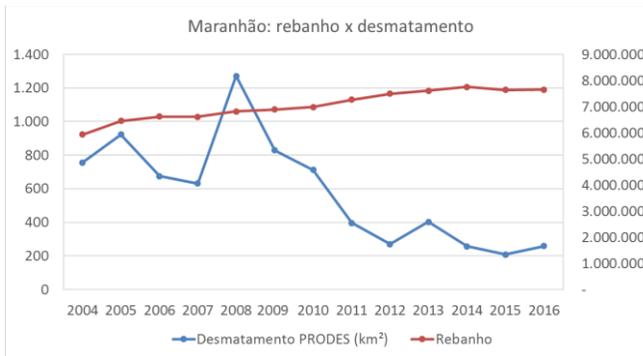
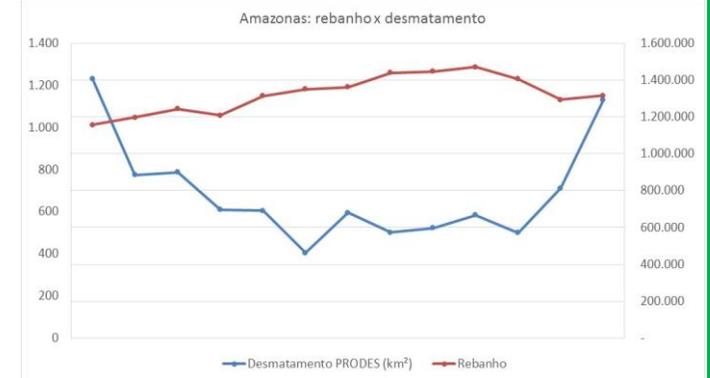
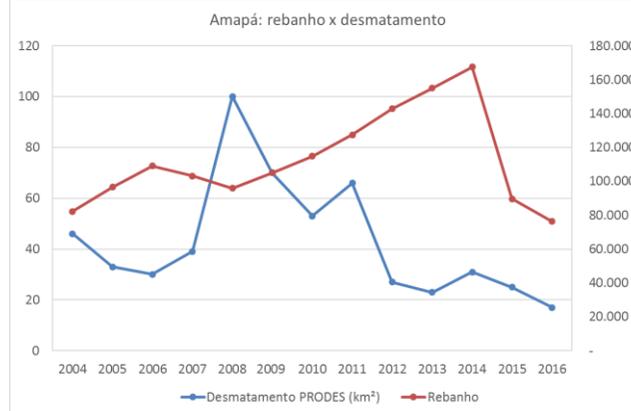
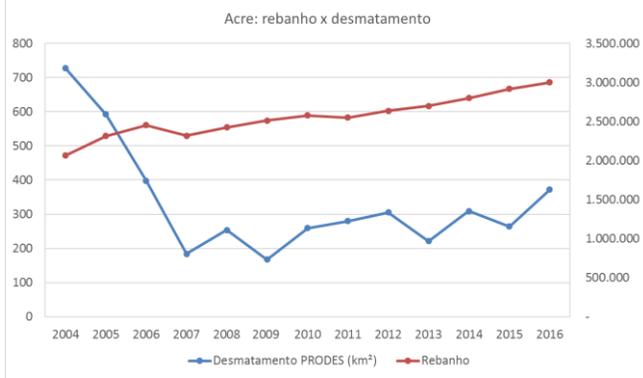


MEDIDAS PARA REDUZIR OS FATORES CRÍTICOS:



ORÇAMENTO DAS LINHAS DE AÇÃO (EXECUTADO EM 2017 E PREVISTO PARA 2018):

Indicador teste: Relação entre tamanho do rebanho bovino e a taxa de desmatamento nos estados da Amazônia Legal



Objetivo:

8. Promover a sustentabilidade dos sistemas produtivos agropecuários



Resultado:

8.3. Aumento da adoção de práticas sustentáveis na agropecuária

Governabilidade:
MÉDIA



Linhas de Ação:

8.3.1. Disseminar sistemas produtivos sustentáveis por meio do Programa ABC (Amazônia e Cerrado)

8.3.2. Promover a difusão tecnológica de sistemas produtivos sustentáveis (Amazônia) – Projeto Embrapa no Fundo Amazônia



RESULTADOS E IMPACTOS DAS LINHAS DE AÇÃO:

- PROJETO INTEGRADO PARA A PRODUÇÃO E O MANEJO SUSTENTÁVEL DO BIOMA AMAZÔNIA:

- Monitoramento do desmatamento e da degradação florestal e serviços ecossistêmicos;
- Restauração, Manejo Florestal e Extrativismo
- Tecnologias Sustentáveis para a Amazônia
- Aquicultura e Pesca



ENTREGAS REALIZADAS PELAS LINHAS DE AÇÃO

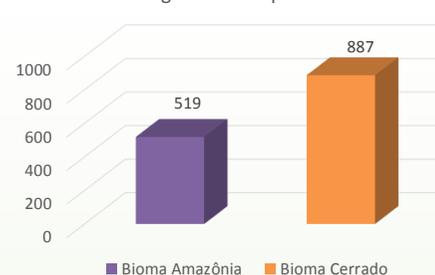
(2017):

- Elaboração de painéis dinâmicos de monitoramento, segundo indicadores previstos no quadro lógico do projeto. O painel consolidará os resultados dos projetos aprovados no âmbito da chamada 001/2017 – BNDES/Fundo Amazônia
- Aprovação de 19 projetos submetidos à chamada interna pelo Comitê Gestor da Programação da Embrapa.

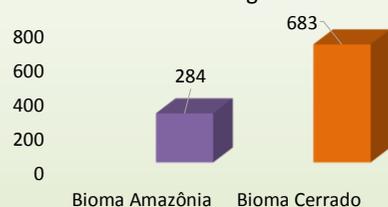
INDICADORES DE PROCESSO DA EMBRAPA

Índice de impacto Ambiental e social de tecnologias (Anexo)

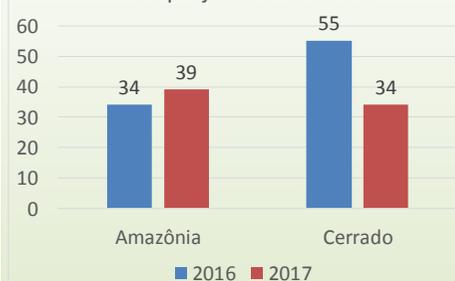
Nº de Agentes Multiplicadores



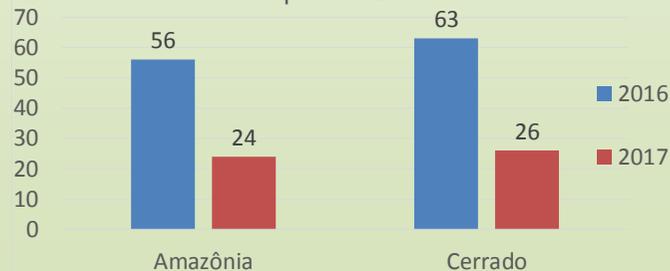
Nº de Unidades de Referência Tecnológica



Nº de projetos executados



Nº de soluções tecnológicas disponibilizadas



ENTREGAS PREVISTAS PELAS LINHAS DE AÇÃO (2018):

- Projetos em execução que promovam produção e difusão de conhecimentos e tecnologias para: a) recuperação de áreas degradadas e o uso sustentável do bima Amazônia; e b) monitoramento do desmatamento, da degradação florestal e dos serviços ecossistêmicos da floresta amazônica



FATORES CRÍTICOS PAR IMPLEMENTAÇÃO DAS LINHAS DE AÇÃO:

- Obtenção de licenças, autorizações específicas e anuências/consentimentos, bem como formalização de instrumentos de parceria para executar os projetos.



MEDIDAS PARA REDUZIR OS FATORES CRÍTICOS:

- A Coordenação de Assuntos Regulatórios da Embrapa elaborou um parecer técnico para cada projeto. Os pareceres identificaram ações e atividades nos projetos com potencial necessidade de autorizações, licenças e consentimentos, bem como orientou quanto às providências legais necessárias ao atendimento de todos os regimentos específicos.



ORÇAMENTO DAS LINHAS DE AÇÃO

(EXECUTADO EM 2017 E PREVISTO PARA 2018):

- Executado em 2017
 - R\$ 366 mil
- Previsto para 2018/2019
 - R\$ 15 milhões

Objetivo:

8. Promover a sustentabilidade dos sistemas produtivos agropecuários



Resultado:

8.3. Aumento da adoção de práticas sustentáveis na agropecuária

Governabilidade:

MÉDIA



Linhas de Ação:

8.3.1. Disseminar sistemas produtivos sustentáveis por meio do Programa ABC (Amazônia e Cerrado)

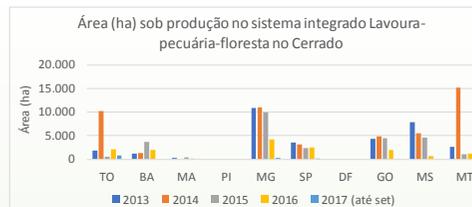
8.3.2. Promover a difusão tecnológica de sistemas produtivos sustentáveis (Amazônia)



RESULTADOS E IMPACTOS DAS LINHAS DE AÇÃO:

- Amazônia
 - Dos 11 municípios c/ desmatamento monitorado, 10 possuem financiamento via Programa ABC (91%);
 - Dos 41 munic. prioritários, 38 possuem financiamento via Programa ABC (93%);
 - A área média contratada, via Programa ABC, nos munic. monitorados é 138% maior do que nos demais municípios nestas UFs.
 - A área média contratada, via Programa ABC, nos munic. prioritários é 68% maior do que nos demais municípios nestas UFs.
- Cerrado
 - Mais de 14.000 contratos, via Programa ABC, em 1875 municípios nestas UFs totalizando uma área de mais de 4.300.000 hectares.

Área implantada com integração lavoura-pecuária-floresta (ha) e com plantio direto (ha) (MAPA)



Obs: Comparando, para o ano de 2017, a área sob produção agrícola na Amazônia com a área ocupada pelos sistemas disseminados com o ABC, a produção agrícola de baixo carbono representa apenas 0,2% da área total de 19 milhões de hectares. Essa comparação foi aproximada e não inclui os dados de área ocupada por pecuária tradicional, maior uso da terra na Amazônia, segundo dados do TerraClass, por exemplo.

Obs: Há, ainda, o problema de dupla contagem, pelo fato de que os dados sobre produção agropecuária estão organizados por estado e não por bioma.



ENTREGAS REALIZADAS PELAS LINHAS DE AÇÃO

(2017):

- Amazônia
 - 59 novos contratos, via Programa ABC, em 26 municípios monitorados e prioritários totalizando uma área de quase 24.000 hectares.
- Cerrado
 - 1251 novos contratos, via Programa ABC, em 630 municípios nestas UFs totalizando uma área de mais de 300.000 hectares.



ENTREGAS PREVISTAS PELAS LINHAS DE AÇÃO

(2018):

- Amazônia
 - não há previsão.
- Cerrado
 - não há previsão.



FATORES CRÍTICOS PARA IMPLEMENTAÇÃO DAS LINHAS DE AÇÃO:

- Enfraquecimento e contingenciamento das ações orçamentárias dos programas temáticos do PPA 2016-19 – Programa 2077
- Escassez de pessoal;
- Falta de infraestrutura de transportes;
- Baixa capilaridade de ATER;
- Inexistência de sistema informatizado para tratamento de dados.;
- Não sincronização da política pública, com as políticas monetária, bancária e econômica.



MEDIDAS PARA REDUZIR OS FATORES

CRÍTICOS:



ORÇAMENTO DAS LINHAS DE AÇÃO (EXECUTADO EM 2017 E PREVISTO PARA 2018):

- Amazônia
 - sem informação.
- Cerrado
 - sem informação.

Monitoramento do Eixo 4 – Instrumentos Normativos e Econômicos

| Resultados esperados | LINHAS DE AÇÃO | AÇÕES EM DESENVOLVIMENTO | SITUAÇÃO |
|---|---|---|---|
| 9.1. Ampliar o acesso ao crédito para as atividades de manejo florestal sustentável (empresarial, de pequenos produtores e comunitário), regularização e recuperação ambiental (PPCDAm e PPCerrado) | 9.1.1. Examinar a viabilidade de expansão do crédito em linhas de financiamento já existentes, como custeio AGROPECUÁRIO, ABC, PRONAF e MCR (ambos) | Agenda com o BB: diálogo iniciado com vistas ao aperfeiçoamento do financiamento florestal e da recuperação ambiental (DFCD/MMA) | BB apresentou sugestão inicial a partir de demanda do MMA. Agenda a ser construída em parceria com o banco e o Ministério da Fazenda. |
| | 9.1.2. Pactuar metas progressivas de crédito para o setor produtivo sustentável nas instituições financeiras públicas federais (BB, CEF, BASA e BNDES) (ambos) | - | Ação não iniciada |
| | 9.1.3. Estudar e propor incentivos creditícios para as propriedades em conformidade com o Código Florestal como a ampliação do limite de crédito, sem maiores restrições adicionais e com garantia de monitoramento | Idem 9.1.1 | Idem 9.1.1 |
| | 9.1.4. Estudar a viabilidade do Fundo Amazônia para apoiar plataformas financeiras (microcrédito, fundo de aval e outros) instrumentalizadas por organizações da sociedade civil sem fins lucrativos para viabilizar a expansão das cadeias de valor dos produtos da sociobiodiversidade (PPCDAm) | Chamada do Fundo Amazônia para a sociobiodiversidade "Consolidação e Fortalecimento de Cadeias de Valor Sustentáveis e Inclusivas" (R\$150 milhões) | Lançamento realizado no dia 09/08/2017. O prazo de entrega das propostas foi prorrogado para o dia 09/02/2018. |
| | 9.1.5. Promover o acesso a crédito para o manejo florestal comunitário (ambos) | | |
| 9.2. Promover o avanço na análise de conformidade ambiental do financiamento para os setores e cadeias produtivas consumidoras de produtos da floresta (PPCDAm e PPCerrado) | 9.2.1. Promover a integração de sistemas de informação - SICOR/Bacen, CAR e áreas embargadas - para apoio à verificação de conformidade ambiental na contratação de financiamento. | Agenda BB/MMA/IBAMA: formatação de cooperação técnica para disponibilização de informações relativas aos autos de infração via web service. A cooperação com o BB é um passo inicial para alcance do objetivo final, que é a qualificação da análise de conformidade ambiental do crédito no sistema financeiro como um todo (DFCD/MMA) | Foram realizadas duas reuniões técnicas. Ibama vai elaborar minuta de acordo de cooperação |
| | 9.2.2. Estabelecer critérios socioambientais, de aplicação progressiva, no âmbito da concessão de crédito voltado às grandes cadeias consumidoras de produtos da floresta. | Dialoga com o 9.2.1 e com o 9.6 | |

| Resultados esperados | LINHAS DE AÇÃO | AÇÕES EM DESENVOLVIMENTO | SITUAÇÃO |
|---|--|--|---|
| 9.3. Fomentar novas iniciativas de captação para o setor produtivo sustentável (PPCDAm e PPCerrado) | 9.3.1. Apoiar estratégias de captação de recursos no mercado financeiro pelo setor produtivo sustentável (manejo florestal e baixo carbono), por meio de instrumentos como títulos verdes. | Proposta de financiamento via Fundo Amazônia para apoiar a expansão das concessões florestais. O objetivo é reduzir custos de produção das concessionárias, compartilhando custos que são reversíveis para as UCs e que representam benefício para a coletividade (DFCD/MMA) | Proposta inicial foi elaborada pelo DFCD e SFB e está sob análise do BNDES |
| | | Chamada do Fundo Verde para o Clima para projetos de recuperação ambiental (R\$200-400 milhões) | |
| 9.4. Promover a política de compras públicas para o fortalecimento das atividades de manejo florestal sustentável e das cadeias de produtos da agroecologia e da sociobiodiversidade (PPCDAm e PPCerrado) | 9.4.1. Propor critérios de preferência para madeira certificada ou de concessão florestal e para produtos da sociobiodiversidade em contratos e compras públicas dos governos federal, estadual e municipal. | Chamada do Fundo Amazônia para recuperação ambiental (R\$ 200 milhões) | Chamada elaborada. Lançamento realizado no dia 16/11/2017. Prazo para inscrição de projetos até 8/06/2018. |
| | | Proposta de regulamentação do Programa de Conversão de Multa (R\$ 1 bilhão estimado para projetos ambientais) | Decreto nº 9179/2017, publicado em 23 de outubro |
| | 9.4.2. Ampliar os canais de acesso aos mecanismos de compras públicas por meio de instrumentos colaborativos para atendimento aos produtos originários da sociobiodiversidade e agroecologia (Ex.: PAA Sociobio e PAA Agroecologia). | Proposta de revisão do Decreto nº 7.746/2012, com o objetivo de incluir na lista de critérios de compras públicas sustentáveis a obrigatoriedade de aquisição de madeira proveniente de manejo florestal sustentável ou de reflorestamento (DFCD/MMA, SFB e MPOG) | Decreto nº 9.178, de 23 de outubro de 2017, publicado. |
| | | Agenda com a CONAB: diálogo iniciado com o objetivo de promover o apoio à comercialização de produtos florestais (DFCD/MMA) | Foram realizadas reuniões e uma oficina técnica para articulação entre a CONAB, o setor madeireiro e as bolsas de mercadorias. Edital está em elaboração. |
| 9.4.3. Incentivar os produtos da sociobiodiversidade por meio de isenção de tributos (ex: ICMS) e preços mínimos diferenciados | Há um estudo recentemente entregue sobre a PGPM-Bio e serviços ecossistêmicos (CONAB, MMA). | Concluiu-se que as cadeias analisadas contribuem com a provisão de serviços e que o valor do preço mínimo, nesses casos, deveria ser acrescido em 10%. Aparentemente há uma dificuldade de a proposta ser aceita pelo MFazenda. | |

| Resultados esperados | LINHAS DE AÇÃO | AÇÕES EM DESENVOLVIMENTO | SITUAÇÃO |
|---|--|--|---|
| <p>9.5. Elaboração/revisão de atos normativos visando a redução do desmatamento (PPCDAm e PPCerrado)</p> | <p>9.5.1. Revisar o Decreto nº 6321/07 e os critérios de entrada na lista de municípios prioritários para o combate ao desmatamento, bem como repactuar com os municípios e as instituições de crédito uma agenda positiva para os municípios que saíram da lista e para aqueles que nunca entraram.</p> | <p>Foi constituído Grupo de Trabalho, composto pelo DFCD/MMA, DEX/MMA e IBAMA, com participação de especialistas convidados. O GT realizou três reuniões e chegou a elaborar proposta de minuta de portaria para entrada, saída e reentrada de municípios da Amazônia. O DFCD revisou os processos e encaminhou à CONJUR ao final do mês de junho.</p> | <p>Sobre a revisão do Decreto nº 6.321/2007, o GT indicou que é necessário dar continuidade às discussões, incluindo outros atores. A norma deve ser reformulada no intuito de incentivar condutas associadas à redução do desmatamento, além das medidas punitivas, criando uma lista positiva de municípios, por exemplo. O novo Decreto deve prever lista para o Cerrado. Sobre a lista de municípios, foram publicadas as Portarias MMA nº 360, 361 e 362, atualizando critérios, incluindo 7 e retirando 10 municípios da lista de prioritários.</p> |
| | <p>9.5.2. Promover a regulamentação da Cota de Reserva Ambiental (CRA)</p> | <p>Elaboração de Decreto de regulamentação das CRAs</p> | <p>Processo de construção coordenado pelo SFB. Aproximação inicial para incorporar o DFCD nas discussões.</p> |
| | <p>9.5.3. Fazer diagnóstico de normas e procedimentos relativos a autorizações e licenciamento ambiental das atividades de manejo florestal sustentável, com o objetivo de avaliar aspectos relacionados à eficiência, à necessidade de harmonização e integração de processos, de preenchimento de lacunas normativas e de distinção da atividade de manejo florestal por tipologias (comunitário, empresarial e de pequenos produtores) (PPCDAm e PPCerrado)</p> <p>9.5.4. Elaborar normativa específica para orientar o ordenamento ambiental de atividades produtivas de iniciativa dos indígenas (PPCDAm e PPCerrado)</p> | <p>Proposta de instrução normativa sobre licenciamento ambiental das indústrias de base florestal.</p> <p>A ser informado pela Funai</p> | <p>Minuta de IN elaborada pela COUSF/IBAMA e já enviada à DBFLO/IBAMA para análise e parecer.</p> |

| Resultados esperados | LINHAS DE AÇÃO | AÇÕES EM DESENVOLVIMENTO | SITUAÇÃO |
|---|--|---|--|
| <p>9.6. Elaboração/revisão de pactos ou acordos setoriais de conformidade/legalidade de cadeias produtivas (ambos)</p> | <p>9.6.1. Construir e implementar um Pacto Setorial para a Cadeia Produtiva da Carne (PPCDAm e PPCerrado)</p> | <p>Diálogo com o Ministério Público do Pará para acompanhamento e aperfeiçoamento do TAC da Carne. Mesa de diálogo, coordenada pela SEDR. Diálogo aberto com as ONGs.</p> | <p>Criado GT interno no âmbito do MMA para promover e ampliar o debate sobre o tema.</p> |
| | <p>9.6.2. Fomentar um acordo setorial envolvendo mercado, governo e sociedade civil para o alcance da meta de redução do desmatamento no Cerrado</p> | <p>Grupo de Trabalho sobre Cerrado no âmbito do GTS (Moratória da Soja), em funcionamento. Já foram 4 reuniões realizadas no semestre.</p> | <p>O DFCD/MMA tem participado e feito articulação junto a outros órgãos e departamentos. Já foram envolvidos, pelo MMA, DECO/Sbio (áreas prioritárias para conservação) e DGAT/SRHQ (ZEE) e o INPE (monitoramento). Já há uma aproximação com o SFB (CAR) para um piloto envolvendo a cadeia da soja.</p> <p>Consenso sobre pontos essenciais para o acordo: PRODES Cerrado funcionando plenamente; Mapeamento anual das áreas de plantio de soja; Cadeia 100% cadastrada no CAR; CAR analisado e validado;</p> <p>A Última reunião do GT Cerrado foi em 22/11. Ficou decidido pelo GTS, que o GT Cerrado deverá ser independente do grupo que trabalha a moratória na Amazônia. O GTCerrado deverá ainda incluir outros atores, em especial representantes dos produtores. A primeira reunião do grupo ampliado deverá ocorrer em fevereiro/2018.</p> |